DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0657/15	DATA: 20/05/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 20h01min	PÁGINAS: 143

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Depoente. Diretor-Presidente da Construtora Camargo Corrêa. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Advogado do depoente.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há falha na gravação. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Há palavras ou expressões inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregularidades no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 17ª e 18ª Reuniões.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sendo assim, não preciso mais indagar se há necessidade da leitura. O Deputado Arnaldo Faria de Sá já pediu a dispensa da leitura das atas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco as atas em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Expediente.

Esta Presidência informa que o acesso aos documentos sigilosos encaminhados a esta CPI está normalizado. Serão disponibilizadas senhas individuais aos Parlamentares membros, que deverão ser alteradas para uma senha pessoal no primeiro acesso, responsabilizando-se cada um, daí por diante, pelo sigilo que lhes está sendo transferido.

A sala-cofre — onde estão instalados os computadores que dão acesso aos documentos sigilosos desta CPI — passa a contar com reforço de segurança e com a instalação de câmeras internas, além daquelas dos corredores de acesso.

O acesso de Parlamentares e assessores eventualmente autorizados será feito por agendamento na Secretaria. Na sala não será aceito o ingresso de

equipamentos eletrônicos como celulares, máquinas fotográficas, *pen drives* e similares.

Todos os documentos ostensivos estão sendo digitalizados e disponibilizados no *link* da Comissão no *site* da Câmara dos Deputados, devendo a disponibilização ocorrer na medida em que forem concretizados os trabalhos de digitalização e inclusão na rede.

Ofício da Presidência da PETROBRAS informa que, em função de notícias veiculadas pela imprensa, a PETROBRAS reitera o seu integral e profundo compromisso com o pleno andamento das apurações e investigações realizadas por esta Comissão, que só podem ser conduzidas por instituições republicanas autônomas, livres de pressões ou constrangimentos, e que daquela companhia não partirá nenhuma medida para tolher a atuação de quem tem se dedicado a colaborar para que a PETROBRAS restabeleça seu posto de destaque no desenvolvimento brasileiro.

Ofício do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Presidente da Sete Brasil Participações S.A., complementa os esclarecimentos prestados na reunião do dia 7 de maio de 2015 e responde ao questionamento do Deputado Ivan Valente, esclarecendo que a companhia contratou três empresas para levar a cabo auditorias distintas. Cópia do documento foi encaminhado ao Parlamentar e se encontra à disposição dos demais na Secretaria da Comissão.

Mensagem eletrônica do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações da Sete Brasil, encaminha correspondência com informações solicitadas pelo Deputado André Moura durante o seu depoimento, realizado no dia 14 de maio de 2015.

Ofício do Deputado Onyx Lorenzoni comunica que, no período entre 22 e 29 de maio, o Parlamentar estará em viagem à República Italiana para tratar de assuntos particulares e informa que durante esse período assumirá como titular na Comissão o Deputado Efraim Filho. Informa também que já comunicou sua viagem à Presidência da Câmara dos Deputados e que reassumirá as funções de titular desta Comissão a partir do dia 1º de junho, para nossa felicidade.

A Secretaria da CPI informa que cópias de todos os documentos ostensivos recebidos por esta Comissão são encaminhadas aos gabinentes dos Deputados

autores dos requerimentos e do Relator, Deputado Luiz Sérgio, e que as informações classificadas como sigilosas encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI, para consulta dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas um pedido adicional. Alguns documentos interessam aos Sub-Relatores. Peço que esse procedimento de encaminhar documentos para o Relator, quando o assunto for atinente à sub-relatoria do Deputado Altineu, do Deputado Bruno, do Deputado André ou minha, seja estendido à sub-relatoria também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., como sempre, será atendido, nas formas regimentais.

Comunico, determinando que conste da ata da CPI, que o Deputado Félix Mendonça Júnior não integrou as comitivas que foram ao COMPERJ, no Rio de Janeiro, no dia 8 de maio de 2015, e a Londres, nos dias 16 a 21 de maio, não configurando assim falta às reuniões deste colegiado.

Esta Presidência encaminhou ofício à Polícia Federal para que, junto com a INTERPOL, localize o Sr. Júlio Faerman, convocado para prestar depoimento à CPI e que se encontra em local incerto e não sabido. Leio trecho do ofício:

> *"De acordo com as investigações já realizadas, a participação do Senhor Júlio Faerman no desvio de verbas públicas é considerada relevante, sendo imprescindível a sua localização, razão por que se torna necessária a colaboração dessa instituição especializada e também da INTERPOL, caso o depoente se encontre no exterior, para que possa este ser finalmente localizado e conduzido à CPI, se necessário, coercitivamente, sob vara ou, alternativamente, sendo mais conveniente à instrução da investigação por parte desta Comissão, que lhe seja imposta prisão temporária, mediante informação e requerimento anteriormente dirigido a esta Presidência para cumprimento das formalidades legais."*

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu protocolei, dando sequência ao trabalho que os nossos companheiros fizeram lá em Londres, na oitiva

que tiveram do Sr. Jonathan Taylor, que, assim como o Sr. Júlio Faerman está desaparecido — e quero parabenizar V.Exa. pela decisão de colocar a Polícia Federal e a INTERPOL para localizá-lo e trazê-lo, inclusive sob condução coercitiva, a esta CPI —, com base nas informações recebidas do que foi apurado lá em Londres, eu apresentei ontem — e eu pediria que V.Exa. pudesse, quem sabe, extraordinariamente acatar esta proposição — o Requerimento nº 780, que pede a convocação do filho do Sr. Júlio Faerman, o Sr. Marcello Faerman, e do sócio Luiz Eduardo Barbosa. O Sr. Júlio Faerman tinha quatro empresas, e algumas delas tinham a participação de sócios, e o próprio Sr. Jonathan Taylor refere a participação do filho, Marcello Faerman, e do sócio, Luiz Eduardo Barbosa.

E eu acredito, Sr. Presidente, com base na mesma experiência que nós vivemos com o Paulo Roberto Costa, que, quando se deu conta de que havia a possibilidade da convocação das suas filhas e de seus genros, caminhou para a delação premiada e colaborou de maneira importante para as investigações tanto do Ministério Público Federal quanto do Dr. Sérgio Moro e quanto desta CPI... Eu quero chamar a atenção para o fato de que não é por nenhuma outra razão que eu apresentei também o requerimento da Sra. Maria Auxiliadora Tibúrcio Duque, porque até agora o Sr. Renato Duque, que cada vez está mais enrolado no processo da PETROBRAS, ainda não caminhou para um acordo de delação; seria um estímulo importante a ele a vinda da esposa.

Da mesma maneira, com a mesma lógica, eu estou apresentando aqui o filho do Júlio e o sócio do Júlio, que, pelo que se sabe, estão no Brasil. Isso ajudaria, e muito, a apressar a localização ou a apresentação voluntária do Sr. Júlio Faerman.

Então, está à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. me permitir, eu, como sempre, tenho mantido aqui uma linha muito imparcial pelo bom funcionamento desta CPI e eu queria fazer um apelo aos Srs. Deputados. Comumente eu não tenho permitido nenhuma exceção nas sessões de oitiva, mas, pelo desrespeito que o Sr. Júlio Faerman teve com esta CPI, eu gostaria de fazer um apelo, em havendo a concordância, no sentido de abrirmos agora para apreciarmos o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni extrapauta.

Ele não tem como não vir a esta CPI. Com a ida dos Deputados a Londres, a vinda desse cidadão se faz necessária por demais a esta CPI. Ele tem muito com o que contribuir. Ele não respeitou os nossos trabalhos. Eu cheguei a marcar uma oititva. E eu quero neste momento fazer um apelo, em havendo a condordância, para que a gente possa fazer esta convocação neste momento, para que a gente possa...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, só para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria só de concluir. Darei a palavra a todos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Por isso eu só pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de fazer esse apelo, Deputado Onyx, para que a gente possa fazer a convocação do filho do Sr. Júlio Faerman e do seu sócio, porque acredito eu que, se o Sr. Júlio Faerman não pode vir a esta CPI, estas pessoas podem muito bem estar aqui presentes e esclarecer todas as nossas dúvidas. Segundo o Sr. Jonathan Taylor, ele intermediou o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da PETROBRAS.

Então, na verdade, para restabelecermos o respeito que esta CPI tem não só pelas investigações, mas o respeito que ela adquriu junto à sociedade brasileira, nós não podemos admitir esse comportamento. Então, eu gostaria aqui, se é que eu posso fazer um apelo aos companheiros, que a gente pudesse aprovar...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Por isso é que eu estou pedindo pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Primeiro um esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se eu puder concluir, Deputado Júlio. Eu posso concluir? Eu posso só terminar de falar? V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu gostaria de fazer esse apelo...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. já fez o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas eu estou querendo fazer novamente. V.Exa., quando fala, repete várias vezes, e nem sempre eu corto a palavra de V.Exa. Eu escuto com paciência, coisa que eu queria que V.Exa. também tivesse para comigo.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de refazer esse apelo, para que a CPI possa seguir o curso das investigações normal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Júlio Delgado tem a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria seguir, depois do pedido dele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É para complementar, Sr. Presidente, para complementar V.Exa., mas complementar. Eu também sou coautor do requerimento do Deputado Onyx e queria dizer que, nessa exceção que V.Exa. pediu reiteradas vezes, nós façamos também, porque eu tenho um requerimento... E eu sou contra, V.Exa. sabe disto, e a CPI sabe disto, que eu não sou a favor de convocação por apelo e comoção familiar para constranger a quem quer que seja. Mas a filha do Sr. Júlio Faerman é secretária dele, agendava os encontros, agendava as viagens, agendava toda a sua interlocução. E eu também tenho um requerimento de convocação da filha dele, que quero incluir, complementar esse requerimento do Deputado Onyx.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Podemos, sem dúvida alguma, acolher porque tem a mesma finalidade.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a sugestão de V.Exa. é perfeitamente cabível. Vamos considerar extrapauta, vamos votar — tem que ser nominalmente, em virtude de ser extrapauta — esse requerimento. Mas eu queria fazer uma sugestão a V.Exa.: que a gente pedisse ao Juiz Sérgio Moro que decretasse a prisão de Júlio Faerman, porque até agora não foi decretada a prisão dele. E, a partir do momento em que for decretada a prisão dele, nós podemos

tomar medidas mais duras, além das condições coercitivas. Então, que a gente solicitasse ao Juiz Sérgio Moro que decretasse a prisão de Júlio Faerman, até por não ter atendido a convocações anteriores. Isso é o que nós temos que fazer. E é função da CPI subsidiar o juízo com essa finalidade. Decretada a prisão, nós vamos ver se ele aparece ou não aparece.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em havendo... O Deputado Delegado Waldir tem a palavra; em seguida, a Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, quero só lembrá-lo de que o Código de Processo Penal diz que, quando a pessoa está em local incerto e não sabido, há motivos relevantes para decretar a prisão preventiva. Então, Sr. Júlio Faerman, por favor, apareça, senão, vai ser conduzido coercitivamente.

Parabéns pela iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria, na verdade, juntar... Primeiramente, quero manifestar o meu apoio à iniciativa da convocação, mas eu queria também uma informação de V.Exa., que é um pedido que eu faço, referente às informações que hoje estão já na mídia, Sr. Presidente, que seria uma possível exumação do corpo de José Janene.

Aí eu queria informações; primeiramente, a seguinte: se realmente essas informações são verdadeiras; e, se forem verdadeiras, em cima de qual depoimento isso foi sustentado. E, ao mesmo tempo também, a Stael Fernanda Janene, que já conversou com alguns Deputados, mas não trouxe informações formais à Comissão para subsidiar inclusive algumas determinações formais da CPI...

Eu peço a V.Exa., já que ela, ao que parece, não foi convocada — parece que não foi concluída a votação da convocação dela na última audiência —, se já não seria inclusive pertinente a inclusão também do nome dela, dando continuidade nessa sessão que V.Exa. solicita agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, depois eu vou colocar uma outra questão de ordem. Mas, ainda em relação ao tema que V.Exa. quer votar aqui, eu queria só uma informação mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu só, Deputado Ivan, eu só farei isso se houver a plena concordância...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...porque esta sessão não abrirei mais em outro... a não ser havendo um caso que justifique isso. Agora, diante do fato de que ele foi convocado, tentamos notificá-lo e não foi possível, e a Comissão vai a Londres, e cada vez mais ele se torna uma pessoa imprescindível na investigação...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...eu vejo que há, sim, um apelo para que a gente possa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, Sr. Presidente, a minha pergunta é outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...não nos curvamos a esse tipo de procedimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, em relação ao sumiço do Sr. Júlio Faerman, nós estamos em total concordância com V.Exa. Em relação à convocação de outras pessoas, o que importa aqui é o seguinte: se podem colaborar e se não há constrangimento.

Eu queria entender melhor. A informação que eu quero é: sócio do Júlio Faerman é sócio, então, certamente está inteirado de todas as questões; quanto a familiares, eu preciso saber exatamente, para fazer uma votação unânime... Eu não quero participar de nenhum tipo de injustiça ou constrangimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...só se tiver como contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...V.Exa. pode subsidiar o Deputado Júlio Delgado e o Deputado Ivan Valente com as informações que tornam necessária a convocação do filho do Sr. Júlio Faerman?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom, primeiro, quero dizer que o Sr. Júlio Faerman tinha, entre algumas das suas empresas, a Faercom e a Oildrive, por onde transitaram os recursos que vieram da SBM. E, numa recente entrevista do próprio Sr. Jonathan David Taylor, ex-Diretor da SBM Offshore, em suas palavras:

> *"O senhor esteve com Faerman?"*
>
> *"Várias vezes. Júlio Faerman não era agente independente; ninguém da PETROBRAS falava com a SBM sem ele; era altamente íntimo do esquema no Brasil e atuava com o seu filho Marcello e o sócio, Luiz Eduardo Barbosa."*

Essa é a razão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas o filho também era sócio? Ele era alguma coisa da empresa?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, o filho atuava em parceria com o pai e o sócio, a ponto, Deputado Ivan, de ser do conhecimento do ex-Diretor da SBM. Diz que ninguém falava com a PETROBRAS sem passar pelo Júlio Faerman. E, nas operações que ele produzia, para ter esse tipo de contato, ele se valia do filho e do sócio. Portanto, o filho operou junto. Essa é a referência que nós temos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deixe-me perguntar: segundo eu entendi primeiro, V.Exa. vai abrir uma exceção nesta reunião de oitiva exclusivamente para a questão do Faerman, porque essa questão abordada agora pela Deputada Eliziane é um outro momento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Julgo oportuno ser feito, porque a gente não pode criar aqui um pano de fundo para atrapalhar os bons trabalhos que a CPI tem encaminhado, para não parecer que a gente está querendo botar um bode na sala, que seja a exumação de corpo, e tirar o foco desta CPI. É uma preocupação muito grande.

Então, só para dizer isso, se essa é realmente a decisão de V.Exa., e dizer ao Deputado Ivan que, como o filho era sócio dele, Deputado Ivan... Eu falei aqui... Outro dia nós já tivemos embates aqui sobre convocação de familiares. Eu sou

totalmente contrário a fazermos qualquer tipo de convocação que possa constranger os envolvidos ou, no caso... Mas a filha do Sr. Júlio Faerman, ela é a secretária dele, é ela que marcava essas agendas, que o senhor...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Filho ou filha?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Filho e filha, os dois. Ela era a secretária, ela que marcava as passagens para eles se deslocarem no Brasil e para fora, ela que marcava os encontros das empresas do Sr. Júlio Faerman na PETROBRAS e com os diretores. Não tem nenhum fundamento chamar só pelo constrangimento, mas, sim, pelo fundamento de ela ter conhecimento daquilo que era convocado pelo Sr. Júlio Faerman. É isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, eu estou aguardando primeiro finalizarmos este assunto, porque...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu realmente quero a resposta de V.Exa. até para eu poder argumentar em relação à colocação do Deputado Júlio, que, ao que me parece — eu não sei se o Deputado Júlio se referiu diretamente à minha defesa ou à possibilidade de a CPI pautar o debate. Então, a gente só precisa esclarecer isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Primeiro, é o seguinte: eu gostaria primeiro de saber se eu tenho o apoiamento unânime para que a gente faça...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...essa convocação das pessoas ligadas ao Sr. Júlio Faerman para esta CPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Claro, Presidente. É isso que eu perguntei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu tem V.Exa. a palavra; em seguida, o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deixe-me dar números para complemento aí, Sr. Presidente. São os Requerimentos nºs 702 e 715. Os nomes

dos senhores são Marcello Faerman e Eline Faerman, filha dele e secretária dele, das suas agendas. Os requerimentos são esses aí e estão incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, rapidamente só, eu gostaria de registrar aqui, dar os parabéns...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nºs 702 e 703, para ser mais exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ...dar os parabéns a esta CPI. Na última sessão deliberativa, nós aprovamos diversos nomes. Já estão em pauta 12 nomes que foram aprovados na semana passada para as oitivas relativas à COMPERJ e à RNEST, requerimentos de nossa autoria, mas também de extrema importância para esta Comissão. São 12 oitivas já marcadas.

Mas também gostaria de registrar, Sr. Presidente, que V.Exa. me autorizasse, mesmo antes dos dias 8 e 9, ver se a gente pode achar uma outra data para ouvir mais quatro pessoas que foram aprovadas na última reunião deliberativa: o Sr. David Feffer, o Sr. Daniel Feffer, o Sr. Caio Gorentzvaig, que são pessoas que, segundo denúncias, estão envolvidas com transações bilionárias junto com a PETROBRAS, mas isso ficaria para outro momento.

Somando esse assunto do Sr. Faerman aqui, os requerimentos do Deputado Onyx, do Deputado Júlio, eu gostaria só de fazer um apelo aos Deputados aqui. A gente sabe que isto aqui é uma exceção, tem o meu total apoio, mas uma figura também que vem causando aí... vem causando aí...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só uma informação, Deputado...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O Caio, ele é...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É vítima.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É vítima. É vítima, mas também está envolvido. Vamos chamar todo o mundo.

Mas eu queria só, Sr. Presidente, somar aqui e pedir o seguinte aos companheiros, se V.Exa. pudesse abrir também uma exceção: na deliberativa passada, no momento em que estava sendo votada a convocação da Sra. Stael Fernanda Janene, começou a Ordem do Dia. Então, se pudesse, que incluíssemos,

nessa exceção de hoje, o nome da Sra. Stael Fernanda Janene, que é de extrema importância. A imprensa já publica aí o desejo dela de vir falar a esta CPI.

Eu gostaria de fazer esse apelo, já que estava em votação, e foi encerrada aquela sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, já respondendo à questão de ordem de V.Exa. e antes de passar a palavra para o Deputado Prascidelli — conto com a paciência dele, que eu sei que é inesgotável —, essas denúncias sobre a possível não morte do Sr. José Janene, elas chegaram até este Presidente no dia de ontem. As informações que me chegaram foram subsidiadas pelo fato de que a própria viúva, Deputada Eliziane, não tem certeza de que o Sr. José Janene morreu. O seu caixão chegou lacrado, segundo informações, ao sepultamento, de maneira injustificada. Ele faleceu de infarto, não havia motivo para que o caixão estivesse lacrado, e não há relatos de que alguém viu o Sr. José Janene morto.

Então, essa informação chegando até este Presidente, eu só tinha duas saídas: a primeira, ignorar, ficar inerte e não trazer para a CPI, aí eu estaria sendo conivente com essa situação; e a segunda, tornar pública, como eu tornei. Como eu, desde o início dos meus trabalhos, sempre me pautei pela transparência, eu irei continuar assim até o final desta CPI, para não só me proteger, mas me respaldar perante a opinião pública, que quer uma resposta sobre isso.

O Sr. José Janene é personagem de vários escândalos nesta República. Apareceu no mensalão, reaparece agora de maneira muito forte nesses desvios da PETROBRAS, e denúncias e mais denúncias são trazidas, não só por ocupantes de cargos, mas por doleiros, por políticos, sobre a atuação desse Deputado.

Então, eu estou trazendo para esta CPI. Conversei com a imprensa hoje, antes de chegar até aqui para o início dos nossos trabalhos, dizendo do desejo de fazermos essa exumação.

Eu não estou aqui, como V.Exas. querem dizer, o Deputado Júlio, principalmente, querendo criar pano de fundo. Eu não preciso criar pano de fundo para nada, Deputado Júlio Delgado. Eu estou apenas sendo transparente e trazendo para os meus colegas de investigação um fato que chegou até este Presidente.

Eu estou aqui, na verdade, sendo correto e cumprindo uma obrigação que me cabe. Se a exumação for feita, como eu defendo que seja feita, porque não há nenhum tipo de agressão, nós não estamos aqui denegrindo a honra do Sr. José Janene, nós não estamos aqui denegrindo a família do Sr. José Janene, nós não estamos aqui entrando em nenhuma seara que venha a prejudicar o trabalho da CPI. A CPI tem aqui, V.Exas. o receberam, um cronograma, que eu acho que nenhuma CPI teve nesta Casa: nós vamos, na semana que vem, ouvir pessoas terça, quarta e quinta; na outra semana, segunda e terça; Deputados estão indo para Londres; Deputados estão indo visitar as refinarias. Então, a nossa CPI é uma CPI que trabalha, é uma CPI que se esforça para investigar.

Então, se fizermos a exumação do cadáver do Sr. José Janene, se é realmente o cadáver dele que está lá, espero eu que esteja para que a gente não entre em toda uma discussão. Mas, em não estando lá e sendo possível, porque a história mostra que isso já aconteceu, essas falsas mortes para se livrarem de possíveis penas, nós vamos ter que ter todo o desenrolar de uma situação que vai exigir de nós e das autoridades providências.

Eu quero, na verdade, é dividir com os meus companheiros uma coisa que eu entendo como extremamente necessária. Esta CPI não pode ficar na incerteza dessa informação. Por quê? Porque ela não perde absolutamente nada em exumar o corpo. A CPI não perde nada. Ela não sai do seu caráter. Se ela chegar lá e constatar que ele morreu, tudo bem. E se ele estiver vivo? Se ele não estiver morto?

Então, nós temos que saber esse desenrolar, para que a gente possa elucidar essa situação. Então, eu não quero aqui pensar que V.Exas. quisessem que eu recebesse essa informação e a guardasse para mim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, ela própria falou com o senhor?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem deu a informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dessa informação eu irei preservar a fonte, Deputado Arnaldo Faria de Sá, em respeito à fonte e, acima de tudo, porque nós não sabemos a veracidade da informação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, mas uma decisão...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não gostaria, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, tem que tomar cuidado porque o defunto não pode se evadir, né?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu gostaria de reiterar... Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É por isso que a gente tem que suspeitar. V.Exa. me desculpe, Sr. Presidente. V.Exa. quer preservar a fonte, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei preservar a fonte.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... a sua ponderação é justa. Agora, V.Exa. sabe que a gente tem o funcionamento da CPI, e eu também quero trabalhar, como muitos *(ininteligível)...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, sim... Se for da vontade de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou disposto a contribuir. Agora, quero dizer a V.Exa. que uma exumação como essa não é fácil de ser feita. Na prática, ela tem outra realidade. Isso tira o foco da CPI, porque passa a chamar a atenção para a exumação de um corpo, enquanto estamos chegando à conclusão de ouvir empresários e políticos envolvidos, Sr. Presidente.

Tenho muito medo, e é um alerta que faço sobre a preocupação em relação a isso. Cuidado, porque esse corpo aqui já é chamado de *pizza* em CPI. Depois, esse cadáver insepulto — para discutirmos sobre se está morta ou viva uma pessoa, retirando o foco da CPI nas investigações de quem está vivo e tem responsabilidade — pode recair sobre todos nós. Sobre meus ombros não vai cair, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. Eu quero que V.Exa. agora, já que levantou que a CPI pode terminar em *pizza*, diga qual foi o gesto desta CPI, deste Presidente, que não foi compromissado com as investigações. Eu quero que V.Exa. cite apenas um procedimento que eu tomei que não tenha sido transparente, que não tenha sido para colaborar com as investigações.

Não pode V.Exa. fazer aqui ilações irresponsáveis. Não pode V.Exa. fazer isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, mas eu *(ininteligível)* com a contribuição sua. Houve um dia na CPI que aprovamos 200 requerimentos, e semana passada demoramos uma reunião inteira para aprovar 30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim. E a culpa é deste Presidente, Deputado Júlio Delgado?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque foi lido um a um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E a culpa é deste Presidente, Deputado Júlio Delgado?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas eu não quero compartilhar com essa *(ininteligível)*. Não posso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, tudo bem. V.Exa. não quer compartilhar, mas V.Exa. não pode, na verdade, generalizar...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu vou ler aqui para V.Exa.: *"Morreu na madrugada desta terça-feira (14) o ex-deputado José Mohamed Janene, de 55 anos, que estava internado desde 4 de agosto no Instituto do Coração (Incor) em São Paulo. Segundo o hospital, Janene estava inscrito em fila de transplante de coração havia três meses. O ex-deputado foi internado em São Paulo para ser submetido a cirurgia (...). Desde a realização da cirurgia, ele estava internado sob tratamento intensivo na Unidade de Recuperação Pós-Operatório (...). Em fevereiro, ele havia sido internado em Londrina após sofrer um acidente (...)."*

E aí fala da história dele e diz que o corpo dele seria encaminhado. É só pegar — não precisa fazer a exumação — no Instituto do Coração de São Paulo para saber se o corpo dele foi dirigido e por que o cadáver foi colocado em caixão fechado. Porque está aqui: o Instituto do Coração declarou a morte do Sr. José Janene. Tem responsabilidade.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria finalizar, para que V.Exa. respondesse a uma pergunta minha referente a essa questão. Ao que me parece, precisa de autorização da própria família para essa exumação. É uma informação que, inclusive, deve ser checada.

Outra situação, Presidente — aí não é questão de ser contra ou a favor da exumação —, é que acredito que o passo de ordem lógica seria a gente ouvi-la aqui na Comissão. E não foi aprovada a vinda dela na Comissão.

Minha pergunta a V.Exa. é: já existe uma decisão deliberada por V.Exa. de exumação sem antes ouvi-la, ou V.Exa. primeiro pretende ouvi-la para depois partir para a segunda parte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, eu expressei à imprensa que a atitude a ser tomada para ver a veracidade dessa informação é a exumação. E eu defendo pessoalmente isso. Agora, não posso tomar uma atitude pessoal, eu represento uma Comissão.

Eu só posso tomar essa atitude se houver o amplo apoio e a concordância de V.Exas. Em não havendo, em sendo da convicção de V.Exas. que o melhor é trazer a Sra. Stael aqui para depois fazer isso, não há nenhum problema. Se a decisão for consultar o hospital que internou o Sr. Janene, para se evitar um ato mais drástico, tudo bem. Agora, como médico, posso afirmar que o que vai dizer se ele está vivo ou morto é só a exumação e não um papel. Nenhum papel diz isso, porque papel em branco aceita tudo. Certo? Quero deixar isso aqui muito claro.

Agora, o comportamento que a CPI vai ter com relação a essa informação, quem vai dizer são V.Exas. Eu não posso aqui, Deputada Eliziane, ser irresponsável de receber uma informação que julgo importante e não trazer para dividir com V.Exas.

O SR. DEPUTADO ATINEU CÔRTES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na verdade, não sei dizer se estou sendo entendido, mas estou sendo levado por V.Exas. para um lado que eu não esperava. Estou aqui agindo com a melhor das boas vontades. Estou aqui querendo investigar. E V.Exas. estão dizendo que estou querendo criar pano de fundo. Quem quer criar pano de fundo não faz o cronograma que eu fiz. Quem quer criar pano de fundo não tem o compromisso que eu tenho.

Eu não vou aceitar esse tipo de ilação aqui. E muito me entristece porque as pessoas que estão fazendo ilação conhecem minha índole, conhecem o meu trabalho nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, uma sugestão...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu não estou fazendo nenhuma ilação, Presidente. Eu nem falei...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estamos fazendo um alerta a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu estou pedindo a palavra aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou pedindo também a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só 1 minutinho. Eu darei a palavra ao Deputado Prascidelli, que está aguardando desde o início. Em seguida, falarão o Deputado Delegado Waldir, o Deputado Ivan Valente, o Deputado Aluisio Mendes e o Relator.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, vamos retomar a primeira questão que V.Exa. colocou, com relação a abrirmos um precedente, extraordinariamente, para aprovar a convocação de mais algumas pessoas relacionadas ao Sr. Julio Faerman.

Há duas questões centrais, Sr. Presidente. Compreendendo, evidentemente, a vossa intenção e a boa condução dos trabalhos, precisamos considerar — isso mais para os membros desta CPI do que para V.Exa. — que esta Comissão e esta Casa são colegiados políticos. E esta CPI, evidentemente, tem em cada um de seus componentes as suas visões políticas.

E V.Exa. traz duas questões com as quais concordo. Já ouvi pronunciamentos de alguns Deputados aqui e quero acrescentar algo nesse sentido, mas fato é que são dois precedentes extraordinários. Espero que a gente possa compreendê-los, de fato, como precedentes extraordinários, e não transformar a exceção, posteriormente, em regra, de acordo com eventual conveniência política.

Neste caso que V.Exa. apresenta e o próprio Deputado Onyx Lorenzoni apresenta, há duas questões sobre as quais temos, em princípio, discordância. Mas, em função das circunstâncias, queremos também corroborar sua opinião e as opiniões dos Deputados que aqui se expressaram.

Primeiro, há a abertura da excepcionalidade nesta sessão para fazermos a aprovação de um requerimento. Então, que fique na excepcionalidade deste caso, e que a gente não coloque isso, depois, em uma outra circunstância de conveniência política de cada um dos Srs. Deputados.

A segunda, que já foi expressada em outras opiniões — o Deputado Júlio Delgado e o Deputado Ivan Valente já se expressaram nessa linha —, é a convocação de familiares. Neste caso, não se trata da convocação de familiar pura e simplesmente, mas de uma pessoa que operava junto, segundo o relato do Deputado Onyx Lorenzoni e pelas circunstâncias relatadas aos Deputados que estiveram em Londres, esta semana, para ouvir depoimentos. Então, esses Deputados ouviram relatos que demonstram que essa pessoa também é sócia e está envolvida no esquema. Portanto, precisa ser ouvida.

Neste caso, não se trata de ouvir familiar. Espero que fique bem clara essa divisão, porque, senão, a gente fará uma exceção que poderá ser utilizada em outra circunstância.

Então, eu queria concordar com V.Exa. e parabenizá-lo.

Com relação à exumação, acho que V.Exa. está dando o caminho correto: esta Comissão precisa avaliar qual será o primeiro passo: ouvir a ex-esposa do Sr. Janene, ou partir tecnicamente para esse instrumento que V.Exa. apontou junto à imprensa quando soube de um fato. Isso também faz parte. Muitas vezes somos abordados com notícias, com informações, com algumas questões, pela complexidade do tema, que nos remetem a um ou outro caminho. E precisamos muitas vezes ter a serenidade, como V.Exa. está tendo, para que não saiamos do foco e não levemos a CPI para outro caminho.

E V.Exa. está compreendendo que se está seguindo no mesmo procedimento investigativo e de apuração.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, nos últimos 15 anos minha experiência tem sido na área investigativa. Tenho visto que V.Exa. tem conduzido com maestria a investigação desse caso, desse desenrolar na CPI da PETROBRAS.

Não vejo nenhuma mudança de foco. Eu acho que todas as informações úteis — quando eu trabalhei com investigação e assim no Ministério Público — não podem ser descartadas. Nós não podemos descartar nada. Tudo é possível, tudo é possível.

Não vejo mudança de foco. Eu já me havia proposto, quando a PETROBRAS criou dificuldade para mandar as gravações, a auxiliar no cumprimento do mandado de busca para que a gente conseguisse as gravações. Eu já fiz algumas exumações e já me coloco à disposição para acompanhar, com outros membros da CPI e os médicos legistas de onde estiver o corpo, *in loco*, sem mudar o foco. As audiências aqui podem continuar. Não vai atrapalhar em nada. Podemos ter vários focos, como ocorre agora com o grupo que está em Londres. E nada atrapalha o bom andamento.

Eu só queria dizer a V.Exa. que estou à disposição e que acho fantástica a sua condução. Há alguns Deputados que estão equivocados, mas eles vão mudar de opinião ao final desta CPI. Aqui não tem lugar para *pizza*. Aqui pode ter lugar, ao final, de algema para bandido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu vou ser muito breve. Eu quero primeiro manifestar o meu apoio a V.Exa. na condução dos trabalhos. Também não vejo nenhuma manobra diversionista nessa decisão de V.Exa. de solicitar a exumação do corpo. Até porque há na crônica policial — o Deputado Delegado Waldir sabe e eu também — vários casos no Brasil e até fora do Brasil de simulações de morte no intuito de mascarar algum tipo de crime. E, diferente do que o Deputado Júlio Delgado disse aqui, o processo de exumação é muito simples, não tem nada de complicado. Eu também não acho que tire o foco. É algo mais que pode acrescentar ou não a esta CPI.

Então, eu quero aqui manifestar o meu apoio à decisão de V.Exa. e à solicitação e também com relação à aprovação extrapauta da convocação dos familiares do Sr. Julio Faerman e dos seus sócios. E quero dizer ao senhor que eu acho que a exumação, sem dúvida nenhuma, tirará uma grande dúvida com relação a esta CPI, porque não resta dúvida de que o ex-Deputado José Janene é figura central em todo esse escândalo. E caso ele esteja vivo, ele poderá esclarecer muita coisa que ainda não foi esclarecida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas uma informação. Eu liguei para o serviço funerário do Município de São Paulo e tive a seguinte informação. Toda vez que o traslado de corpo é de uma cidade para outra sai com o caixão lacrado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O Deputado Luiz Sérgio pediu a palavra. Em seguida falará o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fernando Monteiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando, com muita razão, o Presidente Hugo Motta expressou aqui o seu descontentamento em relação à palavra *pizza* e pediu um exemplo, foi usado o exemplo da semana passada. Só que esse exemplo não serve, porque não podem acusar-me, como Relator, e nem o Presidente, quando estivermos respeitando estritamente o Regimento desta Casa. Então, o Regimento é uma regra que rege todos. E seguir o Regimento não pode ser objeto... Pode até ter discordância, mas precisa ter o entendimento. O contrário, não respeitar o Regimento, é que poderia ser objeto de se buscar fazer *pizza*.

Com relação à questão aqui levantada, a ida de membros da Comissão a Londres abre uma nova linha de investigação que, a meu ver, precisa ser aprofundada. Nem todo o aprofundamento dá para ser deliberado hoje aqui, mas nós também precisamos, por exemplo, ouvir os executivos da SBM, que acusa o Taylor de tentar extorqui-la. Então, essa é uma acusação que existe. É preciso que fique esclarecido se o tal do Taylor é mocinho ou é vilão nessa história. Como também...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, talvez não. Basta ouvir.

Como também a acusação que existe contra o Jorge Hage, que dirigia a CGU. Nós precisamos ouvi-lo, porque não basta só a versão dele de que recebeu a denúncia e que ele não tomou nenhuma providência. Vamos ouvi-lo sobre o que tem a explicar sobre esse fato. Como também o processo que já anda — pelo que temos conhecimento — a passos largos na Holanda em relação ao Ministério Público holandês com a empresa SBM, para poder aí, a meu ver, fechar todos os flancos: a CGU no Brasil; o Ministério Público na Holanda; os representantes da empresa SBM que acusam o Taylor de ter chantageado e, evidentemente, as outras pessoas que aqui foram citadas.

Com relação a tanto quanto citaram as filhas do Paulo Roberto, não era pelo fato simples de serem filhas, é porque elas tinham empresas que operaram no esquema. Aqui, quando o Deputado Onyx traz esse requerimento, diferentemente da questão do Duque, sem querer polemizar, não é por ser filho, é porque as evidências são concretas de que ele operava no esquema. Então, quando um parente estiver operacionalizando no esquema, eu terei uma avaliação diferente de quando uma pessoa for parente sem estar inserida no processo da operação.

Aqui, em relação a esse tema, como Relator, eu tenho um posicionamento favorável ao requerimento do Deputado Onyx, afirmando que, no que se refere a isso, para completar todas as fases, nós teríamos aqui de verificar um mecanismo de ouvir os representantes da empresa ou quem está no Brasil ou alguém da Holanda que pode vir até aqui, a documentação do Ministério Público da Holanda e também Jorge Hage, que era o Ministro da CGU, no período, para que ele possa aqui esclarecer que atitudes ele tomou.

Em relação à questão aqui do Janene, tem algo que, quando nós fomos a Curitiba, a esposa do Janene não esteve comigo, mas mandou recado a membros da CPI de que queria colaborar. Agora vem com essa nova versão, que precisamos verificar se é fato ou não. Acho que vamos discutir num outro momento. O Presidente aqui já expressou a sua posição. Mas esse é um fato, um tema que não hoje, mas num momento oportuno — eu não defendo aqui a excepcionalidade para esse requerimento levantado pelo Deputado Altineu — nós precisamos aprofundar,

para ver qual é o caminho que vamos seguir diante das informações truncadas que chegam aqui aos membros da CPI.

Eu sou favorável à excepcionalidade com o compromisso que nós temos que aprofundar sobre os temas aqui levantados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes nós podemos evoluir aqui para que possamos dar seguimento à oitiva, que estava marcada para as 14h30min e já são 16 horas. Infelizmente, não conseguimos começar.

Havendo a concordância, como já analisei aqui que há, eu vou colocar os requerimentos em votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas antes da deliberação, porque ela incide na deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu não vou colocar agora. Antes de colocar, darei a palavra a V.Exa. Eu quero só anunciar aqui que nós vamos colocar os requerimentos do Deputado Onyx Lorenzoni, os requerimentos extrapauta do Deputado Júlio Delgado, o 702 e o 703, e o Requerimento 780, do Deputado Onyx Lorenzoni, que falam sobre esse tema do Sr. Júlio Faerman. Esses requerimentos entrarão extrapauta e aprovaremos essa convocação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho mais uma sugestão, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais uma vez um apelo. Só gostaria de fazer um apelo: que incluíssemos o Requerimento 744,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, vamos seguir a ordem!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ...que já estava em votação na última sessão deliberativa, da Sra. Stael Fernanda Janene.

Eu acho que que a CPI não perde nada. É uma excepcionalidade, mas, nesse caso, já estava em votação. Foi interrompido pela Ordem do Dia. Eu acho que a CPI não perde nada em aprovar esse requerimento hoje, já que o Deputado Janene é centro de toda essa questão que nós estamos investigando, o ex-Deputado Janene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu queria pedir uma atenção da CPI, um instante. Nós estamos diante de um momento, aqui na CPI, que exige uma certa perspicácia no andamento dos trabalhos.

Eu quero exemplificar o que aconteceu em Curitiba. O Deputado Altineu fez uma pergunta — eu me lembro agora aqui perfeitamente —, não sei se foi ao primeiro da lista, ao Youssef, a respeito de haver 185 milhões de euros, exatamente sobre essa questão. Só que, na hora da sua pergunta, V.Exa. não especificou de onde vinha essa informação, apenas perguntou. E ele deu negativa e tal.

Bom, agora aparece uma outra matéria que diz aqui — está na *Veja* — que Deputados do PMDB, conversando com a esposa do ex-Deputado Janene, colocam isso, que houve esse problema. Eles desconfiam que ele realmente não morreu ou não foi enterrado, sei lá.

Veja: vamos ter que lidar com essa questão de uma maneira razoavelmente sagaz, porque a CPI tem que investigar tudo a fundo, mas também ela não pode embicar em determinadas questões que não estejam muito claras. Eu proporia, antes disso, antes inclusive de convocar a Sra. Stael aqui, que uma comissão suprapartidária fosse conversar com ela, suprapartidária. E aí, sim, eu não tenho nada contra convocá-la, mas é só para termos uma sensibilidade geral a respeito de um fato que realmente cheira roteiro de novela. Janete Clair ficaria impressionada, os senhores hão de convir comigo: 185 milhões de euros num caixão no lugar do corpo do Janene não dá! Vamos calma aí, gente! Vamos com calma!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Deputado, o único lugar em que os 185 milhões de euros não estão é no caixão do Janene. O senhor tenha certeza disso! O senhor tenha certeza!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele pode ser aberto depois. Ele já pode ter sido exumado! O dinheiro já pode ter sido exumado!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E a denúncia é de que o Alberto Youssef...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas. Vamos retomar a votação.

Requerimentos extrapauta pedidos pelos Deputados Onyx Lorenzoni, Altineu Côrtes, Lelo Coimbra, Júlio Delgado, Fernando Monteiro, Eliziane Gama, Izalci, Delegado Waldir e Aluisio Mendes, que requerem a convocação dos Srs. Marcello Faerman, Luiz Eduardo Barbosa, Eline Faerman, e há outro requerimento de convocação do Sr. Marcello Faerman.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu darei a palavra a V.Exa. É que V.Exa. tratou de diversos assuntos, menos da questão de ordem.

Então, eu colocarei em votação os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. não colocou o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual seria o requerimento que V.Exa. quer incluir?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O requerimento é o seguinte: já que nós estamos falando em desaparecidos, do Sr. Julio Faerman, eu quero colocar o requerimento de outro desaparecido, que é o Sr. Jayme de Oliveira. Quero que ele seja posto para ser votado, porque não foi votado ainda. Que ele seja votado neste momento, o do Sr. "Careca". Ele também está desaparecido pelos mesmos argumentos. Ele está desaparecido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, a exceção que eu pedi para ser aberta aqui foi para que houvesse, na verdade, a concordância com esses temas que foram relevantes durante o processo.

Até onde sei, não há concordância por parte de alguns partidos sobre a convocação do Sr. Jayme de Oliveira. Isto aqui só foi possível ser feito porque houve a concordância de todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, além desses pedidos, V.Exa., regimentalmente, recebeu o pedido de extrapauta? V.Exa. tem o pedido de extrapauta na mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não há.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há pedido de extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Apenas para esses três requerimentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o pedido de extrapauta está na mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só para esses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Assinado, só para esses requerimentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, é preciso outro extrapauta de outra matéria.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em relação à Comissão, o senhor não respondeu.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero só uma informação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já comuniquei aqui aos convocados. Eu darei a palavra a todos os Deputados. Agora eu quero evoluir para a votação.

Então, vamos primeiro votar nominalmente a inclusão desses três requerimentos na pauta. Eu peço aos senhores que votem pelo sistema eletrônico a inclusão desses três requerimentos, que julgo serem importantes para que a CPI continue o seu trabalho.

Então, está aberta a votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu só quero saber quais são os três, Presidente, se incluem a Fernanda. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São os Requerimentos nºs 702, 703 e 780.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas está incluído o da Fernanda ou não? Eu não sei qual o número do requerimento dela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esse tratamento sobre a questão do Janene...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A Fernanda é a esposa do Janene?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não está na pauta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A Stael Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu, pessoalmente, irei formular o pedido de exumação. É um pedido pessoal, porque entendo ser necessário.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu subscrevo inclusive o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço ao Deputado Aluisio. Eu entendo como necessário este esclarecimento. Se vai ser feito ou não, quem vai discutir é a CPI. Eu até poderia fazê-lo, mas não quero aqui ser taxado de que estou exercendo minhas vontades pessoais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas ele não está pauta, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não está na pauta, Deputado Júlio. Eu nem apresentei ainda!

Então, eu irei fazer esse pedido de exumação e espero contar com o apoio dos senhores para que possamos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Presidente, eu fiz outra proposta!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Tem meu apoio, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço aos senhores.

Com a palavra o Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu acho que o Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fiz uma proposta, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...para desanuviar, ele faz uma proposta de encaminhamento que pode ser o caminho. E para V.Exa. ter que decidir, pedir solidariedade, o primeiro passo é a exumação. Ninguém vai ser contra a exumação. Mas veja bem: em vez de aprovarmos aqui já a convocação para uma oitiva da talvez viúva do Janene...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Essa é a vertente correta, trazer a viúva primeiro.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me, deixe-me falar! O mais correto, certamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, é uma subcomissão

representativa para ouvir a senhora e lhes dar um relatório que vai permitir uma decisão mais segura, para não termos de provocar algo que possa, digamos assim, tornar fato a preocupação do Deputado Delgado. De repente, pode-se dizer que estamos tentando desviar. Pode ser que não seja necessário, mas eu, pessoalmente, concluindo minha fala, agradecendo-lhes a atenção, digo que não descarto isso. Com todos esses milhões, não é impossível que alguém tenha dado um atestado de óbito, por exemplo, à custa de muita grana. Isso não é impossível, por mais que estejam envolvidos médicos conhecidos, instituições hospitalares que têm um nome a zelar. Mas como tudo é possível, não se pode desviar o foco. A comissão proposta pelo Deputado Ivan, dentro de 2 ou 3 dias, poderá ouvi-la, fazer um relatório para V.Exas. e, na próxima reunião deliberativa, decidimos pela exumação ou não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar a V.Exa. se vamos decidir a respeito do pedido de prisão do Sr. Júlio Faerman ao Dr. Sérgio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encaminharei ofício ao Sr. Sérgio Moro, comunicando que a Polícia Federal já está em busca do Sr. Júlio Faerman, fazendo um pedido para que a prisão possa ser decretada em juízo, atendendo apelo de V.Exa. e em respeito a esta CPI. As apurações precisam ser feitas. Determino a Secretaria que tome as providências necessárias.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, posso só fazer um pedido a V.Exa. e à Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode. Passarei a palavra ao Deputado Paulo Magalhães em seguida.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, que fale o Deputado Paulo Magalhaes. Depois falarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. têm conduzido os trabalhos desta Comissão numa competência, numa lealdade e numa fidelidade aos fatos incomuns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E eu, que tenho participado constantemente dos trabalhos, tenho obrigação de fazer este registro. Daí por que me sinto obrigado a dizer que não se pode, em hipótese nenhuma, pensar em qualquer similitude do que se faz aqui com *pizza*.

Quanto ao aspecto da exumação, manda o bom senso, com o qual V.Exa., Sr. Presidente, e o Relator estão conduzindo os trabalhos, que, em vez de tratarmos abruptamente dessa questão, procuremos convocar a viúva. Talvez aí, com a oitiva da viúva, não venhamos precisar trabalhar em cima da exumação. Ela já se mostrou com a vontade e com o desejo de colaborar com esta CPI, e aí nós teremos, Presidente, um caminho extremamente fértil para desenvolver esse raciocínio. Eu acredito que toda a Comissão, todos os Deputados, com o bom senso e o equilíbrio que têm norteado esse trabalho, vão caminhar nessa vertente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Paulo Magalhães, eu entendo e concordo com o apelo de V.Exa. Acho que poderíamos aqui, diante desses fatos, para que mostremos a nossa diligência, concluir a votação iniciada para a convocação da Sra. Stael, convocando-a, trazendo-a à CPI. Depois disso, tomaremos as providências. Agora, o pedido de exumação eu vou deixar pronto. Eu vou fazer o pedido, porque me comprometi e o vejo como necessário.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Perfeitamente. E uma coisa não tem nada a ver com a outra, uma coisa não elimina a outra; pelo contrário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu vejo ainda mais necessária a vinda dessa senhora a esta CPI.

Tem a palavra o Deputado Fernando Monteiro e em seguida o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. vem conduzindo de forma muito correta a CPI, ouvindo todos os membros e dando oportunidade a todos de se manifestarem. Penso que novamente V.Exa. está querendo dar o melhor andamento aos trabalhos.

V.Exa. pode contar com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, primeiro quero elogiar a conduta de V.Exa. na condução dos trabalhos. Mas nós temos que agilizar as coisas. Não custa nada aprovar tudo isso, até porque, lá em Curitiba, ela se prontificou com o Relator a colaborar. Então, temos que aprovar o requerimento, mas já aprovamos também o outro requerimento. Se não for necessário, tudo bem, mas que não tenhamos que fazer outra reunião para aprovar o requerimento de exumação, se for necessário. Então, aprovamos a convocação dela aqui, mas já aprovamos também, se for o caso, fazer a exumação. O mais importante é terminar essa votação rápido, para ouvirmos depois o Dalton Avancini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos evoluir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os Deputados Hugo Motta e Kaio Maniçoba precisam votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Hugo Motta já votou. Vota, Kaio!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Kaio Maniçoba.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, seguindo a linha do Deputado Izalci, V.Exa. não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Kaio, V.Exa. pode votar para eu encerrar a votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. não poderia, então, colocar em pauta, Presidente, a continuidade da votação do requerimento à senhora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo a concordância de 100% dos Parlamentares, eu até defendo a convocação da Sra. Stael.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nesse sentido, Presidente, eu queria, inclusive, reafirmar que eu não tenho... Não é uma questão de ser contra ou a favor da exumação. Eu, inclusive, até defendo que nós venhamos a fazer isso. Agora, a minha preocupação é exatamente com esses passos iniciais que precisam ser dados.

Por exemplo, eu acho extremamente coerente a sugestão do Deputado Ivan Valente, porque talvez até ela não tenha as condições de falar isso aqui, numa sessão aberta. Numa sessão fechada, com alguns Parlamentares, nós poderíamos até ter um resultado melhor para efetivar, substanciar o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só concordo com os requerimentos que já estamos votando, com mais nenhum. Tchau!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a votação.

São 18 votos “sim”. Os requerimentos estão na pauta.

Os Deputados que aprovam os Requerimentos nºs 702, 703 e 780 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu tenho recebido aqui inúmeras manifestações, através das redes sociais, de que, na página da Câmara que permite o acesso às Comissões, o *link* da CPI está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que sejam tomadas as providências cabíveis para que a plena transmissão possa ser restabelecida, para que as pessoas que desejem possam acompanhar os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo concordância para que convoquemos a Sra. Stael, trataremos desse assunto em outra oportunidade, mas quero informar...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas eu acho que o Plenário concorda, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não houve discordância, não, Presidente!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Há um encaminhamento do Deputado Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há acordo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há acordo. Então, vamos dar seguimento. Nós temos outra reunião amanhã. Quem sabe, daqui para amanhã, chegaremos a outro acordo.

Agora, farei esse pedido de exumação, que precisa de autorização judicial, e quero dizer aos Deputados que se colocaram à disposição para assinar junto conosco que, ao fazer o requerimento, eu o encaminharei a todos, para que possamos ter um amplo apoio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, paute isso para amanhã de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Dalton dos Santos Avancini, Diretor-Presidente da Construtora Camargo Corrêa — Requerimentos nºs 34/2015, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; 149/2015, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 236/2015, do Deputado Júlio Delgado; 302/2015, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 437/2015, dos Deputados Eliziane Gama, Moses Rodrigues e Arnaldo Jordy; e 651/2015, do Deputado Antonio Imbassahy.

Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento nº 651/2015, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, guarda inteira relação com o teor dos requerimentos aprovados para convocação do Sr. Dalton Avancini, ex-Diretor-Presidente da Construtora Camargo Corrêa, quais sejam nºs 34, 149, 236, 302 e 437, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesses das propostas contidas nos requerimentos, reconheço como também aprovado o requerimento de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, informando que o mesmo constará da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar esta aprovação.

Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Convido o Sr. Dalton Avancini a tomar assento à mesa.

Informo que o Sr. Erton Medeiros Fonseca, Diretor-Presidente da Divisão de Engenharia Industrial da empresa Galvão Engenharia, convocado pelos Requerimentos nºs 36, 152, 234 e 607/2015 para oitiva na data de hoje, encaminhou ofício a esta Presidência solicitando redesignação de data para prestar depoimento, com a expedição de ofício de convocação pessoal para seu endereço residencial, em São Paulo. Alega ausência de intimação pessoal para tomar depoimento nesta assentada; impossibilidade de ausentar-se da sua residência sem antes comunicar o roteiro de deslocamento, com pelo menos 24 horas de antecedência, ao Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, que o colocou em prisão domiciliar. Informa também que exercerá seu direito constitucional ao silêncio.

Sobre o assunto, decido: o depoente encontra-se em prisão domiciliar sob a responsabilidade do Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, por força da decisão do Supremo Tribunal Federal que lhe impôs medidas cautelares alternativas à prisão.

Ciente dessa informação, esta Presidência encaminhou solicitação àquele Juízo no sentido da autorização para a sua oitiva pela CPI na data de hoje, tendo sido a solicitação deferida pelo Juiz Sérgio Moro, nos seguintes termos:

> *"Consigno, de forma redundante e desnecessária, que devem ser garantidos a ele os direitos inerentes à condição de acusado investigado, inclusive assistência pelo defensor constituído e direito ao silêncio, à exceção dos colaboradores que, expressamente, renunciaram a esse direito.*
>
> *Quanto a Dalton Avancini, considerando que houve acordo de colaboração premiada celebrado pelo Ministério Público Federal e homologado por este Juízo, houve renúncia ao direito de silêncio e deverá depor com o compromisso de dizer a verdade. Não obstante, quanto a Dalton Avancini, para não prejudicar investigações em andamento nesta Vara, autorizo-o a responder apenas questões sobre crimes praticados no esquema criminoso envolvendo diretamente a PETROBRAS, especificamente sobre os fatos já denunciados na ação penal, ficando vedada, por ora, a revelação de outros crimes ou o fornecimento de informações sobre crimes ainda em investigação perante este Juízo. Esclareço que a medida não visa coibir o poder de investigação da CPI, mas preservar o sigilo sobre investigações ainda em trâmite perante este Juízo, sendo ele necessário para a eficácia das diligências.*
>
> *Autorizo, assim, o deslocamento de Dalton dos Santos Avancini e Erton Medeiros Fonseca de seus domicílios, em São Paulo, até as dependências da*

Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal, e consequente retorno, na data de 19 de maio de 2015. É desnecessária a escolta, bastando apenas a comunicação do deslocamento à 12ª Vara Federal de Curitiba, para fins de controle.

A intimação dos acusados e de suas defesas é atribuição da própria CPI, mormente pelo fato de o pedido ter sido submetido na data de hoje a este Juízo, sendo que a oitiva está prevista para amanhã."

Resta, portanto, consignado na decisão do Juízo competente que o convocado Dalton Avancini foi devidamente cientificado da audiência pública nesta data. Quanto ao depoente Erton Medeiros Fonseca, assiste-lhe razão em parte, vez que não há como comprovar a sua intimação pessoal. Por outro lado, a decisão já traz inclusa a autorização para a oitiva, o que torna desnecessária a comunicação do deslocamento com 24 horas de antecedência por parte do depoente. Assim, informo a redesignação da data do depoimento em relação a este depoente para a próxima quinta-feira, dia 28 de maio, a partir das 9 horas.

A redesignação de nova data já foi informada ao Juízo, que autorizou o deslocamento nos mesmos moldes já explicitados na decisão anterior. A Secretaria tomará as providências necessárias no sentido de sua intimação.

Examinando os requerimentos de convocação do Sr. Dalton dos Santos Avancini, em face da contribuição que poderá dar aos objetivos desta investigação e considerando sua condição de investigado colaborador em processo judicial em curso na 13ª Vara Federal de Curitiba, estando, portanto, sob a égide da Lei nº 12.850, de 2013, informo que o depoente será ouvido na condição de investigado. Nesse sentido é também a decisão proferida pelo Juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos que o depoente responde na 13ª Vara Federal, em resposta ao requerimento formulado pela CPI.

Ressalto a condição peculiar da autorização para esse depoimento, que deverá ser seguida rigorosamente, devendo o convocado responder apenas a questões sobre crimes praticados no esquema criminoso envolvendo diretamente a PETROBRAS, nos termos da decisão judicial.

Advirto, Sr. Dalton, que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado. Ser-lhe-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, prestará V.Sa. o compromisso de dizer a verdade, renunciando ao direito ao silêncio, nos termos do art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado colaborador em processos judiciais em curso.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento da Casa. O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogados a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente, junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Dalton dos Santos Avancini.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu tinha só pedido a palavra para V.Exa., vou levar 10 segundos, fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Peço que V.Exa., de ofício, determinasse à Secretaria que consultasse o TSE arguindo se há alguma filiação partidária do Sr. Paulo Roberto Costa entre 2005 e 2015, que é o escopo dessa Comissão. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encaminhe um ofício a este Presidente, só especificando, para que eu possa encaminhar por escrito o pedido.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Sr. Dalton Avancini.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Boa tarde, senhoras e senhores. Vou fazer rapidamente, aqui, uma abertura, um breve histórico da minha vida

profissional. Eu trabalho há 23 anos na Camargo Corrêa. Eu entrei na empresa como *trainee* em 1992, passei por diversas áreas dentro da companhia — áreas administrativas, áreas internas — e, no primeiro período, entre 92 e 98, eu atuei em projetos, em obras; fiquei diretamente em obras. Depois, um período na sede, na administração central. No ano de 2000, aproximadamente, passei a tocar projetos, a ser o responsável pela área de projetos. Em 2004, eu me tornei diretor de uma dessas áreas de projeto. Em 2008, precisamente, foi quando eu comecei a atuar com projetos da PETROBRAS, área que até então eu nunca tinha atuado, exceto até, numa obra, mas ainda como engenheiro operacional. Entre 2008 e 2009, nós tínhamos... As nossas estruturas passaram por muitas modificações ao longo desses períodos aí. Entre 2008 e 2009 eu era diretor de contratos, quer dizer, dentro dessa área de, chamava-se diretoria de indústria. Então, era uma diretoria que ocupava projetos não só da PETROBRAS, mas também de outras empresas, inclusive outras empresas públicas ou privadas. Entre 2009 e 2010, foi criada uma diretoria de operações. Na realidade, essa diretoria de óleo e gás foi dividida entre operações e comercial. Eu sempre fui da área de operações, quer dizer, a minha história dentro da empresa foi fundamentalmente na área de operações. Entre 2009 e 2010, então, eu era o diretor de operações dentro desta diretoria de projetos de óleo e gás, que aí ela passou a ser especificamente de óleo e gás, exatamente em um momento em que os projetos começavam a tomar um vulto maior dentro da companhia e que os grandes projetos da PETROBRAS começavam a aparecer. Aí, em 2010, nós sofremos uma nova alteração: isso que era apenas duas diretorias foi transformado em uma unidade. De 2010, 2011, eu fui o superintendente dessa unidade, que era a unidade de óleo e gás que foi formada, e, a partir de 2011 até novembro do ano passado, eu era o Presidente da companhia, aí, sim, da companhia de engenharia e construção, em que a unidade de óleo e gás era uma das unidades que se reportavam a esta diretoria. Essa é a minha trajetória. Eu me dediquei 23 anos a essa empresa, a fazer projetos, grandes projetos de infraestrutura pelo País, sempre dentro da vontade de que as coisas acontecessem da maneira mais correta. Eu queria manifestar que, como já falado na abertura e como até o juramento que prestei, estou aqui para falar a verdade; quero colaborar com os esclarecimentos dos fatos, assim como já fiz ao assinar um termo de

colaboração com o Ministério Público e a Polícia Federal. Meu objetivo é realmente colaborar para que os fatos sejam totalmente esclarecidos. Gostaria de manifestar, sim, nesta abertura, o meu profundo arrependimento pelos fatos que vamos tratar aqui. Eu realmente lamento por não ter tido — e teria, talvez, essa possibilidade, como líder de uma unidade de negócios da empresa — a coragem e a força para romper com um processo que acontecia, e que a gente vê, hoje, claramente, quão danoso foi, não só para a empresa, mas como para o País e para todas as pessoas. Então, quero, já de pronto, deixar aqui meu pedido de desculpas a todos. Estou aberto às questões que me forem colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, para que ele faça os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de o Relator Luiz Sérgio começar as indagações, eu queria que fosse informado ao Plenário quem é o advogado do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a ler:

> *"Instrumento particular de outorga de mandato*
>
> *Outorgante: Dalton dos Santos Avancini, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 17.507.322/SSP-SP, inscrito no CPMF 094.948.488-10, residente e domiciliado na Rua Miranda de Azevedo, 752, Pompeia, São Paulo-SP.*
>
> *Outorgados: Pierpaolo Cruz Bottini, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 163.657; Ana Fernanda Ayres Dellosso, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 291.728; Thiago Brügger da Bouza, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 20.883; e João Antônio Sucena Fonseca, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 35.502.*
>
> *Poderes: os da cláusula ad judicia et extra, bem como os de transigir, firmar compromissos, recorrer e substabelecer, especialmente para acompanhar a oitiva e*

defender os interesses do outorgante perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito — não é mista — *, bem como representá-lo em todos os atos que se fizerem necessários.*

Sr. Dalton Avancini, 20 de maio de 2015."

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Antes do trabalho do Relator, eu gostaria de inquirir ao Dr. Avancini o que o levou à delação.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, de fato, eu acho que foi o espírito de realmente colaborar com essas investigações, um profundo arrependimento pelo que se fez até aqui, e até fruto de que a minha participação nisso sempre foi de uma forma lateral. E, muitas vezes, em função de processos que aconteciam, eu acabei tendo o meu envolvimento, o que me estimulou e fez com que eu realmente me tornasse um colaborador.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas não houve nenhum impulso que levasse o senhor a essa delação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O impulso de colaborar, de realmente... O fato de ter, de perceber...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Convenhamos que um pouco tarde, não é?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Com certeza. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em que período V.Sa. ocupou, na Camargo Corrêa, a diretoria de óleo e gás? E em que consistiam suas funções nessa diretoria? Datam dessa época suas relações profissionais com a PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, minhas relações profissionais com a PETROBRAS se iniciam entre final de 2008 e 2009, que é quando eu... Como eu comentei, existia uma área de indústria que envolvia ainda os

projetos da área de óleo e gás. Posteriormente, essa área de indústria foi transformada numa unidade exclusiva para a área de óleo e gás. Num dado momento, havia ainda uma diretoria operacional e uma diretoria comercial. Eu, num primeiro momento, era o diretor operacional dessa diretoria, e nesse momento é que eu me envolvi com os projetos da área de óleo e gás, com relacionamento com a PETROBRAS. Depois, essa unidade foi transformada numa unidade de negócios, inclusive, com a mudança da sede dela para o Rio de Janeiro. Eu me mudo para o Rio de Janeiro, moro um período no Rio de Janeiro. Posteriormente, ainda, eu fui... Mas o início do meu relacionamento com a PETROBRAS foi nesse ano de 2008 e 2009.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais eram as suas funções nessa diretoria?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como diretor operacional, eu era responsável pelos projetos da área de óleo e gás, responsável por todo o trâmite operacional desses projetos. Quer dizer, então, isso envolve a condução desses projetos. Como eram projetos muito grandes, tinham estruturas locadas nas suas unidades, mas, como eu era diretor da área, eles se reportavam a mim — os diversos projetos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - As relações comerciais da Camargo Corrêa com a PETROBRAS antecedem a sua entrada na empresa. Quais os contratos mais significativos da Camargo Corrêa com a PETROBRAS no período em que V.Sa. passou a integrar seu quadro de executivos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, quando eu assumi essa área, em 2008, a empresa já tinha uma série de projetos relevantes andando. Então, a REPAR já era um projeto que já estava em andamento — uma unidade de coque na REPAR. A REVAP também, algumas unidades dentro da refinaria já estavam em andamento. Uma unidade de tratamento de gás em Caraguatatuba, que era o UTGCA. Existiam algumas obras de duto. Todas essas obras se iniciaram antes, algumas bem antes até, de quando eu assumi a área de óleo e gás, sendo que o projeto da RNEST a Camargo já havia vencido a licitação; ela ainda não havia assinado o contrato. Esse foi o último contrato que foi feito, e esse contrato foi assinado já quando eu já era diretor da área de óleo e gás.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. assumiu a gerência desses contratos, esses contratos já estavam em curso, é isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, o contrato da REVAP, REPAR e alguns outros. Os mais relevantes, que eram REVAP, REPAR e UTGCA, a unidade de tratamento de gás, já estavam em andamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. assumiu a gerência desses contratos, foi comunicado a V.Sa. que havia o pagamento de propina a diretores da PETROBRAS e a partidos políticos ou a dinâmica do trabalho é que o levou a esse conhecimento? V.Sa. foi comunicado disso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Eu fui comunicado pelo diretor que me antecedeu. Ele comunicou que já existia, que já era um processo existente, quer dizer, e que existia um compromisso da empresa de pagamentos dentro da diretoria de abastecimento e dentro da diretoria de serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - De abastecimento e serviços?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Abastecimento e serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele não justifica esse pagamento, a razão pela qual esses pagamentos tinham que ser executados?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. A explicação que ele me deu à época é que essas diretorias, o diretor anterior, que era o Sr. Leonel Viana, que era o diretor a quem eu sucedi dentro da... Ele informa que esses projetos já estavam em andamento e que existia, dentro desse processo, um apoio partidário a essas diretorias e que era um compromisso da empresa atender a esse apoio partidário, fazendo esses pagamentos dentro de cada uma dessas duas diretorias.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Era um compromisso da empresa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Compromisso da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. falou aqui que trabalhou na empresa durante 23 anos. Só nesse momento é que V.Sa. teve conhecimento dessa relação de pagamento de recursos ou já tinha ouvido falar disso antes?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, especificamente, nesse momento, porque... Bom, a companhia é uma companhia bastante grande, quer dizer, ela tem uma série de divisões. A área de óleo e gás é uma das divisões. Tem divisões de energia, indústria, transportes. E, como eu comentei, eu comecei como

engenheiro júnior lá, que é completamente afastado, muito longe ainda desse tipo de decisão. Quer dizer, então, efetivamente me foi apontada esse tipo de ação exatamente no momento em que eu assumi a diretoria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Relator, só para ajudar: foi em compromisso partidário que o senhor falou?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O que se colocava é assim: existia um partido que apoiava o diretor na área de abastecimento, que era o PP... Aliás, na área de abastecimento, era o PP quem apoiava o diretor e com quem a empresa tinha o compromisso de atender a essas exigências. E, na área de serviços, havia um compromisso com o PT, que apoiava o diretor da área de serviços, Renato Duque. O Paulo Roberto dentro da área de abastecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Esses foram os dois únicos partidos que V.Sa. ouviu nesse período?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Foram os únicos dois partidos que eu ouvi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Segundo matéria publicada pela imprensa, V.Sa. afirmou em sua delação premiada que o cartel objetivava manter os preços dos contratos — abre aspas — *"em um patamar bom para as empreiteiras, não existindo uma pretensão de majorar artificialmente o valor a ser pago pela estatal"* — fecha aspas — e ainda que se buscava uniformizar as propostas para evitar que fossem apresentados orçamentos irreais e afastar suspeita de falta de competitividade com a prática de apresentação de pelo menos três propostas. V.Sa. poderia esclarecer tais afirmações?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Bom, com relação à formação de preços, os preços eram regulados pela própria PETROBRAS. A PETROBRAS tinha um preço teto, em que ela não deixava... E ela tinha isso como o limite, o que as empresas poderiam praticar. Então, as empresas... Aí eu posso falar especificamente dos projetos que eu toquei e depois da empresa que eu toquei. O nosso objetivo era manter preços adequados. Nós fazíamos os orçamentos e o que era a venda para a PETROBRAS era realmente o valor real desses empreendimentos. Eu acho que cabe aí salientar que hoje até existe acesso aos balanços desses projetos e é possível ver que a lucratividade real desses projetos,

que eles não são... Elas são reais, não são nada fora de qualquer padrão desse tipo de atividade. Há que se destacar uma questão que eu falo em minha delação também, que os valores que se atribuem como propina eram incluídos dentro desses preços. Então, quando se fala em superfaturamento, esse valor que estava dentro do preço. Então, isso pode ser caracterizado e pode ser tratado realmente como um superfaturamento. Com relação... A sua outra pergunta foi com relação às outras empresas, as... O fato é que essas empresas faziam os orçamentos reais e as outras empresas... Ela definia o preço. Quer dizer, então, a empresa que era designada para um contrato ela definia o preço, e as outras empresas apoiariam esse preço. Elas, muitas vezes, nem orçavam, ou orçavam da maneira que cada uma fazia. Então, as outras ofertas não seriam abaixo do daquela empresa que foi designada como vencedora de um determinado contrato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Essa questão ainda não ficou bem clara, porque, ao elaborar o orçamento, já estava incluído no preço o que ia se pagar aos diretores ou aos partidos. Mas, mesmo assim, esse preço estava abaixo do limite máximo que a PETROBRAS estava estabelecendo. Isso significa que, se não tivesse esse pagamento, as obras seriam mais baratas ou provavelmente só se diminuiria a margem de lucratividade da empresa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Essa questão é bastante complexa, porque ela depende de projeto a projeto, de orçamento a orçamento. O que se poderia admitir é que, se não houvesse inclusão de nenhum custo que não fosse real para a construção daquele empreendimento, esse custo poderia ter sido apresentado um pouco menor para a PETROBRAS. Há que se supor que isso era possível. Mas, sim, mesmo com a inclusão desses valores, o valor ainda era baixo dos tetos da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação à questão do preço, fica na suposição; não pode ficar na afirmativa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Essa afirmativa é sempre muito complexa porque ela depende da margem que cada empresa adota, dos níveis de risco. Porque uma das questões que se fazem complexa nessa conversa é assim: o custo é uma coisa. Quer dizer, a definição do custo daquele empreendimento é uma coisa que as empresas fazem, cada empresa faz. Daí a você atribuir à venda, você

atribuir qual é sua margem de lucro, qual o nível de contingência que você adota para um determinado empreendimento, quais os riscos que você aceita e quais os riscos que você precifica, é uma diferença muito grande de empresa para empresa e de critérios de empresa para empresa. O que eu afirmo é que, dentro da Camargo, nós, esse valor que era considerado como propina, era atribuído dentro desse preço final que eu fechava para a venda à PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em respostas a trechos da delação premiada de V.Sa. divulgados pela imprensa, a empresa Odebrecht divulgou uma nota em que afirma:

> *"A empresa nunca participou de cartel em contratos com a Petrobras e reafirma que mantém, há décadas, contratos de prestação de serviços com a estatal, todos conquistados de acordo com a lei. Para o entendimento geral, é importante ressaltar que sempre foram públicas as desavenças entre a Camargo Corrêa e a Odebrecht na disputa de importantes contratos, o que não surpreende que o presidente da Camargo, sentindo-se obrigado a prestar declarações para se livrar da prisão, o faça motivado por um sentimento de vingança concorrencial."*

O que V.Sa. tem a declarar sobre tal posicionamento da Odebrecht?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Primeiro, dizer que eu absolutamente não tenho sentimento de vingança contra a Odebrecht, contra nenhuma outra empresa no mercado, muito pelo contrário. Eu respeito todas as empresas. Inclusive, até pouco tempo atrás, eram empresas que, muitas vezes, eram nossas parceiras, sócias em negócios, e eu tenho um profundo respeito pelas empresas e pelo mercado. O que de fato acontece é que, ao assinar um termo de colaboração com o Ministério Público e com a Polícia Federal, eu me comprometi a dizer essencialmente a verdade e somente a verdade. Para isso, quer dizer, ao apontar a verdade sobre os fatos dessas concorrências, essas empresas estão envolvidas e, infelizmente, a verdade eu acho que é um pouco mais dura do que o que eles estão, hoje, dispostos a assumir.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. trata essa declaração apenas como uma nota de defesa. Não reconhece... Mas, ao longo da trajetória, houve disputas e desavenças entre a Camargo Corrêa e a Odebrecht, ou não?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Nesse mercado, já houve disputa e desavença da Camargo Corrêa com a Odebrecht, com a Andrade Gutierrez, com a OAS, assim como nós já fomos sócios da Odebrecht, sócios da Andrade Gutierrez. Então, assim, absolutamente, as minhas colocações não estão motivadas nisso. E a prova daquilo que eu estou falando está nos documentos, nas perícias que estão sendo feitas e nas evidências que existem com relação a essas concorrências e às minhas afirmativas em relação às concorrências que aconteciam.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, defensor do Sr. Eduardo Leite, afirmou que — abre aspas: *"(...) em face de prisão preventiva sem nenhuma necessidade e motivação, ele se viu na contingência de celebrar o acordo de cooperação com o Ministério Público"* — fecha aspas.

Tal declaração corrobora o posicionamento de vários juristas. O advogado e professor de Direito Constitucional da PUC Dr. Pedro Estevam Serrano afirma que a delação é — abre aspas: *"Uma espécie de confissão obtida sob tortura psicológica e mesmo física levando-se em conta as condições de nossos presídios e delegacias"* — fecha aspas.

O próprio Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil apresenta sérias dúvidas sobre a constitucionalidade de atos de delação premiada que têm surgido como meio para se encerrar as agruras de longo período de encarceramento.

Qual é a opinião de V.Sa. sobre essa questão, tendo passado por toda essa situação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu acho que é uma questão bastante complexa. Agora, acho que também, hoje, é um instituto previsto na lei e que os advogados colocam à disposição dos seus clientes, e colocam isso como sendo uma das possibilidades da defesa, quer dizer, em minha defesa, de usar esse instituto. É óbvio que não é fácil a questão do cárcere, não é fácil... Agora, também o enfrentamento dessa situação, mesmo como delator, também não é absolutamente nada simples. Então, eu acho que é uma decisão pessoal. Mas, a partir do momento

em que isso é previsto na lei, eu acho que cada uma das pessoas acusadas tem o direito de avaliar qual é o melhor instituto para a sua defesa e optar por usar, ou não, esse que é previsto na lei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, em relação à metodologia em que eles afirmam ser uma espécie de confissão obtida sob uma tortura psicológica, sobre esse aspecto V.Sa. não tem uma opinião?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu insisto que eu acho que é uma decisão pessoal. Nós podemos ver que nós ficamos um tempo muito próximo presos de pessoas que optaram por não fazer delação e que hoje também estão em condições de liberdade muito parecidas com as das pessoas que optaram pela delação. Agora, na delação, eu acho que há mais do que só essa questão do momento em que ela é decidida, mas há uma visão da expectativa de futuro, quer dizer, o que vai significar uma pena futura em função dos crimes que o delator está assumindo que foram praticados. Eu acho que esse é um ponto importante. Então, assim, eu acho que há vários fatores que interferem nessa decisão. Não é só esse momento um único fator que seria a questão eventual de uma força, de tentar fazer com que isso fosse de maneira forçada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sr. Paulo...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu colocaria e até, profundamente, um arrependimento mesmo por ter, achar que isso deveria ser aberto para que se resolvessem essas questões.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Relator, só para contribuir. Trata-se de um remédio utilizado já em vários países e que tem contribuído muito para a elucidação dos fatos.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas isso não significa que nós não possamos buscar extrair qual é o sentimento de alguém que já passou por essa situação.

O Sr. Paulo Roberto Costa, recentemente, na retificação que fez da sua própria delação premiada, agora afirma que os recursos de corrupção dele e dos demais agentes públicos eram oriundos não de superfaturamento das obras, mas da

margem de lucro da empresa. Eu retorno a uma pergunta anterior: qual a opinião de V.Sa. sobre esta afirmação do Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu retomo, assim, a dificuldade desta afirmação, quer dizer, o quanto isso é complexo e envolve contrato a contrato. Pode acontecer uma situação em que eu fiz um orçamento em que eu previ que iria pagar um valor indevido a partir do meu resultado, e esse projeto dar prejuízo. Quer dizer, nós tivemos casos desse tipo. E nem por isso esses agentes deixaram de querer cobrar valores indevidos desses contratos. Ou seja, é um caso em que saiu 100% da companhia. Absolutamente não... O que o projeto gerou não foi capaz sequer de pagar o que havia de exigência por parte desses agentes públicos. Porém, existem contratos em que eu orcei esse contrato, orcei com um valor que eu pagaria de valores indevidos, e que eu atingi este resultado. Ou seja, neste caso, ele foi pago integralmente do contrato. Então, não há uma regra para isso. É muito difícil falar o quanto isso sai da margem ou o quanto isso... O que pode ser avaliado é, pegando um balanço final do contrato, dizer o quanto isso foi, de fato, o quanto prejudicou de fato a própria PETROBRAS, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. está afirmando aqui que já ocorreram contratos em que a empresa teve prejuízo, pagou e aumentou o seu prejuízo nesse contrato?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - E que era cobrado sim, e que eles achavam que nós tínhamos que pagar independentemente de termos tido prejuízo no contrato, porque havia um compromisso estabelecido desde a origem desses contratos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, a propina era cobrada em cima do compromisso, e não em cima de se tinha margem ou não tinha margem?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Sim. Eles sequer sabiam as margens das empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aqui também o Sr. Paulo Roberto chegou a declarar que tentou colocar empresas para quebrar cartel formado pelas grandes empresas, e que as empreiteiras eram muito fortes e organizadas. O que V.Sa. tem a dizer sobre isso? V.Sa. poderia descrever como era a forma de persuasão do cartel junto aos diretores da PETROBRAS? Tem conhecimento se o Paulo Roberto

realmente fez esse movimento para quebrar o cartel? Quer dizer, as empresas chegaram a dialogar, conversar, falar sobre esse tema de que o Paulo estaria disposto a quebrar esse cartel da PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bem, de novo, eu posso falar bastante pela Camargo. Nós não tínhamos interferência nisso e não éramos capazes de interferir nessas licitações e dizer o que efetivamente... A sistemática que acho que, mais clara é assim, quer dizer... Na PETROBRAS existe um sistema de cadastro. Então, o que naturalmente acontecia é que, assim, as empresas preparadas para fazer os grandes projetos eram constantemente as mesmas. Quer dizer, você não cria uma empresa de um dia para o outro que conseguiria ter acesso ao cadastro da PETROBRAS por uma empresa que não foi convocada para uma licitação de um projeto, igual aos projetos da RNEST, que eram de grande envergadura, e no outro dia aparecer uma empresa capaz para fazer um projeto desses. Então, normalmente, esse grupo de empresas formado já era conhecido, e tinha... As empresas sabiam aproximadamente quais eram. Poderia haver casos excepcionais em que entrasse uma outra empresa. O que eu diria com relação ao Sr. Paulo Roberto é o seguinte: ele tinha condições de, rapidamente, desde as primeiras licitações, perceber que estava havendo uma combinação entre as empresas. Quer dizer, qualquer pessoa, qualquer diretor da PETROBRAS que olhasse os resultados das licitações tinha condições de saber o que estava acontecendo. Então, ele podia ter tomado medidas. Em alguns casos pontuais, nós percebemos medidas de chamamento de empresas que não tinham qualificação para alguns projetos, quer dizer, que não seriam naturalmente e que, como nós não conhecíamos exatamente qual era o critério que essas diretorias da PETROBRAS estabeleciam junto à área de cadastro para chamar, nós não sabemos que movimento ele fez. Ele pode, sim, ter feito um movimento até para falar que ele estava pondo empresas para... Mas não temos certeza do que motivava ele a chamar, eventualmente, algumas outras empresas, se era realmente um caráter genuíno de aumentar a concorrência ou se tinha alguma outra motivação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. falava aqui que esta CPI busca aprofundar. V.Sa. disse que as empresas eram constantemente as mesmas. Para projetos complexos, como os que a PETROBRAS buscou realizar, V.Sa. acha que

as empresas eram essas mesmas ou tinham outras empresas que poderiam e teriam capacidade de executar essas obras?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu acho que eram essas. A formação de empresas com capacidade para fazer esse tipo de projeto ela demanda investimentos muito pesados e de longo termo. Acho que a PETROBRAS poderia ter criado mecanismos para fortalecer outras empresas e, talvez, buscar uma solução se ela desejasse maior concorrência. Mas também tinha mecanismos de forçar uma maior concorrência entre essas próprias empresas. Então, de fato, acho que tem várias evidências disso, que também são bastante perceptíveis nos contratos tanto na RNEST como no próprio COMPERJ, que algumas iniciativas no sentido de por empresa que não tinham qualificação, que nunca tinham feito esse tipo de projeto foram retumbantes fracassos. A própria Camargo, quando começou nesse setor, teve grandes prejuízos em projetos por um desconhecimento de como eles funcionavam e quais eram os mecanismos para você executar uma obra desse tipo, que são as grandes obras, as mais complexas dos projetos das refinarias.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, nessa área de projetos com essa complexidade, V.Sa. acredita que as empresas são essas mesmas; que o que a PETROBRAS poderia era forçar o mecanismo de que houvesse uma concorrência maior entre elas. Na visão de V.Sa., que mecanismos são esses?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, eu acho que há uma série de medidas que eles poderiam ter tomado; aspectos de formação de consórcio, a própria questão do tamanho e forma desses pacotes. Tem questões técnicas que você pode discutir caso a caso, mas havia... O próprio respeito da PETROBRAS ao seu sistema de cadastro, ou seja, de ela chamar efetivamente empresas que estavam habilitadas para aqueles vários pacotes, porque você tem pacotes, às vezes, com características diferentes. Então, são medidas técnicas que permitiriam que ela se assegurasse mais de que estava havendo concorrência e que não havia algum tipo de conluio entre as empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, nesta Comissão aqui, o Sr. Pedro Barusco afirmou que as licitações na PETROBRAS eram duras, ou seja, que não havia influência do cartel sobre as comissões de licitação nem acesso privilegiado

aos preços de referência que a PETROBRAS estipulava para as obras e serviços. V.Sa. confirma essa afirmação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. As concorrências da PETROBRAS eram extremamente duras. As condições contratuais da PETROBRAS eram duras. Isso até é um dos fatores que motivou a formação de um grupo de empresas para que você conseguisse... Porque, à medida que você entrasse num contrato desses com preços que fossem muito baixos, você teria sérias dificuldades de execução de um contrato dessa natureza. Assim, a PETROBRAS tem, ao longo do tempo... Várias empresas aprenderam com a PETROBRAS. Eu diria que, nós, na área de óleo e gás e na área de montagem industrial, a PETROBRAS foi uma escola. A PETROBRAS tem... A parte dela com relação à segurança do trabalho, a parte de engenharia, a PETROBRAS era uma empresa extremamente rigorosa e que serviu de base para várias das empresas que passaram a prestar serviço para ela. Inclusive, os níveis de avaliação que a PETROBRAS fazia dos prestadores de serviço, porque ela tinha sistema de medição desses prestadores de serviço, rigorosíssimos. Então, para você permanecer dentro do cadastro da PETROBRAS, há uma reavaliação anual das suas condições como prestador de serviço. Então, ela é, realmente, extremamente rigorosa. Eu asseguro, pelo menos nós, da Camargo, jamais conseguimos interferir dentro de uma dessas licitações da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pelas declarações aqui de V.Sa., dá para afirmar que, mesmo com o pagamento que ocorria a diretores e agentes políticos, os preços da PETROBRAS ficavam dentro dos padrões internacionais?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Padrões internacionais já é mais difícil a gente falar, porque aí você envolve questões de localização com relação a impostos; a parte de fornecimento em outros países muitas vezes é muito mais barato, e essas obras possuem grandes volumes de fornecimento; as nossas questões de mão de obra são extremamente complexas, quer dizer, os riscos de mão de obra que você corre aqui. Então, assim, não acredito... Os nossos níveis de preço — e isso não é só para a PETROBRAS, é para qualquer outro cliente privado ou público —, os níveis de preço de construção aqui são mais elevados do que preços internacionais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Dentro da empresa Camargo Corrêa, todos os seus executivos tinham conhecimento desse esquema de pagamento?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Isso, até pela natureza dessa atividade, ficava restrito às pessoas efetivamente praticavam e sabiam o que estava acontecendo. Isso não era objeto de divulgação nem de um tipo... Quem sabia...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Estou falando dos executivos.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Quem sabia... Não, o Executivo número 1 sabia. Quando eu era Presidente, eu sabia, e os diretores dessa área especificamente sabiam — o diretor comercial, que tratava... Mas era muito restrito. Absolutamente isso não era partilhado dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. sabia ou tinha informação de como esses pagamentos eram feitos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Em parte, sim, como eu comuniquei. Por um momento, eu era diretor da área de óleo e gás, em que muitos desses pagamentos foram estruturados, vamos assim dizer, e foram realizados. Depois, em 2011, quando eu me torno Presidente, eu fico bastante afastado disso. Quer dizer, eu sabia que estavam realizando, mas não tinha domínio exatamente da forma e como isso estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que V.Sa. quer dizer mais claramente como “era estruturado e realizado”?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Porque, para você fazer pagamentos... Quer dizer, nós não tínhamos o sistema de caixa dois, não temos, nunca tivemos aí, na companhia; então, você precisava achar algum mecanismo, quer dizer, para que você fizesse pagamento a esses... cumprir essas pseudo-obrigações aí, com esses agentes... Então, a utilização de empresas, a utilização de consultorias era definida a partir daí. Isso que eu chamo de estruturar esses pagamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pelo que V.Sa. teve conhecimento, esse pagamento pela Camargo Corrêa em obras se limitava à PETROBRAS, ou tinha conhecimento de que em outras obras, em outras atividades, essa prática ocorria?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Dentro do que eu tenho de falar aqui, se limitavam à PETROBRAS, e outras coisas estão abordadas na minha delação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E como a Camargo Corrêa contabilizava isso nos seus balanços?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso é um custo. Quer dizer, na medida em que você faz uma contratação pela obra e coloca essa despesa em um fornecedor, ele era um custo da obra. A contabilização era dentro do padrão de contabilização, era uma despesa contabilizada integralmente dentro desses projetos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa., pela larga experiência que tem e pela dedução que conclui que isso é uma cultura existente, que tem que ser extirpada, ou é um caso pontual que tem de ser resolvido?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Eu não tenho como falar sobre cultura, acho que esse caso tem que ser extirpado e, se houver qualquer outro, sim, tem que ser extirpado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. conheceu o Sr. Roberto Youssef?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, conheci.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Teve reuniões com ele?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Poucas, mas tive.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E ele efetivamente participou desse processo de estruturação de pagamentos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Ele era colocado como sendo o operador, por parte do PP. Quer dizer, ele assim se colocava, e ele participou ativamente para a realização dos pagamentos para que a diretoria de abastecimento... Vale aqui novamente registrar que, como eu comentei, existia um diretor comercial, que era quem se relacionava diretamente com ele. Quer dizer, eu não tinha um relacionamento muito direto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eduardo Leite.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., com Alberto Youssef, apenas esteve com ele algumas vezes?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para discutir a viabilidade dos pagamentos, ou não?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Em oportunidades de cobrança, ele nos cobrando até sobre dívidas que a gente deveria cumprir. E o Sr. Youssef se colocava muitas vezes como facilitador. Então, mesmo quando nós pretendíamos uma reunião técnica com o Diretor Paulo Roberto, o Sr. Youssef, muitas vezes, era o facilitador. Você, às vezes, pedia uma agenda com o Paulo Roberto, e demorava. Se você precisasse acelerar isso, entrava em contato com o Sr. Youssef, ele ajudava e facilitava para que isso acontecesse.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, mais do que intermediário, para viabilizar a questão do recurso, ele tinha um papel mais decisivo nessas questões relacionadas a contratos da área do Paulo Roberto na PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É, eu não sei de decisão, não. Isso era uma relação dele com o Paulo Roberto, mas de proximidade, de facilitador junto ao Paulo Roberto, sim, ele tinha bastante poder.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a Camargo tinha conhecimento de que Alberto Youssef recebia também recursos para ele próprio, em decorrência desse trabalho, ou não?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Olha, de novo, quem fazia essa negociação, como eu comentei, era o Eduardo Leite. Nós fazíamos os pagamentos para ele. Quer dizer, eram pagamentos que a gente sabia que se destinavam, em princípio, a atender a um compromisso em que nós tínhamos percentual sobre os projetos referentes à Diretoria de Abastecimento. E isso era pago para ele. Quer dizer, não era tratado quanto era do Sr. Youssef, se ele pagava alguma coisa para o Sr. Paulo Roberto. Nós, e eu, pessoalmente, mais do que tudo, nunca tratei esse tipo de coisa com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, uma pergunta que sempre é feita, porque Alberto Youssef já havia sido preso quando do conhecido caso Banestado. Naquele período, ele fez a sua primeira delação premiada. Na delação premiada, ele assumiu inclusive o compromisso de não voltar ao mercado de câmbio. E, depois, volta a essa atividade. Então, era um doleiro condenado. O fato é que, antes de ser

preso no Banestado, Youssef já havia sido preso outras seis ou sete vezes. Esse fato não levou uma empresa do porte da Camargo, com toda a sua estruturação, a temer alguma coisa, a desconfiar que isso podia acabar em confusão?

Qual a avaliação? O Sr. Alberto Youssef já era uma pessoa conhecida no mundo do crime e pouco no mundo empresarial. E, mesmo assim, uma empresa do porte da Camargo acabava operando com ele. Então, qual a avaliação? Foi um erro, ou a conjuntura dos fatos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Acho que foi um erro absurdo, quer dizer, motivado aí pela conjuntura dos fatos. Eu mesmo, assim, vim a saber um pouco sobre esses crimes pregressos dele, em alguns casos, até depois de fatos que já tinham sido consumados aí. Quer dizer, uma falha brutal de não pesquisar isso, não ver quem era e do que estava se tratando. Então, eu diria que foi, talvez, um erro induzido pela circunstância dos fatos que vinham ocorrendo naquele momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Camargo utilizou apenas o Youssef, ou utilizou alguns outros doleiros, ou alguns outros bancos para operacionalizar esses pagamentos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Na Diretoria de Abastecimento, foi o Youssef exclusivamente como o operador. Ele indicou até outras empresas aí, algumas empresas que, acho, acabaram sendo utilizadas. Já na Diretoria de Serviços, não foi o Sr. Youssef; foi o Sr. Júlio Camargo. Então, nós utilizamos esses dois únicos operadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a Camargo utilizou o Banco Alfa, em algum momento, para algum tipo de pagamento?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por ora, vamos dar prosseguimento, ouvir os Sub-Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra, por até 10 minutos, o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Dalton, a Camargo Corrêa mantém, ainda, contratos na RNEST?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Nós temos a unidade de coque em fase de conclusão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Desde aquela época, os contratos permanecem em vigor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor já falou também sobre essa questão. O Vice-Presidente do senhor, Sr. Eduardo Leite, afirmou que era fácil — como o senhor colocou aqui essa questão — inserir o valor das propinas pagas a diretores da PETROBRAS nos contratos firmados entre as empresas, por conta da má qualidade dos contratos. Dessa forma, 1% era destinado à propina e tornava-se insignificante, diz o seu Vice-Presidente.

Esses contratos estão em vigor. Eu suponho que a Camargo Corrêa tenha parado de pagar propina, porque as pessoas foram presas.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas ela continua recebendo o mesmo valor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É, por outro lado, hoje você tem, nesses contratos, discussões de desvios que foram provocados ao longo do projeto pela PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, mas o contrato é o mesmo. Eu pergunto ao senhor: vocês recebiam o valor desse contrato, pagavam a propina...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Está muito claro isso. O senhor já respondeu. Agora, vocês recebem o valor desse contrato, não pagam a propina. Vocês, em momento algum, ofereceram esse desconto? Quer dizer, a PETROBRAS, entre aspas, “continua pagando o valor que era destinado à propina” ou vocês ofereceram esse desconto à PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não foi oferecido como desconto. Agora, existem diversas retenções hoje ocorrendo. A PETROBRAS tomou medidas de retenção. Existem reivindicações que já estavam aprovadas e que foram canceladas. Então, vai haver um grande balanço para se chegar a uma conclusão sobre isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas o senhor não acha... O senhor até colocou, o senhor me desculpe, duas questões de que eu pessoalmente discordo. O senhor falou que o senhor tinha uma participação lateral.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não pode ter tido uma participação lateral. O senhor é Diretor-Presidente da construtora Camargo Corrêa. Não tem ninguém que pode ter uma relação mais frontal do que o senhor. O senhor era o Presidente da empresa. E a empresa vem recebendo os recursos pelos mesmos contratos até hoje. Ela pegava um pedaço desses recursos, 1%, e pagava de propina. Hoje, ela recebe o recurso. O senhor não acha que seria imediato a Camargo Corrêa, além das questões de discussão de retenção, oferecer um desconto à PETROBRAS, que era o dinheiro que ia para a propina? Porque o povo brasileiro continua pagando essa propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Primeiro, eu estou há 6 meses afastado. Pode ser até que a empresa tenha tomado essa atitude.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não sabe?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não sei responder sobre isso exatamente. Mas eu só queria colocar uma questão que acho bastante relevante com relação à facilidade. Não era fácil você realizar esses valores. Quer dizer, isso não é... Esses pagamentos... Tanto é que tinha que se usar essas empresas, que são empresas absolutamente que não deveriam receber, quer dizer, empresas que acabaram por receber valores. Então, era muito complexo você fazer os pagamentos. Esses valores são extremamente elevados, quer dizer, valores que nos deixam até horrorizados com o tamanho desses números. O que pode até deixar é que, diante da empresa, do tamanho... Uma empresa dessa tem custos anuais da ordem de 4 bilhões de reais. Você está falando de pagar 20 milhões.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas são 20 milhões. O que eu digo é o seguinte: depois que esse esquema possivelmente tenha parado — a gente não tem certeza, ainda, disso, mas, segundo a delação do senhor, a Camargo Corrêa parou de pagar propina —, ela continua recebendo esse valor no contrato. Então, na minha opinião, esse valor tinha que ter sido explicitamente declarado lá: 1% de

desconto que era destinado à propina. Isso não está acontecendo. Continua recebendo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não sei. Eu estou falando que estou há 6 meses afastado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas, antes dos 6 meses, continuava recebendo normalmente?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Antes dos 6 meses, recebia os preços que estavam em planilha de projeto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na minha forma de entender, a PETROBRAS continua pagando o valor que era destinado à propina para esses contratos que estão em andamento.

Uma segunda colocação minha aqui seria o seguinte: o senhor colocou que o grupo do G6 era formado pelas maiores empresas. Se esse grupo era tão forte e não existia mais quem fizesse essas obras, por que vocês, lá atrás, não denunciaram essa questão? Por que pagar propina se só vocês podiam fazer essas obras?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Acho que é uma falha, né? Acho que esse é o ponto que realmente nos aterroriza o tempo todo: por que que nós não tomamos essa medida? Aí eu coloco: eu não sei responder em relação às outras empresas, mas falo em relação à que eu comandei, que eu falei da minha fraqueza de, ao invés de tentar romper com esse sistema, ter eu tomado uma atitude, ter criado... denunciado, simplesmente parado de praticar isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor, eu imagino que, na realidade, esse motivo de o senhor estar hoje aqui, até uma certa forma, mesmo tendo participado disso tudo, aliviado pela delação que o senhor fez e estar aqui esclarecendo, quando não aconteceu ainda com outros empresários que sustentam que nada aconteceu.

Mas eu também, voltando à questão anterior, que o senhor disse que tinha uma participação lateral, eu digo que o senhor tinha uma participação frontal, o senhor era o número um, era o diretor-presidente da empresa. Também foi colocada aqui num dos questionamentos do Relator uma situação de que as licitações eram muito duras, a contratação era dura. De forma alguma era dura. Era tudo

combinado! Como é que é dura quando é combinado? Não pode ser duro se está tudo combinado entre as empresas. Não existia nem — na minha opinião — disputa. Isso está muito claro.

Eu quero citar em relação ao COMPERJ. O senhor disse que a participação comercial do senhor... O senhor estava até 2008 ou 2009 à frente da empresa em relação à questão de óleo e gás. Depois dessa fase, o senhor partiu para estar à frente da empresa nessa questão como um todo, vamos dizer assim. No depoimento ao juiz Sérgio Moro, o senhor admitiu haver combinação de preço na licitação do COMPERJ. O senhor admitiu também que conversou diretamente com diversas empresas envolvidas, participou de diversas reuniões. Por que a Camargo não efetivamente não atuou no COMPERJ?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, o único momento em que eu participei efetivamente do cartel que foi... porque até ali, quando eu entrei nessa área, nós já tínhamos os contratos, a própria RNEST e a Camargo já tinham conquistado o contrato, quando eu entrei estavam exatamente em curso as licitações do COMPERJ.

Na realidade, diante do cenário que existia já de equilíbrio entre os contratos, a Camargo já tinha o contrato que ela deveria ficar... a preferência dela, ela tinha colocado que era o... HCC, que era um contrato que nós deveríamos, que dentro do acordo entre as empresas, era o contrato que a Camargo deveria ganhar. Esse contrato... Houve uma licitação desse HCC. A Camargo apresentou proposta e não chegou dentro dos limites que a PETROBRAS aceitava.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na realidade, eu posso entender que a Camargo Corrêa, como já tinha sido beneficiada por outros contratos, no COMPERJ, ela acabou ficando de fora, mesmo depois dessa negociação.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Nesse equilíbrio, a Camargo teria um contrato, seria o HCC, que era um contrato um pouco menor, e até aconteceria um pouco depois. No final, esses prazos acabaram não sendo como foram previsto inicialmente, mas ela ficaria mais para o final porque nesse equilíbrio ela aceitou isso, por já ter tido os contratos da RNEST.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era a empresa que tinha a maior influência no COMPERJ? Quem o senhor considera a empresa mais forte na atuação do COMPERJ?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Assim, as grandes... a UTC e a Odebrecht, elas tinham uma influência em quase todos os contratos, quer dizer, eram empresas que... até por um histórico das empresas e das pessoas que comandavam essas empresas. Quer dizer, eu era recém-entrado nessa área, e essas empresas já tinham um histórico, as pessoas às vezes até com 20 anos atuando. Então, elas tinham um nível de relacionamento com o cliente que permitia que elas tivessem uma maior capacidade de articulação. Só complementando a questão do... Nós apresentamos uma proposta — até para demonstrar para o senhor como não era fácil isso — e apresentamos um preço para a PETROBRAS. Esse preço não atendeu ao limite de teto que a PETROBRAS fez. Depois de meses de negociação, a PETROBRAS acabou cancelando a licitação e fazendo um *rebid*, sendo que, nesse *rebid*, ela fez algumas revisões de projeto, que nós apresentamos um preço até menor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nesse caso, vai de encontro à delação do seu vice-presidente, porque ele diz que era fácil colocar no preço. Então, nesse caso especificamente, não deu para fazer?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu acho que ele se expressou mal quando ele falou do fácil. O que talvez — eu estou interpretando o que ele disse aqui — ele quis dizer foi que, assim, esse número dentro de um projeto de engenharia não é algo relevante. Quando você fala de 1% dentro de um projeto de engenharia, eu tenho variações de quantidade, variações de mercado, variações de mão de obra, que, constantemente, têm impactos muito mais relevantes. Então, talvez, daí venha essa expressão que pareceu um pouco...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor participou de alguma parceria na área petroquímica da PETROBRAS com o Grupo Suzano?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Com a Braskem?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor conheceu o Sr. Dario Messer?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O doleiro Dario Messer?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não conheço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como foi a divisão na questão da REPAR? Com quem a Camargo dividiu os contratos da REPAR?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, a Camargo teve um contrato na REPAR, que foi a Unidade de Coque, em que era a Camargo e Promon, o consórcio que foi o vencedor dessa Unidade de Coque. Como eu falei, eu não participei desta fase dos acertos de mercado. Então, eu sei desse contrato que era da Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Para concluir: o senhor afirma que, quando a Camargo ganhou a RNEST, houve um movimento da PETROBRAS para dificultar a assinatura do contrato, e que vocês resolveram procurar o Renato Duque.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E ele colocou uma série de dificuldades. A não assinatura do contrato poderia ter sido atendida como uma ameaça?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Era...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como vocês contornaram essa situação com o Renato Duque?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, é... Houve esse momento em que nós, como eu falei, estávamos assumindo a área e a dificuldade para a assinatura. A Camargo, depois de um longo processo de meses, já tinha sido declarada vencedora, já estava... E não tinha motivo para a não assinatura. Quando nós fomos procurar o Renato Duque — fui eu e o Eduardo até uma reunião com o Sr. Renato Duque —, ele colocou uma série de empecilhos, falou: *"Não, é porque a Camargo estava com problemas, tinha sido recente, acontecido uma operação na Camargo, que era uma operação..."*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E a Camargo Corrêa, naquele momento, ofereceu a ele uma antecipação de propina para ele...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ...assinar o contrato?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ele, ele não tratou de propina conosco nessa reunião, e isso não foi absolutamente tratado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, em relação à Odebrecht, desde que o senhor esteve à frente da Presidência, o senhor participou de algum consórcio junto com a Odebrecht — em qualquer obra relativa à PETROBRAS ou a outras?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não me recordo aqui, não, agora de obra com a Odebrecht mais recentemente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Na área petroquímica, a Camargo nunca atuou?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Ah, nós... Eu me recordei uma aqui: nós temos o alcoolduto, que é até uma empresa em que a Odebrecht também é sócia junto conosco.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E de quando é esse contrato?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não é... É um... Esse projeto não é um contrato, é uma empresa que foi constituída para fazer, construir o alcoolduto no interior de São Paulo. Não tem... São várias fases, são dutos que estão sendo construídos aí para transporte de álcool.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado Altineu... Só para ajudar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor conhece os Srs. David Feffer e Daniel Feffer?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, de nome e de... da Suzano.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Do Grupo Suzano?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, pessoalmente, não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o Sr. Auro Gorentzvaig ou Caio Gorentzvaig?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Da Petroquímica Triunfo.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não conheço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Seria isso. Muito obrigado, Sr. Dalton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria mostrar a eficácia da decisão tomada pela CPI há poucos minutos aprovando os requerimentos extrapauta da convocação do filho do Sr. Marcello Faerman, do seu sócio e da sua filha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele já apareceu.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Sr. Júlio Faerman acabou de aparecer, mandou um documento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós fomos notificados.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...dizendo que, às 17h01min, ele estará no Brasil, mandou endereço e a disponibilidade para que ele venha aqui.

Então, eu só quero dizer, Sr. Presidente, e dar os parabéns pela atitude que V.Exa. tomou com os demais pares, e mandar um recado para o Sr. Júlio Faerman: ele pode esperar que a hora dele vai chegar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas mesmo assim, com esse aparecimento súbito, eu mantenho o pedido de prisão dele. V.Exa. tem que encaminhar esse pedido, porque não elide essa vontade de aparecer a pretensão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, da terra de onde eu vim, eu só aprendi a andar para frente, eu não ando para trás. Vamos caminhar para frente!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos andar!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Sr. Presidente, só para ilustrar que não é só a colaboração premiada... Avisar ao seu Relator que

constrange. A fala aqui da CPI também está fazendo alguns fugitivos tomarem rumo, aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só falta aparecer o morto agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado (Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Dalton, o fato de o senhor, antigamente, estar na Direção de Óleo e Gás, ajudou-o a ser levado à condição de Presidente da Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Talvez sim, porque foi uma das áreas que mais cresceu. Tinha um dos maiores contratos, num determinado momento. Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando o senhor respondia ao Relator, o senhor disse que a verdade era mais dura. Que verdade é mais dura?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Com relação ao que pronuncia a Odebrecht nos informes dela, dizendo que havia concorrência em todos esses contratos e que ela jamais participou de qualquer tipo de acordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, a verdade que o senhor diz mais dura é em relação à Odebrecht?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, em relação à realidade dos fatos dessas concorrências. De fato, elas tiveram acordos entre as empresas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como Presidente, o que levou o senhor a dizer, num contrato, que já tinha comprometimento de 100% e ainda assim pagar propina?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Veja bem, quando eu comentei isso, os agentes públicos não queriam saber se o contrato tinha resultado ou não. Agora, eu novamente falo — e aí até dando uma nova...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem eram os agentes públicos que o senhor fala?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - No caso, a diretoria, quem cobrava em nome deles, o Sr. Youssef e o Sr. Júlio Camargo em relação à Direção de...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eles não eram agentes públicos, não é?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É, mas eles cobravam em nome deles, dizendo que, independente de tudo, havia o compromisso da empresa. Eles falavam em nome desses agentes. Mas eu queria reiterar, e não fugindo à minha responsabilidade e ao objetivo aqui de esclarecer, que eu não participava diretamente dessas negociações com essas pessoas em que eles mencionavam nomes e por quem eles estavam cobrando. Agora, com relação a esses projetos que davam prejuízo, eles simplesmente... Esses operadores diziam que nós tínhamos que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Era uma cesta, né?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Exatamente. Então, existia o caso. Eu acho que o Eduardo Leite.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pagava aqui para compensar lá...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O Eduardo Leite explicou isso até também nos depoimentos dele. E ele, uma hora, falou: *"Olha, nós não vamos pagar, porque ali, então, é o valor".*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há quanto tempo o senhor está afastado da Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como, desculpe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há quanto tempo o senhor está afastado da Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Desde que eu fui preso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando, isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Novembro do ano passado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a Camargo continua pagando o seu salário?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o seu salário?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Em torno de 100 mil reais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando veio a Castelo de Areia, o senhor já era da direção da Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu tinha recém... um cargo de diretor de contratos. Eu ainda não era.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor sabia que, naquela época, já tinha passado o susto, e, mesmo assim, a Camargo continuou se arriscando na Lava-Jato?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É... Acho que é uma falha muito grande aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Falha continuada?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, ter continuado acho que é realmente um equívoco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe que João Auler é cunhado de João Procópio, e que João Procópio era operador de Youssef?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu soube até mais recentemente. Mas sei. Hoje, sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor já sabia disso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não sabia. Eu vim saber durante esse período destas apurações aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria fazer uma série de perguntas encadeadas. Queria que o senhor anotasse, para responder todas depois, porque eu tenho tempo e não vou perder a oportunidade.

O senhor sabe que, nas obras de Abreu e Lima, as empreiteiras são obrigadas pela PETROBRAS a executar obras de terraplanagem nos meses de abril a agosto, que são sabidamente meses de chuvas intensas em Recife. Isso levou a perdas gigantescas nos serviços executados, justificando o sobrepreço que contraria o mais básico organograma de planejamento de obras. Por que a PETROBRAS ordenou essas atividades que, previsivelmente, trouxeram prejuízos à empresa? E quem ordenou a execução desse serviço?

Segunda pergunta: qual a natureza da consultoria feita pela JD à Camargo Corrêa? A empresa recebeu uma proposta de trabalho por escrito? A empresa pode apresentar o relatório dos serviços prestados com aceite do diretor responsável, ordenando o pagamento pela área financeira?

Terceira pergunta: se é padrão da Camargo Corrêa exigir relatório dos serviços prestados com aceite da diretoria contratante, para que seja feito o pagamento, quem e por que ordenou a dispensa desse procedimento interno, nesses casos?

Dr. Avancini, quarta pergunta: a Camargo Corrêa faz parte de um conglomerado empresarial com atuação multinacional: Alcoa, Alpargatas, Itaúsa e Loma Negra. Estão esses entre investimentos internacionais bilionários do grupo econômico. Nos Estados Unidos, onde os investidores da PETROBRAS lesados pela fraude movem uma ação criminal contra todos os envolvidos no esquema criminoso, o Procurador-Geral de lá deverá pedir o aresto da fortuna pessoal dos acionistas da Camargo Corrêa, como indenização e execução do dano punitivo à prática lesiva ao mercado de capitais. Há interesse dos acionistas em colaborar na delação premiada?

Dr. Avancini, a Camargo Corrêa participou de diversos consórcios com a Odebrecht — V.Sa., inclusive, confirmou isso aqui agora — , notadamente em obras no exterior. Quantas vezes o senhor falou com a Odebrecht? Por que motivo a Camargo não disputou essas concorrências sozinha, dada a sua notada capacidade técnica, ou mesmo com outras consultoras que não a Odebrecht? Em seus encontros com a Odebrecht, quantas vezes foi mencionado o nome do ex-Presidente Lula ou o da atual Presidente Dilma? Essas são as perguntas que eu quero que o senhor responda.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Começando pela primeira, com relação à RNEST e à terraplanagem, de fato, você realizar o projeto em um cronograma inadequado, em períodos de chuva e sem projeto executivo, que é um outro fator que influenciou bastante nesse projeto, é extremamente inadequado. Nós não sabemos exatamente de quem era ordem, à época, mas foi uma decisão da PETROBRAS, porque ela pretendia acelerar esses cronogramas. Ela não pretendia esperar que o período de chuva passasse, não esperava adequar o cronograma

para que fosse tudo realizado, com o projeto executivo, no tempo certo. Então, foi um risco que o cliente assumiu. Nós, como prestadores de serviço, éramos obrigados a fazer e assim cumprimos. Quer dizer, não havia... É uma decisão do cliente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem, do cliente, repassava essas ordens para vocês?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Veja bem, é um consórcio, quer dizer, nós tínhamos um líder do consórcio lá, nesse caso, até da terraplenagem também era a Odebrecht, e esse líder...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O líder era da Odebrecht?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Na terraplanagem da RNEST, sim. E ela recebia lá o diretor do contrato lá. Essas unidades trabalham quase que como uma empresa. Eles recebiam as ordens, para que seguissem o cronograma que estava sendo imposto naquela época. Com relação à JD, existe um contrato da empresa com a JD. Esse contrato, eu não tenho informações sobre ele. Ele foi assinado pelo Presidente da empresa na época, e ele pode prestar esses esclarecimentos. Eu não sei qual era o escopo e qual era o objetivo desse contrato. Ele é um contrato bastante antigo aí. Não foi na minha gestão esse contrato.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando o senhor assumiu a Presidência, recebeu tudo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, mas nunca me foi passado qual era o objeto dessa contratação. Com relação a quem ordenou os pagamentos, eu não sei se o senhor tratava em geral ou só especificamente deste caso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deste caso.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Então, realmente, é o Presidente anterior. Quer dizer, ele tinha a informação sobre o que eram esses pagamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na sua administração, aconteceram pagamentos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Não aconteceram. Para a JD, não. Com relação ao conglomerado, realmente, esta situação é muito ruim para a empresa. Quer dizer, a empresa... Agora, volto a insistir, eu estou há 5 meses afastado disso, eu não sei hoje qual é a posição dos acionistas em relação a isso.

Eu só queria colocar que nós tínhamos... eu vinha praticando nos últimos tempos, e isso não é só desde essa operação, mas desde que saiu a lei, que, aliás, é uma outra atitude importante, até que passou certamente por esta Casa, que foi a Lei Anticorrupção. Então, desde a implantação da Lei Anticorrupção, nós vínhamos trabalhando fortemente na estruturação de uma área de *compliance* dentro da empresa, com a finalidade até de evitar que esse tipo de coisa acontecesse. Infelizmente, não chegamos a bom termo, antes que isso tudo tivesse acontecido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há uma pergunta da participação da Camargo em consórcios na CNO.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, novamente, a partir de 2011, eu comandei a empresa como um todo e, desde então, acho que não fizemos nenhum consórcio com a CNO. Agora, consórcios no exterior, o objetivo das empresas, quando faziam, era por proteção. À medida que você juntava a força de duas grandes empresas brasileiras em outro país, isso era um facilitador. Agora, eu não me recordo de contratos nossos no exterior com a CNO. Não tenho isso aqui, se chegamos a ter algum. Ao contrário, até em muitos casos, por exemplo, na Colômbia, nós tivemos uma forte concorrência com eles numa hidrelétrica que estamos construindo lá. Tivemos uma forte concorrência com a CNO. E o não participar sozinha é exatamente, porque, se em algum momento nós nos associamos, era com o intuito de juntar forças. Porque você, como uma empresa estrangeira operando em outros países, tem muitas dificuldades, e para vencer isso, às vezes, estar junto com outras empresas de grande porte é positivo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou fazer uma pergunta a V.Sa. a respeito de a Camargo participar com atuação multinacional com Alcoa, Alpargatas, Itaúsa, Loma Negra. Há interesse dos acionistas em celebrar uma delação premiada?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu desconheço. É como falei, eu estou há 6 meses longe da empresa e não sei hoje qual é a vontade dos acionistas. Não consigo... Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor decidiu fazer a delação premiada no período em que estava recolhido ou depois que foi solto?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, no período em que estava recolhido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que não fez naquele período?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, fiz. Ela começou quando eu ainda estava preso. Ela foi... A estruturação da delação e os depoimentos... Eu ainda estava preso quando fiz.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor lembra exatamente quantos dias depois que o senhor estava preso começou a tratar da delação premiada?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Foi pouco tempo... Quer dizer, que essa negociação até envolveu num primeiro momento a própria empresa a participar de uma delação que acabou não prosperando, e aí eu acabei fazendo individualmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela Camargo, o senhor e mais quem fez a delação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu e o Eduardo Leite, que é o Vice-Presidente Comercial.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que o outro Diretor da Camargo, João Auler, não fez a delação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ele chegou a tentar, mas acho que não houve um entendimento com o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E isso prejudicou em alguma relação do senhor e do Eduardo com os Procuradores e a Polícia Federal, ou foi deixado de lado isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não... Foi... Não teve nenhuma implicação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor está arrependido?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - De ter participado de todos esses atos? Profundamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a reflexão que o senhor faz agora?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu tive em minhas mãos a possibilidade de ter rompido com isso tudo e ter tomado atitudes para que isso não acontecesse. Acho que, como argumentei, por uma fraqueza e por circunstâncias, acabei participando em conjunto achando que isso... Acho que, num dado momento, nós entendíamos isso mesmo como uma regra, cumprindo isso e achando que isso era normal. Acho que muitas coisas... A gente foi realmente se dar conta do quanto estávamos errando, na medida em que foi surgindo esse processo e a gente identificou coisas que... Num primeiro momento, a gente nem achava que estava cometendo tantas irregularidades como depois, hoje, a gente tem consciência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas cometeu muitas?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Hoje temos consciência de várias irregularidades..

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe, como Presidente de uma grande empreiteira, como a Camargo Corrêa, que há fama de que as empreiteiras faziam tudo isso. Durante um momento era só fama; hoje é uma realidade constante. O senhor não pôde pensar nisso antes de que pudesse acontecer o tamanho da proporção que atingiu?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Então... Como eu comentei, nós vínhamos, desde que houve até a promulgação da Lei Anticorrupção... Nós vínhamos num trabalho muito forte de implantação de todos os sistemas anticorrupção dentro da empresa, de busca de todo tipo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que ano foi isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - A promulgação da lei foi em 2013, final de 2013, se não estou me enganando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Exato. E aí não dava para vocês darem um basta em tudo isso com essa lei?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Acho que dava. Faltou, talvez, coragem da minha parte para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se pegar o *site* da Camargo Corrêa, vocês têm uma série de orientações de *compliance.* Por que vocês não tomaram cuidado, até porque, para pagar uma fatura fria, para poder acertar o

dinheiro da propina, vocês tinham que contar com a conivência, colaboração de funcionários que não tinham culpa nenhuma? Como vocês faziam isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Vários desses processos, eles, assim... A lei de *compliance* é rigorosa e não pegava. Quer dizer, quando você...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não pegava?!

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não... Quando você faz uma consultoria, quer dizer, a atribuição da consultoria era do líder, de um diretor, ou do gerente que estava contratando aquela consultoria. Então, ele consegue ir lá e pagar. Acho que quando pegamos o caso de fornecimento de tubos... Por exemplo, esses tubos... Não sei se vai ser objeto de alguma coisa questão aí... O fornecimento de tubo na RNEST era feito a partir de preços no mercado, e nesses preços ainda estava incluída uma comissão que a empresa pagava para o Sr. Youssef. Isso não era... Quer dizer, dentro dos processos era uma situação normal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As notas frias que lastreavam a propina eram de que origem?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não... Não havia notas frias. Quer dizer, as notas eram reais, ou de consultoria, no caso, principalmente do...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Uai, se a nota era real, como o dinheiro saía por fora?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, o dinheiro saía por dentro. Era um pagamento e era um custo extra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Saía por dentro, mas, na verdade, ela só assinava a saída do dinheiro. Como você disse que elas eram notas quentes?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, porque... Assim... o senhor... No caso do Sr. Júlio Camargo, ele tinha uma empresa. Essa empresa faturava... Ele tinha uma empresa de consultoria constituída...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas faturava o quê?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Consultorias. Serviço de consultoria, intermediação...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Consultoria. Não tinha nada material?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - ... consultoria...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Intermediação, consultoria... Essas conversinhas todas.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura, eu gostaria de solicitar a V.Exa., diligente como é, que primeiro possa, antes dos questionamentos — V.Exa. o único Deputado que já voltou da missão de Londres, que ontem ouviu o Sr. Jonathan Taylor, da SBM —, fazer um relato, de maneira resumida, é claro, para que possamos seguir a oitiva. Existem vários Deputados inscritos. Poderia fazer um pequeno resumo de como essa viagem se deu, se realmente valeu a pena a CPI ter ido a Londres e o que de concreto nós vamos ter em contribuição para que a investigação possa seguir.

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. esse relato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sras...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, que ele faça o relato aí da mesa. Faz favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura, V.Exa., educado como é, não vai discordar do pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, enquanto ele se dirige à mesa...

Avancini, eu fiz uma pergunta dizendo: se, nessas relações com a Odebrecht, alguma vez foi mencionado o nome do ex-Presidente Lula e da atual Presidente Dilma. O senhor não responde a essa pergunta.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Comigo, não, não. Deles comigo, não. Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado André Moura tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estivemos, no dia de ontem, durante toda a tarde e até o início da

noite... Começamos a oitiva do Sr. Jonathan Taylor às 13h30min, horário de Londres, que terminou já por volta das 19h30min. Foram quase 6 horas de oitiva. E o Sr. Taylor fez uma explanação extremamente organizada.

Desembarquei e já vim direto para a Câmara, mas daqui a pouco estarei encaminhando oficialmente a V.Exa. a fim de disponibilizar para todas as Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Taylor entregou uma documentação, fez uma explanação. Inclusive, entregou por escrito o que ele iria falar — obviamente que afora as perguntas que foram feitas —, em uma ordem cronológica de datas, iniciando em 1995 e indo até 2015. Uma coisa extremamente organizada, Deputado Izalci. Inclusive, ele coloca as datas quando, segundo ele, foram feitos os repasses do dinheiro ao Julio Faerman, que... no total de 139 milhões. Ele coloca datas, que no dia 6 de novembro...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado André...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já apareceu o Julio Faerman, viu? Já disse que está à disposição.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Já, já estou com uma cópia aqui, ele já apareceu.

Mas ele coloca detalhadamente, Deputado Arnaldo: no dia 6 de novembro de 2006, foi entregue ao Julio Faerman 10 milhões de dólares; depois, em 2007, mais 20 milhões. Ele coloca isso de forma muito organizada, com datas, com valores que totalizam, Sr. Presidente, 139 milhões. Ele afirma que esses 139 milhões foram entregues ao Julio exatamente para o pagamento de propinas a gerentes, a diretores da PETROBRAS, mas ele não sabe dizer os nomes, mas que a negociação era exatamente nesse sentido. Ele afirma que, no dia 21 de agosto, encaminhou também para o *e-mail* pessoal do então Ministro da CGU toda a documentação, a qual ele disponibilizou para nós, membros da CPI da PETROBRAS. Ele entende que houve uma proteção por parte da CGU, como também da procuradoria holandesa, que recebeu na mesma data a documentação, mas o procedimento só foi feito logo após o processo das eleições de 2010, tanto da procuradoria holandesa quanto da CGU.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem era o Ministro da CGU?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Jorge Hage.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Era Jorge Hage.

Ele encaminhou para o *e-mail* do Sr. Jorge Hage. Somente depois do processo das eleições ele foi contatado pela CGU para poder iniciar o procedimento daquilo que ele tinha encaminhado. Ele apresentou documentações assinadas por toda a diretoria da SBM, anotações, apontamentos. Enfim, é uma vasta documentação, Sr. Presidente, que eu reputo extremamente importante, e que vai contribuir muito para o andamento desta CPI.

O 1º Vice-Presidente, Deputado Imbassahy, obviamente, também vai encaminhar...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado André Moura, só um aparte. Na afirmação, ele diz que a CGU no Brasil não deu muita importância, e que o Ministério Público da Holanda também?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que a procuradoria do Ministério Público da Holanda, que tem um papel semelhante ao da CGU.

Então, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar essa documentação oficialmente para o senhor. Todo o depoimento dele foi filmado, foi gravado, e eu tenho certeza de que vai contribuir muito para os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., então, reputa como muito importante o depoimento e a ida a Londres?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Extremamente importante, proveitoso, com farta documentação, com datas, com datas dos repasses, valores dos repasses. E não tenho dúvida, Presidente, de que, sem sobra de dúvida, de todos os depoimentos que esta CPI já colheu, um dos mais importantes foi esse no dia de ontem, lá em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k. Agradeço a V.Exa.

Vamos aos questionamentos ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, V.Exa. percebeu que o ofício do advogado de Julio Faerman está datado de 21 de maio? Está com data de amanhã, já. Correndo demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso mostra...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas foi recebido no dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso mostra a agilidade.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Às 17h01min.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está emitido com data de 21. Olhe atrás, aí: 21 de maio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas recebido hoje.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, estão com pressa. Agora correram.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E, Sr. Presidente, a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ...a oitiva de Julio Faerman, depois do que nós ouvimos ontem de Jonathan Taylor, é de extrema importância para esta CPI, para elucidar muitos fatos, Deputado Onyx Lorenzoni, porque em todos os momentos Julio Faerman foi citado pelo Sr. Taylor como sendo o grande responsável, o grande elo entre a SBM e todo o esquema de corrupção. Então, é de extrema importância. E agora, obviamente, depois da ida a Londres, é que ele resolveu aparecer, já que estava...

Sr. Presidente, V.Exa. me permite só mais 2 minutos? Eu quero aqui dizer da importância do que... Eu espero que seja aprovado o requerimento para exumação do corpo do ex-Deputado José Janene. Eu entendo que é importante. Eu acho que esta CPI está cumprindo um grande papel. Toda a sociedade brasileira tem acompanhado os trabalhos desta CPI através dos canais de comunicação. Eu tenho certeza de que a exumação do corpo vai contribuir. Se existe a possibilidade, se existe a dúvida da veracidade da morte do ex-Deputado José Janene, que a gente realmente possa ter essa certeza. Eu quero aqui trazer meu apoio e minha posição, como Sub-Relator, por entender a importância. Espero que esta CPI possa aprovar o requerimento e que realmente o corpo possa ser exumado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, em razão do depoimento colhido pelo Deputado André Moura em Londres, em razão da proposta do advogado de *(ininteligível)*, eu queria pedir a V.Exa. que realocasse os

depoimentos da semana que vem e desse prioridade a esse depoimento *(ininteligível)* já na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei fechar a pauta...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...V.Exa. cancelar, remarcar algum e marcar esse já para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei fechar...

(Não identificado) - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei fechar a pauta no final desta semana, até amanhã, e com certeza eu farei o possível para ouvir o Sr. Julio Faerman o quanto antes. Eu só acho importante...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, na próxima semana já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, primeiro aguardarmos os Deputados voltarem. Eles estão chegando acredito que amanhã. Os Deputados que ainda estão lá na Inglaterra estão voltando hoje. Então, nós precisamos primeiro pegar o resumo do que eles têm, para poderem os Deputados preparar os questionamentos. Então, vamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas não podemos perder a oportunidade. Tem que ser na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não vamos perder a oportunidade. O que eu quero é que a oitiva possa ser a mais produtiva possível, com as informações que foram dadas em Londres. Eu quero que V.Exas. tenham acesso às documentações, para que a gente faça, então... Se pudermos ouvir terça, quarta, ou quinta da semana que vem...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se V.Exa. marcar para quinta-feira, dá tempo de a gente coletar os dados necessários e não perder a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu garanto a V.Exa. que irei marcar o mais rápido e diligente possível.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado já houve o entendimento de que, no caso de Faerman, não será possível, porque o calendário estabelecido já tem oitiva marcada até 9 de junho. Mas, evidentemente, no caso dele...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, nós temos que antecipar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...nós vamos antecipar. Nós vamos antecipar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não podemos esperar 9 de junho, porque aí vamos passar que nós não queremos ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não! Nós vamos antecipar

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado André Moura tem a palavra para fazer os questionamentos ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Dalton Avancini, de tudo que já foi perguntado aqui, eu gostaria que V.Sa. me respondesse se a Camargo Corrêa foi contratada pela Sete Brasil e, se foi, quais os contratos e valores.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, é, com relação ao que eu posso responder. Eu sou responsável pela área de *onshore*, não é? Quer dizer, havia uma divisão *offshore*, que era totalmente separada, que é outra liderança. Então, assim, não sei responder se tem contratos, se a... Acredito que sim, mas eu não... Não sou eu que cuidei dessa área, não tenho nenhuma informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E com a PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O quê?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A Camargo Corrêa foi contratada pela PETROBRAS? Possuía contratos com a PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Na área do *onshore*?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, sim. Era um contrato da RNEST, da REPAR, as refinarias, que é a área que estava vinculada à presidência que eu exercia, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma a informação de que havia um cartel atuante nas licitações da PETROBRAS, com um grupo principal formado por Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC, OAS, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, e por um grupo secundário, mas com participação permanente, formado por Mendes Júnior, Toyo, Engevix?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, confirmo, não é? Como eu comentei aqui, eu assumi a diretoria em 2008 para 2009, não é? Quer dizer, nesse momento, a Camargo já tinha contratos na REPAR, na REVAP e alguns outros contratos. A própria RNEST, a Camargo já havia vencido a licitação, e exatamente naquele momento ela estava assinando o contrato da RNEST. E eu participei diretamente das discussões sobre o COMPERJ, não é? Quer dizer, eu participei dessas discussões entre as empresas sim para fazer acordo para os projetos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, o senhor confirma a informação de que havia um cartel que atuava nas licitações da PETROBRAS.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Confirma. Esse cartel que atuava nas licitações da PETROBRAS, composto por estas empresas: Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Toyo, Mendes Júnior, Engevix.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim. V.Sa. confirma a informação prestada pelo Sr. Eduardo Leite, Vice-Presidente da Camargo Corrêa, de que a empresa pagou à PETROBRAS, entre 2007 e 2012, em 5 anos, portanto, 110 milhões de reais em propinas: sendo 63 milhões de reais destinados à Diretoria de Serviços, do Sr. Renato Duque, e 47 milhões de reais à Diretoria de Abastecimento, do Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor confirma.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso, esse... Quem cuidava dessas contas era exatamente o Sr. Eduardo Leite, não é? Quer dizer... E várias dessas coisas foram aprovas por mim inclusive. Confirmo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Confirma que foram pagos, então, 110 milhões de propinas...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ...sendo 47 milhões a Paulo Roberto Costa e 63 milhões a Renato Duque.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tá. E o senhor sabe quem eram os destinatários finais desse dinheiro?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, isso não era... O que nós... E, novamente, as informações que eu tinha, que vinham através do Eduardo Leite, assim... Nós tínhamos os dois operadores, quer dizer, que eram o Sr. Youssef e o Sr. Júlio Camargo. Eles recebiam, não é? Quer dizer, e eles faziam as destinações finais. Nós não tínhamos envolvimento com essas pessoas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas vocês autorizavam um valor como este, de 110 milhões, e não sabiam para onde seria entregue? Eles não iam dizer a V.Sa. que: *"Olhe, me dê 110 milhões ali que eu vou, eu vou destinar."* Ele tinha que dizer a V.Sa. nomes.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Hum, hum! Hum, hum!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., como...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, o...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Deixe-me concluir. Como diretor da empresa, V.Sa. não seria ingênuo ao ponto de ele dizer: *"Olha, tome aqui 110 milhões...",* que não são 110 reais, *"...e faça o que quiser"*. Ele discutia com V.Sa. para onde ia esse dinheiro, quem seriam os beneficiados, qual era o destino desse dinheiro?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Novamente: não era eu quem fazia essa negociação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas V.Sa. disse que autorizou.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Auto... O Eduardo Leite trazia pra mim, não é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E você autorizava.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - E muitas vezes *(ininteligível)* eu autorizei. Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim. E quando o senhor autorizava...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ...não sabia...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Quem era o destino final? Existia, como eu coloquei já, inicialmente um compromisso de 1% de uma diretoria e outra, que era para os diretores, para o apoio aos diretores. E os interlocutores...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Apoio, não!

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - ...que estavam definidos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para poder corromper os diretores.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, é...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não, apoio não! Para corromper.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Talvez sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Talvez, não.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas isso... *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Isso não é apoio, isso é corrupção.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso. Então, havia esse compromisso da empresa com essas duas diretorias, e esses valores que eram pagos eram para... através desses intermediários que tinham sido nomeados pelos próprios diretores.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. também confirma o pagamento, no ano de 2007, de 10 milhões de reais, a título de propina, para conseguir para a Camargo Corrêa uma obra na REVAP?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Em 2007 eu não... Não era eu que estava à frente dessa área.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas o senhor tem conhecimento disso, que esse dinheiro foi entregue ao Júlio Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Para a REVAP, não...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Hã? Dez milhões.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Não sei disso, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. também participou da entrega de outra propina, por tabela, contratando a empresa Sanko Sider para fornecer tubos para a Refinaria Abreu e Lima?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, participei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E essa repassou 31 milhões de reais em propinas ao Sr. Alberto Youssef, que, aliás, foi o responsável pela indicação da contratação da Sanko Sider?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., então, confirma essa informação e essa operação.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O valor dos contratos obtidos pela Camargo Corrêa para a Refinaria Abreu e Lima já atingiu a cifra de 3,8 bilhões de reais. Quanto desse total foi repassado à PETROBRAS, a título de propina, e a quem foi destinado esse dinheiro?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, como eu falei, não é? Quer dizer, o que era incluído no custo eram esses 2%, que era 1% de cada diretoria. E é isso que foi colocado dentro dos preços. Agora, eu já expliquei aqui, na abertura, que, assim, você não tem como separar esse número e falar assim: *"Olha, tanto foi..."* Isso está dentro dos preços, não é? E você contrapõe isso aos custos que estão efetivamente sendo realizados no empreendimento. Quer dizer, você não tem esse número exatamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas desses 3,8 bilhões de reais tem esse percentual de propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Tem 2%. Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Dois por cento de propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Nos custos... Quando a gente apresenta o preço, isso estava incluído dentro desses 2...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Os 2% da propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Um por cento para uma diretoria e 1% para outra diretoria.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado André Moura, só para colaborar, porque ele disse também que era 1% para o PP e 1% para o PT. Só para reforçar aí.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Um por cento para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - PT e PP. Ele disse no início.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Ah, perfeito. Um por cento para o PT e 1% para o PP. É isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Essa informação... Quer dizer, quando eu coloquei... Eu recebi essa área de um outro diretor e ele colocou que existiam esses dois diretores, em que nós faríamos o pagamento da propina, e que essa propina estava relacionada a esses apoios aos dois partidos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor que a Camargo Corrêa doou para a campanha de 2014 da candidata Dilma Rousseff?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não sei precisar. Na realidade, quem cuida disso... Isso nós temos uma área institucional. Tem o Vice-Presidente que cuidava disso. Eu não sei esse número.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas o senhor tem conhecimento que foi feita a doação.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Alguma doação a empresa sempre fez.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tá. O senhor conhece Renato Duque, Pedro Barusco, Youssef, João Ferraz e Eduardo Musa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O Renato Duque eu conheci, o Pedro Barusco eu conheci, o Youssef eu conheci; o Musa não conheci.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o Ferraz?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - João Ferraz também não?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O João Ferraz era diretor de uma área, mas nunca... Talvez tenha tido alguma reunião técnica em que ele estivesse presente, mas nunca tive nenhuma relação com ele.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor conhece Ricardo Pessoa, da UTC?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, conheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tratou de que assunto com ele?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não... De diversos assuntos nós tratamos, inclusive de assuntos referentes ao cartel.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Referente ao cartel.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Esse assunto era discutido e montava-se também com a participação dele, de V.Sa. e dos demais destas empresas — OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão — a estratégia dos processos licitatórios da PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. A estratégia de que empresa vencera cada um dos...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ...dos processos licitatórios.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com a participação direta de quais diretores da PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como eu também comentei, não é? Assim... Não havia uma participação dos diretores. O que de fato acontecia, assim... As empresas conheciam... Pelo sistema de cadastro da PETROBRAS, você já tinha uma informação. Normalmente as mesmas empresas eram convidadas para os mesmos processos. Quer dizer, então, essas grandes licitações, elas tinham naturalmente a quantidade de empresas e quais eram as empresas razoavelmente conhecidas por parte desse grupo. Quer dizer, então, nós, especificamente, nunca atuamos juntos à PETROBRAS para que houvesse algum direcionamento de quem seria convidado. Mas, de fato, você já sabia mais ou menos pelo sistema de cadastro da PETROBRAS quais eram as empresas que estavam convidadas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor confirma a informação de que, a partir de 2008, 2009, a Camargo Corrêa conseguiu 32 contratos da PETROBRAS, sempre com pagamento de propinas para a Diretoria de Serviços, com a participação, por meio do Sr. Renato Duque e do Sr. Pedro Barusco?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Trinta e dois contratos?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não tem esse número. Na área de engenharia e construção não tem 30 contratos. A partir de 2009, 2008, 2009, não tem 30 contratos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Além das obras das refinarias, a Camargo Corrêa é sócia da Queiroz Galvão no Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, é.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É um dos que receberam as encomendas da Sete Brasil?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É, talvez nessa quantidade de contratos estão se somando coisas que não são da minha área que eu não sei, não tenho domínio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tá. Mas essa sociedade com o Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, rendeu uma encomenda da Sete Brasil para construir sete sondas para a PETROBRAS. O senhor confirma isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - *(Riso.)* Sei por informações aí gerais, mas insisto que eu não tenho absolutamente...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim, mas o senhor tem conhecimento.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Conhecimento, sim. Foi contratado *(falha na gravação)*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Junto à Sete Brasil?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Acho que sim. O Atlântico Sul acho que tem sim...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sete sondas. E também já construiu navios petroleiros para a TRANSPETRO.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E nessa contratação para a construção de sete sondas encomendadas pela Sete Brasil houve um esquema também de propina?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Desconheço. Insisto que não é da minha área, quer dizer, eu não tive nenhuma atuação nesses contratos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. O senhor não sabe informar?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não sabe informar. Só para encerrar, Sr. Presidente, V.Sa., então, não tem conhecimento de nenhuma...

Conhecimento tem, mas não sabe detalhar nenhum contrato em nenhum tipo de entendimento para pagamento de propina entre a Camargo e a Sete Brasil Participações?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - A área de *offshore*, como eu falei, eu insisto, é totalmente separada. Não tem nada a ver com a diretoria de que eu cuidava.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Há alguma participação da Camargo na questão das negociações das vendas e ativos da PETROBRAS na África?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Isso também não.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Desconheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, como autor, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas ainda estamos nos Sub-Relatores.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Parece-me que sim. Era o último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Ele está como Sub-Relator. Tem o Deputado Valmir Prascidelli e depois os autores.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tem mais dois Sub-Relatores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mais um, porque...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ah, sim. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Vou passar a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli e logo depois a V.Exa., como autor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente em exercício, Relator Luiz Sérgio, Sr. Dalton Avancini, confesso aqui que eu estou querendo ver por onde eu começo. Digo isso porque, na CPI, o senhor vai perceber daqui a pouco as perguntas... Aliás, o senhor já sabe disto porque acompanha e trabalha para o serviço público há muito tempo: cada Deputado aqui tem seu partido, cada Deputado tem suas opiniões, e, além de apurarem eventuais irregularidades, é claro que querem estabelecer uma linha de inter-relação entre as responsabilidades.

Eu sou daqueles que a cada dia tenho me convencido mais de que há uma parcialidade nas apurações da Lava-Jato, em especial com relação às chamadas delações premiadas. Os seus advogados que o orientaram depois de preso para que fizesse esta delação premiada... Veja, é uma prática comum: prende, segura, fica lá um tempo, aí força um depoente a fazer a delação premiada e orienta as investigações de acordo com o interesse, talvez, de período ou talvez de um objeto e de uma avaliação política por parte de procuradores, de policiais, de juízes, enfim. É muito semelhante ao que acontece aqui na CPI.

Estou dizendo isso, Sr. Dalton, porque o Grupo Camargo Corrêa, pelo que eu pude levantar, foi fundado em 1939. V.Sa. diz que entrou em torno de 30 anos como funcionário nesse grupo.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Em 92.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Desde a década de 90, portanto. É um grupo que atua em setores como engenharia, construção, cimento, concessões de energia, transporte, mobilidade urbana, indústria naval, *offshore*, vestuário, calçados, além de óleo e gás — há relação com a PETROBRAS —, atua em cerca de 20 Estados brasileiros e em 22 países. Aí o senhor me diz no seu depoimento...

O senhor sabe que, como o senhor fez um juramento, aqui não é como na delação premiada, em que o senhor pode perder o benefício, caso minta. Mas a mentira ou a omissão de fatos pode levar às mesmas consequências. O senhor disse textualmente, quando inquirido pelo Relator, que lhe faltou coragem para romper com o processo que acontecia. Foram exatamente essas palavras. Depois nós vamos pegar a taquigrafia, a gravação, e vamos ver. O senhor disse: *"Faltou coragem para romper com o processo que acontecia"*.

Essa empresa que o senhor presidiu, parte dela, repito, atua há muitos anos. É inimaginável para qualquer cidadão não considerar que esse tipo de prática já não acontecia em outros órgãos, em outros Estados, em outras empresas, em outras obras, em outros trabalhos de que a Camargo Corrêa participou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Esta afirmativa, portanto...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há uma definição do Juiz Moro com relação... E ele já disse isso no início. Esses outros assuntos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O advogado está ali do lado. Calma, Deputado. Ele vai... Calma, só 1 minuto!

O SR. DEPUTADO IZALCI - É para a gente ganhar tempo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu tenho 10 minutos, Sr. Deputado Izalci! Eu tenho 10 minutos e posso ficar falando durante os 10 minutos. Como eu disse no início, V.Exa. pode concordar ou não e faz a defesa quando V.Exa. puder perguntar.

Eu estou perguntando isso, talvez até por isso fui interrompido, porque a Camargo Corrêa já foi apontada numa outra operação como uma empresa que participou de um esquema lá no Estado de São Paulo, no consórcio para o metrô, junto com outras empresas — Estado de São Paulo, que é administrado pelo PSDB — e, no entanto, não houve a mesma ofensiva de apuração com relação aos órgãos que deveriam ter essa ofensiva de apuração. Não mesmo! Além disso, não houve até por parte da Assembleia Legislativa, por impedimento do Governo, a instalação de uma CPI para apurar essas irregularidades. Aí, eu ia perguntar para V.Sa.: houve semelhança entre o cartel do metrô e o cartel das empresas montadas para operar na PETROBRAS? Houve semelhança?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O que eu posso responder é assim: eu participei do cartel da PETROBRAS, é desse que eu posso falar; eu não sei de outros e não tenho essas informações para dizer se houve, nem tampouco...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A Camargo Corrêa participou? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não tenho conhecimento. Além do que, como eu expliquei inicialmente para os senhores, assim, eu estou limitado aqui a responder sobre essas questões da PETROBRAS, até por uma questão de uma ordem judicial e por conta de que, na minha delação, existem outros casos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É verdade.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu até, retificando, eu não falei que não existe prática em outros órgãos. Quer dizer, o que eu disse é que eu não posso falar sobre essas práticas em outros órgãos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, vamos retomar. Durante a sua primeira etapa de depoimento aqui, quando o Relator fazia as perguntas, V.Sa. falou o seguinte, que os valores cobrados na PETROBRAS eram dentro dos preços.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E, depois, V.Sa. também — a taquigrafia vai mostrar isso — disse o seguinte: *"Nós..."*, ou seja, as empresas, e aí o senhor falou especificamente da Camargo Correa. O senhor falou assim: *"Nós da Camargo Corrêa jamais conseguimos interferir nessas licitações."* O senhor falou exatamente isso. Significa, no meu entendimento, que não havia, como tentou se estabelecer aqui por parte de uns réus confessos ex-diretores da PETROBRAS, a partir de um determinado momento, a institucionalização. Significa que havia sim a formação de cartel com base no interesse das empresas, como houve em outros lugares.

Veja só, este mesmo lugar em que eu fui buscar as informações, uma outra investigação da Polícia Federal, aponta que a Camargo Corrêa deu propina — aqui não dá para chamar de propina, podemos chamar de brinde — para uma revista de grande circulação e para um jornalista que constantemente ataca o Governo, ataca o PT — é daqueles que acha que o mundo vai acabar —, chamado Reinaldo Azevedo. Isso está na investigação. Depois, no mesmo lugar, com documentos recebidos pela Polícia Federal, no mesmo escândalo, está se dizendo que o Secretário Municipal de São Paulo, do PSDB, ex-Secretário, hoje Vereador, chamado Andrea Matarazzo, também recebeu. Está no relatório relacionado dessas propinas. Por que eu estou afirmando isso? Porque é verdade de uma outra investigação.

Mas a Polícia Federal, mas o Ministério Público, na delação premiada, deveria, se quer de fato apurar alguma coisa, ressarcir os cofres públicos, inquirir V.Sa. e os outros mais depoentes em todos os escândalos que porventura estejam essas pessoas e empresas envolvidas, porque senão nós não vamos apurar nada! Senão nós vamos ficar fazendo debate político-partidário. Porque V.Sa., como empresa, doou, como já foi perguntado aqui, para diversos partidos, para o Partido

dos Trabalhadores, para o PSDB e para outros partidos. Então, por que em um caso é propina e no outro caso não é propina?

Então, eu queria que V.Sa. pudesse falar um pouco sobre isso dentro daquilo que V.Sa. vai dizer: *"Eu posso falar"* ou *"Eu tenho conhecimento, dentro daquilo que os meus advogados me orientam e me autorizam a falar"*.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Deputado, eu quero insistir, primeiro, que eu tenho a limitação do que eu devo falar aqui: é sobre a questão da PETROBRAS, que é o assunto em discussão e é o que está sendo apurado. Com isso, estou aqui para contribuir, e contribuirei. Outros assuntos foram tratados na minha delação, e sobre esses assuntos eu estou impedido, inclusive pelo Juízo, de fazer qualquer comentário. E mais, várias coisas que o senhor citou, eu acredito que são verdades, porém, eu não tenho participação nenhuma e não teria nem como *(falha na gravação)* em outro momento qualquer.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não afirmei que V.Sa. pessoalmente tenha alguma participação nisso. O que eu estou dizendo é que existem outros escândalos tão grandes ou semelhantes a este da PETROBRAS e que precisam ser investigados. E essas questões é que nós temos que esclarecer, porque senão fica uma situação de que a corrupção começou a partir de 2003, de que os cartéis das empresas, os interesses foram a partir de 2003, de que é em função do Governo atual. Não é isso! Então nós precisamos ter isso esclarecido. E o senhor, pela resposta que deu, concorda comigo nesse sentido, apesar de não poder afirmar em função daquele acordo feito. Quer dizer, o acordo de delação premiada lhe permite falar só sobre a questão da PETROBRAS. Outros escândalos...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...o Ministério Público e a Justiça Federal disseram: *"Não, não pode falar sobre isso"*.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não. Só uma correção aqui: os outros assuntos ainda permanecem sob sigilo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Permanecem sob sigilo e, portanto, sob interesse daqueles que têm...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Estão investigando.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...esse controle de vazarem ou não e de apurarem ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos agora aos autores.

O primeiro autor é o Deputado Carlos Sampaio.

V.Exa. me solicitou também o tempo de Líder. V.Exa. quer primeiro o tempo de Líder?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Primeiro o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tempo de Líder. Depois V.Exa. terá o tempo para fazer os questionamentos. Então, V.Exa. terá até 13 minutos: 8 minutos do tempo de Liderança do PSDB, com mais 5 minutos para os questionamentos.

V.Exa. tem 8 minutos, quando não poderá questionar, apenas fazer sua fala.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, inicialmente, um registro: parece-me que o Partido dos Trabalhadores tem uma dificuldade muito grande em dizer: *"O meu partido não se envolveu em corrupção"*. E mais do que uma dificuldade, ele não consegue dizer que o Partido dos Trabalhadores não se tornou um partido envolvido diretamente com a corrupção. Então, todas as vezes que alguém diz: *"O Partido dos Trabalhadores é um partido hoje tido como corrupto pela Nação"*, ele tende a dizer *"Não, mas existem outros corruptos também"*. É inacreditável a vocação do Partido dos Trabalhadores para atacar outros partidos ao invés de defender-se.

A melhor tese era qualquer representante do PT vir aqui e dizer assim: *"Por que é que nós não somos corruptos? Deixe-me explicar".* E explicar o porquê. Como isso não tem explicação, isso evidentemente não convence ninguém, eles...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A explicação é exatamente o procedimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...tentam partir para uma outra linha.

Eu gostaria de não ser interrompido, Sr. Presidente. Eu gostaria de não ser interrompido! Eles partem para uma outra linha. E qual é a linha? *"Olha, mas fala um*

pouquinho se o PSDB também é corrupto, comenta mais um pouquinho aí; fala um pouquinho do Partido Republicano; fala alguma coisa do PP."

Infelizmente, Sr. Deputado, o que está em jogo é a corrupção do PT! E essa corrupção está eivada não só na PETROBRAS, mas em todas as empresas públicas. E não adianta V.Exa. dizer assim: *"É inimaginável que esse cartel não tivesse atuado antes"*. Todos os delatores, todos aqueles que participaram da delação premiada, e foram cinco... Não é possível que os cinco tenham combinado e os cinco tenham enganado o Ministério Público...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Claramente combinado e orientado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu gostaria de não ser mais interrompido, Sr. Presidente! Não ser mais interrompido! Os cinco falaram a mesma coisa. O quê? Que não é questão de a indicação dos diretores anteriormente ser política ou não, a questão era do caráter de quem foi indicado, era dos antecedentes de quem foi indicado. E o Presidente Lula e a Presidenta Dilma indicaram pessoas que se envolveram com a criminalidade e propiciaram o cartel. Antes disso não era possível.

Então, o PT tem que assimilar: *"Indiquei corrupto, faço parte de um Governo corrupto e vou tentar me defender"*. O PT tem que fazer isso e não tentar atacar outros partidos. Eu, se sou acusado de corrupção, não olho para o Deputado que está do meu lado e falo assim: *"Não, mas tem outro aqui que também é"*. Não! Eu digo por que eu não sou. Eu tenho conhecimento da minha história, eu sei do meu proceder. E se eu sei do meu proceder, eu me defendo. Agora, quem não sabe do seu proceder e quem não sabe da sua história, o melhor argumento, reconheço, é o ataque.

Mas vamos às colocações. O Sr. Dalton afirmou, e todos aqui já disseram, que pagou aproximadamente 110 milhões de propina, sendo 63 milhões para a Diretoria de Serviço e 47 milhões para a Diretoria de Abastecimento. Afirmou também como era o procedimento através do qual esses pagamentos eram feitos. No entanto, chamou minha atenção, nas delações premiadas de S.Sa., o fato de afirmar peremptoriamente que os projetos básicos ruins é que propiciavam o pagamento de propina, ou seja, a majoração do preço para o pagamento de propina.

O Sr. Paulo Roberto, quando foi ouvido aqui, Sr. Dalton, disse o seguinte: *"Esse cartel trabalhava dentro de uma faixa de preço pela imprecisão dos próprios projetos da PETROBRAS"*. E continuou: *"A PETROBRAS trabalha de forma colegiada, então todas as decisões são de nível da Diretoria Executiva. E essa Diretoria Executiva resolveu fazer projetos não totalmente concluídos".* Ou seja, são projetos falhos.

Mais adiante, num outro termo de colaboração, o Sr. Augusto Mendonça afirmou que a Camargo passou a participar mais ativamente desse clube, através de V.Sa. e do Sr. Eduardo Leite, a partir de 2006.

Eu estou fazendo uma série de afirmações dentro da delação, porque neste período que eu ainda tenho de 3 minutos e meio eu não posso fazer indagações. Em seguida, farei as indagações a V.Sa.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Por fim, também num acordo de delação premiada, foi descoberto que foram firmados contratos com a empresa JD Assessoria e Consultoria, que, todos sabem, era do ex-Ministro José Dirceu.

Aliás, faço um registro aqui: eu imagino a indignação de todos aqueles petistas que estavam recolhendo 10 reais cada um para pagar a multa de 900 mil reais do José Dirceu, que foi preso! Menos de 1 ano depois descobre-se que ele recebeu 29 milhões em consultoria, de forma ilegal. E os petistas recolhendo, um a um, 10 reais, de petistas, para pagar uma multa de 900 mil. Eu imagino agora a situação desses petistas que fizeram a arrecadação.

Mas, voltando. A formalização desse contrato com a JD foi feita por V.Sa. e, segundo as informações disponibilizadas, foram pagos 844 mil reais entre 2010 e 2011. Essas são afirmações todas feitas em delação premiada.

Eu encerro aqui minhas colocações, Sr. Presidente, e passo as minhas indagações.

Antes, apenas para concluir meu trabalho, ainda tenho 2 minutos, quero organizar as perguntas. Algumas perguntas, Sr. Dalton, se for possível, se V.Sa. entender que é possível, eu pediria que apenas respondesse "sim" ou "não", para que nós pudéssemos agilizar. Caso não seja possível, V.Sa. me diz o porquê e discorre sobre o tema.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Depois da fala do Sr. Paulo Roberto de que realmente a Diretoria Executiva da PETROBRAS resolveu fazer projetos não totalmente concluídos, ou seja, para propiciar esses acertos, indago: V.Sa. concorda que toda a Diretoria Executiva da PETROBRAS trabalhava com decisões colegiadas e, portanto, tinha responsabilidade por esses danos causados à PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, concordo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. entende que essa priorização de obras por parte da PETROBRAS, sem adoção dos cuidados necessários, foi o que viabilizou as brechas para a atuação das empresas no esquema?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, eu acho que isso causa uma insegurança de valores e tal, mas necessariamente não é só por isso que você consegue criar um esquema.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, mas isso também propicia? Propicia uma brecha porque o projeto era impreciso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Na realidade, causava uma dificuldade até de orçamentação desses projetos, mas não era usado isso para a inclusão de propinas. Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Sa. disse que chamava a atenção os projetos básicos ruins, que abriam brechas.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É eles abriam... Na realidade, quando você tem um projeto ruim, não é? Quer dizer, isso depois permite uma série de negociações durante a execução do contrato, exige essa quantidade de aditivos, que causam fragilidades no processo como um todo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De uma certa forma, mesmo que indireta, propiciava então.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. É uma fragilidade a mais do processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Concluindo, V.Sa. concorda que, se os projetos básicos fossem bem elaborados, a PETROBRAS poderia trabalhar com uma margem bem mais estreita em relação ao orçamento básico?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ela poderia ter mais segurança do orçamento. É isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. V.Sa. entende que essa priorização das obras buscava atender a interesses políticos eleitorais?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - A gente não participava da decisão dessas... Você acelerar demais...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não. Uma impressão sua, pessoal.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Pessoalmente, você acelerar demais a construção de uma refinaria tinha um caráter que não era essencialmente de negócio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. V.Sa. concorda — isso como cidadão, não só como diretor, mas dentro do tema que lhe é permitido falar — que os pagamentos feitos a título de propina alimentavam campanhas eleitorais?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu acredito que esses pagamentos eram feitos para partidos. Quer dizer, nos era informado que eram partidos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E era informado que eram utilizados para campanhas eleitorais?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Dessa maneira, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação à JD Consultoria, V.Sa. bem sabe disso, não tem como uma empresa do porte da Camargo Corrêa possuir relatórios feitos... Deixar de possuir relatórios feitos pela consultoria contratada. V.Sa. concorda que a falta de documentos para comprovar os serviços prestados, ainda que de forma indireta, leva à conclusão de que essa consultoria pode não ter sido prestada, ou melhor, pode ter sido prestada de uma forma não efetiva?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Esse contrato dessa consultoria, não é? Quer dizer, na realidade, isso foi antes até de eu entrar nessa área. Eu sou só a segunda assinatura. Quer dizer, quem assina, à época, é o Presidente da época. Não fui eu que assinei, não fui eu que tratei desse contrato. Então, eu não

consigo informar absolutamente o que é que houve e quais foram as atividades feitas, não é? Isso não passou por mim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas a pergunta é outra. Uma empresa do porte da Camargo não ter esses relatórios efetivamente, não possuir demonstrativos claros do gasto não levam a uma conclusão? Veja, V.Sa. presidiu uma empresa do porte da Camargo Corrêa. Não me parece natural — eu falo aqui como cidadão comum —, não me parece natural que você não ter nenhum relatório específico seja uma coisa comum numa empresa desse porte. É comum ou é uma coisa anormal, como eu raciocino que seja?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Em geral, qualquer prestação de serviço tem. Porém, eu não sei afirmar que nesse caso não tenha tido relatórios. Eu não tenho acompanhamento desse contrato.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o senhor concorda que o normal é ter o relatório?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Algum tipo de informe, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tem que ter. Porque não tem algum, não tem informe algum.

V.Sa. saberia dizer como é que se dava a abordagem dos ex-Diretores Renato Duque e Paulo Roberto Costa quando da solicitação desse pagamento? Há relatos de que essa sistemática adotada por eles em determinado passou a ser quase que automática. V.Sa. saberia detalhar isso? Como se dava isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como eu comentei, quando eu recebi a área já existiam esses compromissos. Eles nunca me abordaram e até também, como eu comentei, eu não cuidava da área comercial, eu era um diretor de Operações. Então, eu não tinha... Tive alguns contatos com eles. Em geral, eram contatos técnicos. Não houve nunca uma abordagem direta, tanto por parte do Sr. Paulo Roberto comigo como por parte do Sr. Duque, com a cobrança de propina. Diretamente por eles, em relação a mim, não houve.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E aqueles que lhe pediam os recursos, no total de 110 milhões, diziam claramente que tinham que acertar com o Renato Duque e com o Paulo Roberto?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim e que havia algum tipo de pressão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito.

Teve um pagamento de 2 milhões que o Youssef disse: *"A Camargo Corrêa me devia 2 milhões, que o próprio Vice-Presidente, que o Presidente pediu que eu adiantasse aos agentes políticos e a Paulo Roberto Costa".* V.Sa. poderia detalhar um pouco ou não tem conhecimento?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Está bem.

Sr. Presidente, apenas para finalizar — ainda tenho 1 minuto e meio —, na última reunião havida, uma das Deputadas do PT disse que eu seria um fascista porque, ao final da minha fala no depoimento do tesoureiro Vaccari eu afirmei textualmente: *"V.Sa. tem tudo para ser preso e o PT, para ser extinto".* Eu queria dizer a essa Deputada que preso ele já foi, menos de 1 semana depois. Com relação à extinção do PT, não agi com nenhum ódio, agi com conhecimento jurídico. A legislação é bastante clara: quando se recebe dinheiro fruto de corrupção ou dinheiro vindo do exterior, o partido perde o seu registro e é extinto. Portanto, a primeira parte, digamos assim, daquilo que falei já se concretizou; e na segunda parte reitero o que disse: o final do PT está próximo, ele tem tudo para ser extinto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos ao próximo autor, Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Avancini, peço desculpas, primeiro, a todos, porque é muito... O plenário está funcionando direto com votação, não dá para estar aqui ouvindo o conjunto do depoimento do depoente, o que é muito ruim.

Mas eu queria começar, Sr. Dalton Avancini, colocando a seguinte questão: eu estou com uma matéria aqui do *Estadão,* do dia 8 de dezembro de 2014, cujo título é: *Polícia Federal acha planilhas com nomes de políticos e valores na sede da empreiteira*. A sua. *"Planilhas apreendidas pela Polícia Federal na sede da empreiteira Camargo Corrêa em São Paulo trazem nomes de políticos"* — grandes,

que eu vou citar depois — *"com valor de dólares em obras de infraestrutura, estimadas em moeda estrangeira."*

O senhor leu essa matéria? Conhece? Sabe quem é o político citado aqui? Vice-Presidente Michel Temer, do PMDB?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Desconheço essa matéria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Desconhece?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Essa matéria está aqui publicada, não é? Eu queria saber do senhor o seguinte, o senhor é o Presidente da empresa, foi Presidente da empresa: quais políticos da Lava-Jato V.Sa. conhece?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não tinha... A minha história na empresa sempre foi operacional, quer dizer, eu não tinha relacionamentos políticos. Isso era feito acho que pelas áreas comercias, e nós tínhamos também uma área institucional, até um Vice-Presidente institucional, que era quem fazia contato com os políticos. Quer dizer, não...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem era o Vice-Presidente institucional?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Marcelo Bisordi era o Vice-Presidente institucional.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Marcelo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bisordi.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele é quem fazia os contato com os políticos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ele cuidava da área de relacionamento da empresa, inclusive com os políticos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor não conhecia nenhum dos políticos envolvidos na Operação Lava-Jato?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Talvez de contatos ocasionais sim, mas não tinha nenhum tipo de relacionamento para...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou fazer a seguinte pergunta ao senhor. O Sr. Eduardo Leite relatou que Vaccari o procurou, por volta de 2010, dizendo que tinha conhecimento, por área de serviço da PETROBRAS, de que a

Camargo Corrêa estava atrasada no pagamento de propinas relativas a contrato da PETROBRAS e solicitou que a propina traçada fosse paga na forma de doações eleitorais em montante superior a 10 milhões. O senhor confirma o pagamento de propinas?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Nesse caso, não. Essa informação tem... O Sr. Eduardo que me passou que ele havia sido procurado pelo Sr. Vaccari. Isso foi passado ao Sr. Marcelo Bisordi. Mas a Camargo não fez essa doação, e isso... Não era prática da Camargo fazer doações para pagamento de propina.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é prática da Camargo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não era.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas por que vocês estão presos, então?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Porque nós pagamos propina, mas não como doação eleitoral.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer dizer, não há nenhuma correlação entre doação eleitoral...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não tinha. Em doações nós não fazíamos isso, tanto é que todos os valores que nós movimentamos foram dentro dos projetos que eram os responsáveis por esses pagamentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não acredito nisso, tá? É só para registrar. Eu acho que vocês tinham plena consciência do que significava isso nas relações e por isso vocês estão presos inclusive. Por isso!

O Sr. Pedro Barusco em seu termo de colaboração afirmou que a dinâmica de pagamento de propina existia na PETROBRAS antes da sua chegada à PETROBRAS. O senhor considera que o esquema da corrupção que veio à tona a partir da Lava-Jato existia antes da sua chegada?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Na PETROBRAS, sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou fazer outra pergunta, porque essa aqui está prejudicada. Em 2013, o Sr. Alberto Youssef teria procurado a Camargo Corrêa para cobrar uma propina de 12 milhões que teria que ser apresentada na conta da empresa Costa Global. O senhor conhece a Costa Global?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Após pressão, a Camargo Corrêa teria feito repasse, mas constam depósitos de apenas 3 milhões na conta da Costa Global. O senhor sabe para onde foi o restante do dinheiro?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não foi pago. Havia uma cobrança por parte do... uma pressão para recebimento por parte do Sr. Youssef, e esse valor não foi pago.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não foram pagos 12 milhões? Nem os 3 milhões.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ele considerava que era uma dívida e essa pressão quem, novamente, me transmitia era o Eduardo Leite, e esse valor não foi pago. Foram pagos esses 3 milhões na Costa Global.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não foi pago?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O resto não foi pago.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas foram pagos 3 milhões?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E não 12 milhões?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então o senhor afirma que essa propina poderia ter sido enviada ao PP — Partido Progressista?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como já comentei anteriormente, nós pagávamos aos intermediários, aos operadores, e eles é que faziam essa destinação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nesse caso, a quem é que o senhor está falando que fazia os pagamentos, ao Youssef?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Nesse caso, foi pago ao Paulo Roberto, através da Costa Global.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ao Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Ivan Valente, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi pago ao Paulo Roberto Costa?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Três milhões?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Acredito que o Deputado Júlio Delgado esteja votando. O Deputado Onyx Lorenzoni saiu daqui dizendo que ia votar.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Peço a palavra para falar como Líder, pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Como Líder, pelo PMDB — o Líder tem preferência —, V.Exa. tem a palavra pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Dalton dos Santos Avancini, o senhor usou seus momentos iniciais para manifestar arrependimento, para registrar que poderia ter feito interrupções em alguns momentos e não o fez. Essa lembrança o incomoda. Registrou que participou de uma articulação envolvendo empresas e movimentações que tinham identificações de agentes da empresa vinculados a indicações políticas, citou percentuais, citou valores.

Quando o Relator fez ao senhor um conjunto de perguntas, o senhor baixou a temperatura dos valores. O senhor estabeleceu um teto de planilhas da PETROBRAS, mas, ao mesmo tempo, o senhor informou — eu não posso fazer perguntas ao senhor neste momento, farei depois —, o senhor informou que uma empresa apresentava o preço e as outras vinham junto — isso se chama, na linguagem da licitação, cobertura, as outras cobriam —, que é o que permitiu esse decreto que acompanhou o processo de licitação da PETROBRAS, que a empresa tomou prejuízo muitas vezes, que ela tinha que dar o dinheiro independentemente de ter prejuízo ou não, mesmo tendo prejuízo ela era obrigada a cumprir os compromissos. Então, o senhor falou de extorsão.

O senhor começou com a palavra “acordo”, “procedimentos de acordo” e introduziu o elemento “extorsão”. Eu não sei qual é a compatibilidade de uma coisa e de outra na modelagem de que o senhor falou, começando a se colocar como arrependido. O senhor fala de uma culpa, de um crime, arrepende-se do crime e, depois, estabelece parâmetros diferenciados ao longo da sua narrativa.

Seguramente, o senhor conhece expressões como “preço cheio”. Seguramente, o senhor conhece a expressão “organização de mercado”. Seguramente, o senhor conhece a expressão “cartel”, porque o senhor usou a palavra várias vezes. O senhor demonstrou a interlocução com todas as pontas dos procedimentos, da ponta que recebe à ponta que opera, como é o caso do Youssef, à ponta que opera os procedimentos, o dinheiro que sai, como é que ele é transformado.

Não está na fala do senhor, mas está na fala dos outros que delataram ou dos outros procedimentos da Polícia e do Ministério Público, para onde foi, para onde vem, está ali na visita ao banco em Londres, o Sr. Júlio que desapareceu e, de repente, apareceu aqui, quando foi aprovada a convocação do seu parente, inclusive a sua filha. Imediatamente, não demorou 1 hora, apareceu um registro aqui.

Então, a questão que se coloca é que não existe preço cheio, cobertura e organização de mercado. São três figuras que concorrem juntas num processo como esse que o senhor vivenciou. Uma empresa cobre a outra. Uma empresa divide os lotes de obras. Aquela empresa que participa de um lote vai ao topo. Ela vai ao teto. O preço é cheio.

Muitas vezes, quem faz auditagem sabe que alguns parâmetros de preços cheios têm itens que são colocados, são forçados no preço, mas eles não são usados na dimensão em que são forçados no preço. Aí precisa de alguém na fiscalização para cobrir esse procedimento, que é o que disse o nosso promotor ali. Você precisa de alguém que, na hora de dizer que o serviço foi prestado, assine um documento de execução do serviço que não ocorreu ou que ocorreu a menor, ou que, se ocorreu, não ocorreu nos parâmetros planilhados para que ele ocorresse.

Nós temos alguns procedimentos: primeiro, procedimento de ir ao teto na divisão de obras; segundo, cobertura de empresas; terceiro, montagem da planilha; quarto, processo de fiscalização e assinatura dos resultados para fins de pagamento.

Então você tem um conjunto. Daí a fazer o uso da palavra de que tomou prejuízo, quando você vê uma movimentação de dinheiro na conta de pessoas da empresa, nas contas das mais diversas que já montaram... A cada delação premiada... Eu não sei se na sua delação premiada o senhor se comprometeu a

devolver dinheiro, como o dono da UTC, que se comprometeu a devolver 55 milhões de reais. Mas a cada delação premiada o volume de devoluções que se propõe a fazer é como se estivesse naquela revista infantil que tem o cofre do Tio Patinhas. É um negócio fantástico. De repente o senhor usa a palavra “prejuízo”. Vocês viveram numa ilha da fantasia de um negócio que vocês nunca pensaram que pudesse... Foi uma operação engendrada com tanto sentimento de impunidade, com tanto sentimento de que não seria descoberto que era um negócio fantástico.

Eu acompanhei os dois depoimentos da Sete Brasil, que se autodenomina empresa. Só que uma empresa privada que tem um presidente indicado pela PETROBRAS — eu nunca vi uma empresa privada que tem um Presidente indicado por outra — que foi contratada para fazer um produto que ela não faz, que ela contrata terceiros para fazer e que está enjambrada no meio desse negócio. No meu Estado tem lá a Jurong, do Espírito Santo.

Então nós estamos falando de um arranjo. O que foi feito não foi um arranjo produtivo do gás e do óleo, do gás e do petróleo. Dói ouvir que houve prejuízo. Dói ouvir que alguns contratos tiveram dificuldades. E aí ainda usar a categoria, sem usar a palavra, ainda usar a categoria de extorsão. É para se colocar na condição de vítima, porque o relato todo não é de extorsão. O relato é de cumplicidade na maior organização criminosa de retirada, combinada de recursos públicos para poder distribuir, pelos motivos os mais diversos que já foram, estão sendo e serão ditos, tanto aqui quanto na imprensa, quanto no processo jurídico e de inquérito que está sendo feito.

Então, eu uso esse período de Liderança, em nome do PMDB, para registrar, a partir do seu relato, o que ele não disse e tentar entender o que o senhor quis dizer para se proteger a partir da delação premiada e ainda trazendo o sentimento ou trazendo... É lógico que se arrepender é positivo. Ser pego no salto e ter a oportunidade de se arrepender é positivo.

Os motivos do arrependimento são sempre vinculados à dor. E foi o período que o senhor passou. Mas o crime e a forma da organização e as peças que estavam dentro dele — e uma delas era o senhor — são de uma clarividência tão grande que a fala do senhor nas respostas às perguntas do Relator desta Comissão,

Deputado Luiz Sérgio, são hilariantes, são de doer o ouvido. E a gente só ouve pela disciplina de ter que ouvir o conjunto do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo autor, Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao próximo autor, Deputado Onyx Lorenzoni, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria usar o tempo da Liderança do Democratas, por favor, para aumentar o tempo que terei disponível. São 10 minutos, com o tempo de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer primeiro o tempo da Liderança?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou usar primeiro o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. tem 5 minutos da Liderança e depois 5 minutos para questionar o depoente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k., Presidente.

O Deputado Carlos Sampaio, Sr. Dalton, já o questionou sobre se a Camargo pagou ou não pagou os tais 10 milhões propostos em 2012 para uma atualização econômica da propina devida. Em todos os autos da Operação Lava-Jato, em todo o material que a gente lê a Camargo era reconhecida pelos operadores do esquema de desvio na PETROBRAS como uma má pagadora. Eram reiterados os atrasos e, no meio de alguns depoimentos, como o do Eduardo Leite, pode-se perceber que havia quase uma orientação nesse sentido para minimizar os custos da empresa.

O senhor já disse aqui que a empresa não misturou doação oficial com propina. Como nós ainda não encontramos essa doação de 10 milhões nesse período de 2012, a princípio, até que o documento se firme, eu não tenho como duvidar daquilo que o senhor está dizendo neste momento. E me cabe aqui analisar e questionar a conduta, porque o Sr. Vaccari veio aqui e disse que só a partir de 2010 ele se imiscuiu nas questões financeiras do Partido dos Trabalhadores e da PETROBRAS, por via de consequência. Só que ele foi desmentido pelo Sr. Augusto Mendonça Neto, Diretor-Presidente da Setal, que disse que esteve com ele em 2008.

Então, obviamente, em 2008 o Sr. Vaccari não tinha nada que fazer na sede do PT de São Paulo. Ele estava recebendo um empresário para negociar propinas no valor de 4 milhões de reais e a Setal, através da SOG e através da Setec Tecnologia, realmente pagou, de 2008 até 2001, 4 milhões. Nós temos toda a documentação aqui, o Ministério Público já conhece essa operação.

Mas do que o senhor participou — e a resposta à minha pergunta nos 5 minutos finais vai ser um simples "sim" ou "não" — é o seguinte: em 2012, diz na delação premiada o Sr. Eduardo Leite, no termo nº 3, que em 2012 Vaccari agendou uma reunião com ele e com o Diretor Marcelo Bisordi, que era o Diretor Institucional da Camargo Corrêa. E aí a proposta levada por Vaccari é que vocês devem muito mais de 10 milhões lá para o Sr. Renato Duque, que diz que nunca recebeu dinheiro nenhum, e que, se a Camargo estivesse disposta a doar 10 milhões oficialmente, o Vaccari e o Duque, o que demonstra a conexão entre ambos, dariam por quitada a dívida, o que seria altamente vantajoso para a Camargo Corrêa.

O que eu quero lhe perguntar é: o Sr. Eduardo Leite — porque ele vai vir aqui e eu vou perguntar isso para ele — e o Sr. Bisordi lhe revelaram que era essa mesmo a proposta de negócio?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, o Eduardo comentava sobre a proposta, que era para se fazer um acerto de dívidas a partir do pagamento, mas que não foi feito pela empresa, mas há, sim...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O fato de não ter matado não quer dizer que o bandido não encomendou a morte.

O SR DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas houve o relato do Eduardo de que ele teria recebido essa proposta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, que houve a proposta de uma ação absolutamente ilegal e criminosa, houve. E essa ação, o senhor está confirmando, reafirma aquilo que nós sabíamos: que Renato Duque estava lá para desviar dinheiro para si e para o Partido dos Trabalhadores e o Sr. Vaccari estava lá para intermediar esses negócios, que poderiam ser oficiais ou oficiosos, como foi a proposta que ele fez e que o senhor reconheceu. Obrigado.

A outra pergunta que eu tenho para lhe fazer é a seguinte: na Refinaria Abreu e Lima, curiosamente, a PETROBRAS obrigou, ali no ano de 2009, 2010, que as

obras de terraplanagem ocorressem entre abril e agosto. Isso, inclusive, foi alvo de investigação do TCU, pelos valores gigantes que foram cobrados naquela época. Lá em Recife todo mundo sabe que esse é um período de muitas chuvas e que, se se acaba fazendo um serviço de terraplanagem, quando chove uma boa parte do serviço é perdido e precisa ser refeito. E aí vieram aditivos e suplementações que elevaram violentamente o valor da obra.

A pergunta o senhor responde depois, porque agora eu entrei na fase final.

Por que a PETROBRAS mandou fazer isso e quem mandou fazer isso naquela época? Era óbvio que haveria trabalho, retrabalho, retrabalho e retrabalho. E, com isso, como é muito difícil dimensionar obra de terraplanagem, do ponto de vista da medição, dá para cobrar quatro vezes pelo mesmo serviço feito. Então, só quero perguntar por que, qual é a opinião que o senhor tem e quem foi que deu a ordem para que assim fosse lá naquela obra.

Já foi abordado aqui: eu queria saber qual é a natureza do serviço da consultoria do Sr. José Dirceu para a Camargo Corrêa. Isso aqui o senhor não disse. O senhor já era Presidente. Quero saber se o senhor recebeu uma proposta por escrito ou do diretor da área, se há algum relatório e se do pagamento foi feito — o pagamento foi feito, neste caso —, há algum relatório, algum trabalho. Se não houver, só a nota fiscal, quem tomou a decisão de que não precisava de relatório e de mandar pagar a fatura ou as faturas para o ex-todo-poderoso José Dirceu?

Por fim, em 2009, Alberto Youssef, que era o operador de Paulo Roberto Costa, apresentou à Camargo Corrêa a Sanko-Sider, e a Sanko, representada pelo Sr. Márcio Bonilho, que veio a esta CPI, disse que nunca fez nenhuma falcatrua, nunca pagou nenhuma propina, nunca fez nenhum negócio escuso, só vendia os caninhos dele direitinho, sem nenhum problema. E nós aqui apertamos bastante naquela época o Sr. Márcio Bonilho e dissemos a ele que nós iriamos atrás dele, porque era evidente que ele tinha participado do esquema. No que diz respeito à REVAP, em Araucária, no Paraná...

O SR DALTON DOS SANTOS AVANCINI - REPAR.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - REPAR, obrigado. Leite e Avancini, que é o senhor, concordaram em contratar a Sanko. E aí houve um entendimento,

no dia 16 de junho de 2009, entre o senhor, o Márcio Bonilho e o Youssef. O valor desse contrato é 3 milhões e 600 mil reais.

Eu pergunto se o senhor confirma que isso efetivamente aconteceu.

Entre 2010 e 2012, a Sanko-Sider operou contratos que geraram vantagens indevidas ou propinas no valor de 27 milhões de reais, que se destinaram, depois desses contratos, para a área de abastecimento.

Esses eram os questionamentos que eu queria fazer ao senhor.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, pela ordem. Quer dizer, a questão da antecipação da RNEST é uma decisão da Diretoria da PETROBRAS. Quer dizer, a motivação dessa decisão nós não sabemos, mas provavelmente era uma decisão para que o projeto acontecesse antecipadamente, talvez tivesse cunho político, poderia...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso foi em 2009?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Antes até, não é? Acho que o contrato de terraplenagem era até de antes de 2009. Não consigo precisar, mas é o primeiro contrato de todo o complexo da RNEST. Então, é uma decisão e realmente tomar a decisão de iniciar essa implantação em um período de chuva ou sem o projeto executivo causa impacto significativo, quer dizer, pode causar impacto significativo no projeto. Agora, é uma decisão da Diretoria, como eu já comentei. Quer dizer, nós tínhamos lá um consórcio. Esse consórcio era, inclusive, liderado pela Odebrecht. Aquilo era uma unidade. Quer dizer, tinha um líder nosso lá que fazia o contato com a PETROBRAS. E ela definia para esse consórcio quais eram os cronogramas que deveriam ser seguidos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas essa decisão o senhor tem conhecimento se foi tomada lá em Pernambuco ou se veio da Diretoria-Executiva?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não tenho essa informação, mas dificilmente era uma decisão tomada no âmbito do projeto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Teria que ser pela Diretoria-Executiva, pelo porte do projeto?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Pela Diretoria. A definição de cronogramas, inclusive, era aprovada pela Diretoria, mesmo que lá tivessem tomado

alguma decisão, seria referendada pela Diretoria no caso de antecipação de um cronograma.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Sr. Presidente Hugo Motta, só para registro: nessa época presidia a PETROBRAS José Sérgio Gabrielli, que veio aqui dar aula sobre petróleo e eu lhe disse que ele era um dos quadrilheiros. E cada vez eu tenho mais certeza disso.

Obrigado.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, a segunda questão, com relação à consultoria. Essa consultoria não aconteceu quando eu era Presidente, ela era anterior ao período em que eu era Presidente da companhia. Eu realmente até assino um contrato, agora eu sou simplesmente a segunda assinatura, quer dizer, eu não... Existe um processo administrativo nosso aqui. Alguém assina que é o responsável por essa contratação e há uma segunda assinatura. Então, não sei exatamente do que se trata essa consultoria.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A consultoria quem contratou foi o Eduardo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. É... Quem assinava o contrato era quem era o Presidente na época, o Celso Ferreira, que assinou esse contrato com a JD. Não foi o Eduardo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas em que ano foi isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Hã?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em que ano foi isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Deve ser 2007, 2008, quando eu ainda não era Presidente nem líder da empresa. Eu me tornei Presidente da empresa em 2011.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Certo. Isso eu tenho aqui.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas eu acredito que é anterior a isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor era Diretor apenas da área de óleo e gás.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. E a execução desse contrato foi em que ano?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Deve ter sido acompanhada por quem na época definiu o escopo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Até 2008, 2009?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, sim. Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Acho que até esse esclarecimento a gente pode prestar para os senhores para que fique claro isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nós vamos requerer esse contrato aqui.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não tenho como dar as explicações devidas sobre essa questão. Com relação ao último item, da Sanko, não é?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Da Sanko.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Realmente houve esse contrato de pagamento pela REPAR. Ele até tinha um objetivo técnico, que era desfazer uma... iniciar um *procurement* com relação a tubulações que iam ser adquiridas lá, mas também de fazer pagamentos indevidos para o Sr. Youssef referentes à REPAR. Isso é um fato, esse contrato existiu. É esse contrato no valor de 3 milhões e 600 mil reais. E também eu confirmo que, dentro dos valores das aquisições de tubulações, houve esse pagamento de 27 milhões para as empresas do Sr. Youssef por parte da Sanko, mas que estavam...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Que foi maior do que eram os contratos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Do que... Não, na realidade...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Porque havia serviços que não eram prestados. Pelo menos foi isso que eu deduzi da...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Na realidade, a Sanko fornecia a tubulação para nós a um determinado preço e até era o melhor preço que a gente tinha na época.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sempre havia um problema cambial ali, não é?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sendo que nesse preço ela incluía o pagamento dessas comissões, que eram indevidas. Quer dizer, ela incluía no preço dela.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Com a variação cambial ela tinha margem, é isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É. Na época, a alegação era de que ela comprava, importava tubos a preços melhores do que os que o mercado praticava aqui.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas eu li, numa delação, que a Sanko também prestou serviços para os quais ela não tinha habilitação. Pelo menos ela justificou as notas fiscais assim.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O que aconteceu foi que o fornecimento da Sanko, que era um fornecimento de produtos... Ela dividiu entre produtos e serviços. Quer dizer, não é incomum no mercado você fazer esse tipo de divisão. Às vezes, até por uma questão tributária, as empresas que vendem produtos... Porque ela tinha algum tipo de serviço: ela fazia toda a parte de desembaraço aqui, ela fazia alguma engenharia aqui, ela tinha gente lá. A questão é se o valor desses serviços, que é o que é discutido até pelos peritos da Polícia que investigam, se esse valor fazia sentido ou se ela estava cobrando toda a propina dentro desse contrato de serviço, quer dizer, se o *modus operandi* dela era colocar toda a propina nesses contratos de serviço.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas, só para terminar, o valor que ela arbitrava a Camargo pagava porque entendia que estava naquele escopo da propina que tinha que pagar.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. Isso. E que ela estaria repassando...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É por isso que ela não discutia pelo setor de *compliance*.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Ela não discutia o valor total desse contrato.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A próxima autora é a Deputada Eliziane Gama, que tem a palavra por 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

Eu vou aproveitar esse intervalo que o Sr. Dalton pediu para dizer que a discussão que nós fizemos aqui no início da reunião, tratando sobre questões inerentes ao ex-Deputado José Janene, ganhou uma conotação na mídia muito grande, e nós temos a preocupação de averiguar essa informação.

E, com a responsabilidade que tenho que ter como Presidente — falei sobre isso com a Deputada Eliziane Gama —, nós vamos fazer um apelo para que possamos trazer aqui a Sra. Stael de forma que ela possa falar, esclarecer as declarações que ela deu de que está realmente convencida de que o seu ex-marido é de fato falecido.

Se ela conseguir provar esse fato, se a prova for realmente contundente, não cabe a esta CPI alimentar essa história, até porque a nossa investigação tem que seguir. E eu não quero aqui em nenhum momento agredir a memória nem a família de ninguém. Eu apenas trouxe um fato que entendo ser de relevante importância, sobre o qual os Deputados precisam deliberar. Esse é um assunto que eu entendi que deve ser esclarecido.

Por isso a decisão de pedir logo a exumação do corpo, porque essa é, sem dúvida alguma, de todas as medidas, a mais garantidora da comprovação de isso ser verdade ou não.

Então, eu quero dizer que nós vamos ouvir a Sra. Stael para que ela não só preste esses esclarecimentos, mas também sobre as denúncias de indícios de existência de contas no exterior dela com o Sr. Alberto Youssef.

Acredito que nessa oportunidade poderemos tratar desse assunto e, sem dúvida alguma, poderemos ver a necessidade do pedido de exumação ou não.

Eu, como feito, irei encaminhar o pedido de exumação. Ficará o requerimento constando na pauta da CPI. Sendo necessário, nós o apreciaremos. Não sendo, seguiremos a nossa investigação para podermos aqui ter a responsabilidade necessária neste momento.

Então, gostaria de fazer esse comunicado aos Srs. e Sras. Parlamentares para que possamos trilhar esse caminho e para que a CPI possa ter o respeito necessário da sociedade.

Mas vamos continuar, sempre que tivermos informações importantes, trazendo-as aqui para discuti-las. Sou Presidente deste colegiado e preciso ter o respaldo necessário para agir em nome de todos os Parlamentares que fazem parte desta CPI. Nada nos tirará do foco da investigação; nada nos tirará a transparência necessária para tocar os nossos trabalhos.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, antes de contar os 5 minutos, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que, no caso da família de José Janene, haveria um agravante, que seria até uma questão religiosa, aspecto inclusive abordado pela filha durante a sua exposição publicada na revista *Folha*.

E aí, mais uma vez, Sr. Presidente, lembro que há necessidade de ouvirmos a Sra. Stael em uma reunião preliminar fechada para que ela esteja mais à vontade para nos ajudar com mais elementos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de passar a palavra a V.Exa., dizer que esse nosso posicionamento visa a que nós tenhamos a responsabilidade que esta CPI precisa ter.

Então, nós vamos, sim, encaminhar o pedido de exumação, como anunciado. Não vamos, em nenhum momento, recuar. Eu entendo a dor dos familiares, entendo que isso rememora a perda de um parente próximo, mas a esta CPI cabe investigar. Nós não temos como abrir mão desse preceito. Cada membro desta CPI já sabia, antes de fazer parte dela, o motivo pelo qual foi escolhido pelo seu partido para esse trabalho.

Então, como fui eleito por V.Exas. para ser Presidente deste colegiado, eu tenho que ter a responsabilidade de tocar a investigação adiante. E nós vamos continuar agindo com a mesma firmeza, com o mesmo respeito, mas sem abrir mão de evoluirmos sempre para elucidarmos esse escândalo e podermos punir os verdadeiros culpados, que desviaram recursos, prejudicaram a PETROBRAS, a empresa do povo brasileiro.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Dalton Avancini, eu queria que, inicialmente, o senhor nos esclarecesse acerca da construção de uma sede da PETROBRAS conduzida pela Camargo Corrêa em Vitória. Os números iniciais eram de 90 milhões de reais e no final nós tivemos gastos da ordem de 580 milhões de reais.

Eu queria que o senhor nos explicasse as circunstâncias em que ocorreram esses aditivos, que nos dissesse se nessa obra houve também pagamento de propina, a quem foi, a qual partido, se houve suborno ou coisa parecida e, ao mesmo tempo, se as doações legais foram descontadas das propinas cobradas por ex-diretores da PETROBRAS, no caso especifico dessa sede da PETROBRAS, que contaria inclusive com estruturas importadas, vidros importados, de valores exorbitantes, claramente desnecessários, segundo informações que nós já obtivemos de pessoas inclusive da cidade de Vitória.

Eu vou passar às demais perguntas, Sr. Avancini. Eu sugiro que o senhor as anote, porque o nosso tempo é muito pequeno. Então, eu vou dar seguimento às perguntas e depois o senhor pode realmente nos responder.

O senhor afirmou que a Odebrecht era a líder do cartel das empreiteiras mais influentes do esquema. Ricardo Pessoa, na sua delação premiada, cita, entretanto, a empreiteira apenas uma vez, frustrando, inclusive, os investigadores da Operação Lava-Jato. Pergunto ao senhor: afinal, qual era o papel da Odebrecht no cartel?

A Odebrecht foi a empresa que mais se beneficiou desse esquema da PETROBRAS. Estaria alguém protegendo a Odebrecht? Faço essa pergunta porque nas investigações, até o presente momento, não se chegou a atos ilícitos envolvendo a Odebrecht mais diretamente.

O senhor afirmou também que a Odebrecht procurou a Camargo Corrêa pedindo que oferecesse uma proposta-cobertura na licitação do Plano de Ação para Certificação em SMS, que diz respeito exatamente a saúde, meio ambiente e segurança na área internacional da PETROBRAS.

Sendo assim, o senhor confirma que a Odebrecht teria ganhado o contrato? E como a Odebrecht sabia que a Camargo também tinha sido convidada, vez que esse processo acontece em sigilo?

Dentro dessa perspectiva, pergunto, de forma mais direta: quem é Márcio Faria e qual é o papel que ele desempenha?

Terceira pergunta: o senhor e Eduardo Leite afirmam, por exemplo, que o pagamento de propina... Agora o senhor diz que foi uma falha, que foi um erro, digamos assim. Em alguns outros momentos se dizia, por exemplo, que era necessário para manter um bom relacionamento com a PETROBRAS.

O Paulo Roberto Costa afirma, quando se refere, por exemplo, ao pagamento de propina, que ele se sentia enojado. Se as empreiteiras estavam desconfortáveis com o pagamento de propina, se o Diretor se diz enojado em receber propina, por que então a propina acontecia?

A empresa de que V.Sa. é Presidente é a única empresa que tinha as condições técnicas para alguns tipos de empreendimentos, mas, mesmo assim, se submetia ao processo de pagamento de propina. Por quê? Quem dava as ordens? Quem obrigava a que esse esquema realmente pudesse acontecer inclusive de forma forçada?

A última pergunta, Sr. Presidente, e essa eu vou ler com mais exatidão para que fique bem claro o questionamento: o senhor disse, em sua delação premiada, que os recursos destinados às propinas eram incluídos nas propostas. Inclusive, isso o senhor coloca, mais uma vez, em uma rubrica chamada “contingências”. Porém, segundo o senhor, essa rubrica tinha o propósito apenas de formação de preço, pois durante a execução dos contratos os valores eram lançados pela contabilidade como custo da obra, inclusive para evitar o detalhamento do que estava sendo pago, algo que lança por terra, a partir desse seu depoimento, o depoimento que foi dado aqui por Sérgio Gabrielli.

Eu pergunto ao senhor: o Sérgio Gabrielli estava mentindo? Digo isso porque ele afirma, por exemplo, que esses pagamentos aconteciam dentro da margem de lucro das empresas. E na sua delação o senhor, por exemplo, diz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - Para concluir, Sra. Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já praticamente terminei, Sr. Presidente.

O senhor cita quatro gerentes que recebiam propinas, mas não cita o nome desses gerentes. Quem eram esses gerentes?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - Com a palavra o Sr. Dalton.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Inicialmente, em relação à sede da PETROBRAS em Vitória, foi um contrato, era um consórcio da Camargo Corrêa, Odebrecht e Hochtief. Novamente digo: quando assumi, esse contrato já estava em andamento. Era um contrato que já tinha sido conquistado. Quer dizer, eu não sei precisar se houve algum tipo de propina nesse período de conquista desse contrato. Os valores eu não consigo afirmar, mas não é de 90 para 500 milhões. Acho que tem alguma... Essa informação já foi prestada, mas eu acho que há algum equívoco onde foi registrado isso. Não, não, não é dessa ordem o aditivo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não corresponde esse valor de 580 milhões?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não. Eu acho que também nós podemos aí depois prestar essas informações a esta Comissão, os números efetivos. Agora, realmente era um contrato, uma sede de uma estatal, quer dizer, de uma empresa pública, que poderia ter sido feita com... Ela tinha toda uma característica do ponto de vista arquitetônico, de acabamentos, com vidros importados, ar-condicionado com sistemas totalmente diferentes do usual, que poderiam ter sido evitados. Quer dizer, eram despesas que, para a finalidade que tinha uma sede da empresa, poderiam ter sido evitadas. E esse contrato realmente foi um contrato que sofreu uma série de alterações.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, o senhor já terminou?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Pois não. Sim, sobre a sede...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não houve pagamento de propina nesse caso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu... eu... como... assim, eu estou restrito a falar sobre o processo a que eu respondo aqui...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas é da PETROBRAS. É assunto da PETROBRAS.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, mas este...

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Só uma questão de ordem, Deputada. É que, na verdade, a PETROBRAS especificamente sobre este processo aqui. Nos outros depoimentos, a respeito também de contratos da PETROBRAS, ele está impedido de falar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas, doutor... Como é seu nome, doutor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - De estarem...

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Pierpaolo.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Dr. Pierpaolo. É que se...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Dr. Pierpaolo, é porque, na verdade, a PETROBRAS, Sr. Presidente... Eu estou tratando de um caso que envolve propinas. Nós temos uma CPI em que estamos investigando pelo menos as suspeitas de propinas que chegaram até nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir desculpa a V.Exa. Qual é o assunto que V.Exa. está abordando?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Estou tratando de denúncia de superfaturamento na sede da PETROBRAS que foi construída na cidade de Vitória e que tem, claramente, informações de pagamento de propina, de superfaturamento, que é o objeto da CPI.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas ainda é objeto de investigação por parte da Polícia Federal.

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - É, Excelência, só para esclarecer, que o Juízo de Curitiba...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu não estou conseguindo ouvi-lo, doutor. O senhor pode usar o microfone?

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - O Juízo de Curitiba autoriza o depoente a responder questões sobre crimes praticados no esquema criminoso envolvendo diretamente a PETROBRAS, especificamente sobre os fatos já denunciados na ação penal que consta na decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa...

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Esse fato não compreende essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa pergunta da Deputada Eliziane Gama foge desse escopo?

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Ela foge. Há uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Há uma investigação sobre isso?

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - Há uma investigação específica sobre isso, fora desse escopo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. está justamente na linha do que a Justiça Federal está apurando e deve, realmente, ter algum problema nesse assunto levantado por V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tem. Inclusive, eu queria informar, Sr. Presidente, que nós fizemos uma proposta de fiscalização e controle ao TCU, porque já foi, inclusive, anteriormente, feita uma auditoria, e agora nós pedimos mais uma vez a abertura dessa investigação, porque fica muito clara a existência de pagamento de propina.

É lamentável que o senhor não possa discorrer sobre esse assunto, porque eu acho que seria uma oportunidade, inclusive, para nos trazer esses esclarecimentos.

Vamos, então, às demais perguntas.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu lamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, ele não respondeu.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, com relação à colocação da senhora sobre a ser a maior líder, a mais influente, a minha colocação é que ela é uma das empresas maiores, é uma empresa influente, mas não é a líder, a mais influente, quer dizer... E o papel dela dentro do cartel era como o das demais empresas, quer dizer, era mais uma participante, ela tinha... O que eu coloquei é que ela, como uma das maiores empresas, tinha influência, assim como a Camargo tinha. Agora, o que eu comentei é que, pela história dela e pelo conhecimento que ela tinha do próprio cliente, e pessoas do cliente, ela era uma empresa, assim como a UTC, que influenciava mais na organização das empresas no mercado. Foi dessa maneira que eu coloquei. Agora, com relação às outras questões, realmente foge ao meu controle com relação ao quanto ela se beneficiou, e por que ela teoricamente não estaria até aqui sendo envolvida. Por fim, com relação ao contrato de SMS, é fato, em minha delação eu comento isso. Houve um pedido para que a Camargo apoiasse a Odebrecht nesse contrato, porque ela venceu essa licitação. A Camargo acabou não apresentando proposta e não sei como ela saberia por que nós teríamos sido convidados. Não tenho essa informação, qual era o caminho dela.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mesmo vocês não tendo tradição na área internacional?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Nós não tínhamos tradição, não era muito comum a gente ser chamado para um projeto da área internacional.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Márcio Faria teve participação nessa mediação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual o papel dele?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O Márcio Faria era o Presidente da Odebrecht, quer dizer, da área de óleo e gás, e ele foi quem pediu para que nós fizéssemos esse apoio à Odebrecht.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrou?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tem a última pergunta, que é exatamente se o Sérgio Gabrielli teria mentido ao afirmar que as propinas eram pagas pela margem de lucro.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Como eu já comentei anteriormente, é muito difícil a definição de onde saía essa propina. Na realidade — — aí eu volto a falar no caso da Camargo —, quando nós apresentávamos uma proposta, nós incluíamos isso como um custo. Quer dizer, estava previsto dentro do preço que era apresentado para a PETROBRAS. A realização disso dependia, depois, da realização do próprio contrato. Então, ao estimar isso, por exemplo, numa verba de contingência, quer dizer, na hora em que você pagava isso para a Sanko, aquilo era um custo, a Sanko era um custo, não havia a destinação para uma rubrica específica denominada pagamento de valores indevidos, existia o valor do pagamento da Sanko. Quer dizer, o que eu comento não é a questão só de, como a senhora disse, a gente querer esconder. Não é. O tratamento é que aquilo era um custo. Então, quando eu pagava para a Sanko um valor em que eu incluía esse valor, eu apropriava dentro da minha contabilidade do consórcio esse valor também. E eram notas oficiais de pagamento e que aconteciam. E esses valores depois eram destinados às pessoas que estavam sendo envolvidas nesse processo. Então, não há muito como... Nesse caso, saiu da margem. Se eu não tivesse pagado esse valor... Se a Sanko... Se eu tivesse descontado da Sanko esse valor, ele teria se tornado margem para a empresa. Quer dizer, é fato, sob essa ótica é, mas ele estava incluído no meu orçamento original.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas ele inicialmente poderia ter sido proposto a partir da perspectiva do pagamento da propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, quando eu vendi propondo isso, foi aí que eu incluí esses valores, e eles não saíam da minha margem, eles estavam orçados dentro do meu custo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E quanto à pergunta sobre os quatro gerentes — Presidente, ele está respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada Eliziane.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não mencionei, acho, quatro gerentes aí na minha... Novamente cai na questão de que ainda são objeto de investigação as pessoas que foram mencionadas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E vocês eram forçados? É isso que a gente não consegue entender. As empreiteiras se dizem desconfortáveis com o pagamento da propina, os diretores dizem que isso enojava, mas a propina continuava. Quem mandava? Quem forçava? Não dá para compreender, entendeu?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu acho que, se os diretores realmente ficassem enojados, eles diriam que não queriam receber, que isso era um crime e que eles não deveriam receber. Então, não era assim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, eles de fato cobravam?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Cobravam, e as empresas também...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E de uma forma coercitiva, até?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Coercitiva, e as empresas aceitavam pagar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual o tipo de coerção, por exemplo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Todo tipo de coerção, quer dizer, à medida que você tinha vários aditivos sendo discutidos, vários contratos ainda em andamento. Quer dizer, o atraso num aditivo de valores muito expressivos trazia danos financeiros pesados para as empresas. Então, qualquer tipo de ação dentro desses contratos era sinal de que eles estavam forçando e de que eles deveriam receber. Agora, só para deixar bem claro: eu não estou colocando aqui que isso era simplesmente uma extorsão, porque, senão, eu estaria me autoincriminando. Existia, sim, por exemplo, por parte das empresas também. Na hora em que ela pagava, ela com isso teria os seus benefícios de que essas coisas andariam, de que os processos seriam cumpridos e, assim, os contratos seguissem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputada.

O Deputado João Carlos Bacelar pediu a palavra pela Liderança do PR. Em seguida falará o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu peço escusas porque estava ausente. Eu era o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. foi chamado e estava ausente, como autor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso. Como é que fica na rodada? Só quero perguntar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou dar a palavra aos Líderes e dou a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aos Líderes, Deputado João Carlos Bacelar e Deputado Jorge Solla. Em seguida, dou a palavra será V.Exa.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. tem até 6 minutos, não podendo questionar o Sr. Dalton Avancini.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Seis ou dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta; Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Dalton Avancini, sou engenheiro civil. E quando eu entrei na faculdade, na Politécnica do Estado da Bahia — depois fui estudar na Politécnica de São Paulo —, um dos grandes orgulhos era o Sr. Sebastião Camargo e o Sr. Norberto Odebrecht. Esses dois grandes ícones da construção pesada do País eram motivo de reflexão, motivo de inspiração para qualquer estudante de Engenharia ou qualquer futuro empresário que estava ingressando numa universidade para estudar Engenharia.

Hoje nós vemos o País passar por essa situação com a posição da Construtora Camargo Corrêa, que tem o nome da família. Deve ser muito duro para os acionistas, para os sócios, para as filhas do Sr. Sebastião Camargo ver uma empresa que o pai criou, ver uma empresa que tem esse histórico familiar de construção pesada e de eficiência estar numa situação dessas. A mesma coisa eu digo sobre a família Odebrecht, que é do meu Estado da Bahia e que também está passando por processos similares, sendo citada várias e várias vezes aqui.

Mas o que eu questiono, Sr. Presidente, é que ontem, com o Ministro Levy dentro do meu partido, numa audiência para tratar sobre essas votações que estamos fazendo para o bem do País, eu disse a ele: *"Ministro, o setor de infraestrutura brasileiro está agonizando, o setor de infraestrutura brasileiro está*

passando pelo seu pior momento". Com relação às pedreiras, caíram em um terço as vendas de pedras, o que já reflete que a pequena construção, que a pequena casa, que a construção média, que a edificação grande, que a rodovia, que a ferrovia, que usam as pedras como insumo básico para a construção, não estão existindo. Então, o setor está se acabando.

E ao mesmo tempo, eu estou vendo chineses chegando aqui, para poder olhar o País com uma visão empresarial, a Presidenta Dilma recebendo o Primeiro-Ministro com todo o seu *staff*. E as empresas brasileiras estão agonizando.

Onde fica a engenharia? Onde fica a qualificação, a mão de obra, o investimento tecnológico, o investimento no ser humano, o investimento na marca de uma empresa, o empreendedorismo? Onde fica isso? Será que nós vamos pegar o nosso patrimônio e vamos entregar para o mercado chinês? Será que vamos pegar nossas rodovias, vamos pegar nossas ferrovias e vamos entregar para o mercado internacional?

Haja vista o que aconteceu com o mercado espanhol, quando as espanholas invadiram o Brasil: houve aquele caos em duas empresas espanholas, para elas poderem entrar no mercado brasileiro e não praticar os preços, não entregar as obras, não entregar contratos assinados principalmente no setor rodoviário. Eu perguntei: *"Nós vamos entregar isso, Sr. Ministro?"*

Então, Sr. Dalton Avancini, como engenheiro, eu fico muito triste em ver toda essa situação de empresas tradicionais de construção, de empresas tradicionais do setor pesado da infraestrutura brasileira. E queria que V.Sa., quando puder falar aqui, também relatasse um pouco disto: do empreendedorismo, do fato de se acreditar no Brasil, do fato de o Sr. Sebastião fazer uma empresa que virou um orgulho para muitos brasileiros, como o foi para mim quando eu era estudante de Engenharia.

Não vou agora entrar no mérito especifico de o que está acontecendo, porque isso é muito grave, isso é muito difícil — e os meus pares já o fizeram aqui anteriormente. Mas é bom que fique a reflexão de que o Brasil, de uma forma geral, está sendo penalizado por isso.

Nós podemos perder o nosso grande patrimônio — que todos nós brasileiros construímos — para o mercado internacional, porque os bancos não estão dando

financiamentos para os programas e concessões. Os bancos de fomento, como o BNDES e outros bancos nacionais que fomentam o investimento, não querem fazê-lo porque as grandes empresas, as grandes construtoras brasileiras estão passando por essa situação difícil.

Então, este é um momento de reflexão, porque a nossa geração, Deputado Hugo Motta — principalmente V.Exa., um jovem Deputado que está brilhando aqui nesta CPI —, pode pagar esse preço mais à frente, caso nós tenhamos aqui a invasão do mercado chinês, a invasão de outros mercados internacionais que não têm responsabilidade com o Brasil, como foi a invasão espanhola há 6 anos ou 8 anos, que até hoje nós não consertamos...

No meu Estado da Bahia, por exemplo, entrou uma empresa espanhola para uma concessão rodoviária praticando preço inexequível, tendo assinando contrato para poder entrar no mercado brasileiro. E hoje aquilo virou um caos. O Ministério do Transporte, a ANTT e outras agências têm suado muito junto ao Governo do Estado da Bahia, para poder consertar o dano e recuperar o tempo perdido.

Então, isso pode acontecer em outras grandes rodovias, em outras grandes ferrovias, nos aeroportos que vão ser licitados agora, no programa ferroviário, que também vai ser licitado. Com todo o respeito ao mercado chinês, registro que a mão de obra da China não é a mão de obra nossa, com os encargos trabalhistas, com todos os programas que nós temos aqui no Brasil. Então, eu quero que todos os meus pares aqui reflitam também sobre isso.

Esta CPI, Sr. Presidente, tem que ter um início, um meio e um fim. E eu acho que ela precisa passar o Brasil a limpo a partir dessa posição que V.Exa. está tomando aqui, das suas ações, das suas convocações, bem como de todos aqui e do Deputado Luiz Sérgio.

Mas é bom refletir também que o nosso Brasil não pode ser entregue ao mercado internacional, que o nosso Brasil tem que consertar as empresas, tem que valorizar as empresas nacionais, tem que valorizar o capitalismo nacional, tem que valorizar o empreendedorismo nacional.

Eu sei hoje, Sr. Dalton, que, para o Grupo Camargo Corrêa, a construtora deve faturar de 3% a 5%. O cimento, outros grandes mercados e negócios do Grupo fazem com que ele seja muito forte.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, é importante que nós não venhamos a perder os grandes profissionais, os grandes técnicos da construção, os grandes empreendedores da construção. Eu acho que esta CPI também tem que refletir sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Líder inscrito é o Deputado Jorge Solla. S.Exa. fala pela Liderança do PT e tem até 10 minutos. S.Exa. não pode questionar o Sr. Dalton e pode apenas fazer uma fala.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não vou questioná-lo não, Sr. Presidente, até porque tudo o que ele tem falado até agora já consta dos laudos, dos registros da delação premiada. E ele tem reiteradamente dito aqui que estaria proibido de falar sobre outras questões.

Inclusive é muito estranho o Sr. Dalton Avancini, Diretor-Presidente da Construtora Camargo Corrêa, querer nos convencer de que ele só sabia, só participava e só pode falar de um episódio particular de corrupção, que é esse que a Lava-Jato vem apurando e está denunciado e está registrado.

Sr. Presidente, eu fico preocupado porque este não é o primeiro caso de uma oitiva aqui, em que a CPI vira um palco onde o depoente vem repetir tudo o que já disse na delação premiada, nem uma linha a mais. E o Sr. Dalton aqui foi além, explicando por que ele não pode falar: ou seja, o juiz não deixa.

Se a CPI não pode ouvir nada a mais do que as pessoas já disseram na delação premiada — além do que elas negociaram, melhor dizendo, na delação premiada —, para que chamar essas pessoas aqui e ouvi-las repetirem o que está nos registros da delação premiada? Elas só podem contar a versão que foi combinada pelos advogados e registrada na delação premiada.

Ele não é a primeira pessoa que fala isso aqui. Todos os envolvidos na Lava-Jato que passaram por aqui — todos, Sr. Presidente! —, deixaram claro que havia corrupção na PETROBRAS, no mínimo, desde a década de 90. O Pedro Barusco falou isso, o Paulo Roberto Costa falou isso, o Augusto Mendonça.

Inclusive, o Augusto Mendonça disse que o cartel se formou em 1995, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas ele disse que não podia

dizer mais nada sobre esse assunto. Mais nada. Ele estava proibido de falar sobre esse assunto antes de 2003. Interessante isso, não é? Sobre o que fosse antes de 2003, ele estava proibido de falar.

E o senhor foi mais além ainda, Sr. Dalton. Qual é o objetivo em apuração seletiva... O senhor afirmou aqui que está proibido de falar sobre corrupção em outras obras, em outras empresas e que isso está sob sigilo.

Eu pensava, Sr. Presidente, que a delação premiada fosse um estatuto para incentivar o réu a falar. Pelo visto, agora na Lava-Jato inventaram uma outra modalidade de delação premiada, que é aquela que incentiva a falar somente de determinadas questões que foram negociadas dentro da investigação e que incentiva o réu a se calar sobre todos os outros fatos que ocorreram na história da pessoa física e da pessoa jurídica.

Ninguém vai me convencer de que esse é o primeiro episódio de a Camargo Corrêa pagar propina. O senhor me perdoe, Sr. Dalton, mas não existe nenhum menino aqui para achar que a única vez que a Camargo Corrêa pagou propina a algum político foi neste caso que está sendo aqui apurado. É realmente muito difícil, inclusive porque está aí público.

Se nós pegarmos o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 27 de maio de 2009, está lá o subtítulo: *Grampos indicam doações "por fora" de empreiteira*. E os grampos telefônicos foram publicados na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, que revelaram — olhe o termo que está na matéria — *"intensa movimentação da cúpula da empreiteira Camargo Corrêa em suposto esquema de doações"*, por dentro e por fora, para políticos e partidos.

Nessa matéria do *Estadão* estão lá registradas escutas com políticos do PSDB, PDT, DEM, PP, PPS, PMDB, PSB. O Senador Agripino Maia está citado lá nas escutas que foram flagradas. O Deputado Mendonça Filho, atual Líder do DEM, está lá registrado no flagra que pegaram na Operação Castelo de Areia. O Deputado José Carlos Aleluia, do DEM da Bahia, tem lá o registro de denúncia de ter recebido propina. Segundo a matéria — está no relatório da Polícia Federal também —, o dinheiro que foi entregue a políticos veio de desvios de obras superfaturadas.

A maioria das escutas que foram capturadas nesse processo que envolveu a Camargo Corrêa — e o senhor não vai poder dizer aqui que não esteve envolvido,

porque isso é público e está no relatório da Polícia Federal — flagrou o executivo Pietro Bianchi.

Eu já pedi várias vezes, Sr. Presidente, e vou voltar a solicitar a convocação do Pietro Bianchi, porque há relatos, registros e gravações. O fato de terem derrubado o efeito jurídico da Castelo de Areia não invalida os registros que estão lá. Existe gravação feita com ele prestando contas de pagamento a um senhor chamado Fernando Dias e se referindo a um terceiro chamado Luiz Henrique, que era o Diretor da FIESP que estava baseado em Brasília e tinha a missão de fazer relação com o Congresso. Está lá na gravação o Pietro perguntando o que o Luiz tinha feito lá, o que estava querendo, e o Fernando respondendo, para saber se foi pago o dinheiro devido a José Carlos Aleluia, do DEM. Está lá registrado.

Além dos relatos e dos registros das gravações que envolvem a Camargo Corrêa até a raiz da medula, foram pegas 54 planilhas sobre dados de 208 — pasme, Sr. Relator! —, 208 obras da Camargo Corrêa entre 1995 e 1998. Não são 3, 4 ou 10 contratos não, são 208 obras da Camargo Corrêa entre 1995 e 1998, em vários lugares do País. Estão lá as planilhas apreendidas com os repasses financeiros, com os valores das propinas de cada obra e quem é o político que recebeu. Está tudo lá. Foram 178 milhões em propina, sem correção monetária. Isso foi nos 4 anos, de 1995 a 1998.

E mais: uma das obras em que o cartel também se envolveu foi a do Metrô de Salvador, uma licitação caracteristicamente fraudada pelo cartel. Na época, o Prefeito era o atual Vice-Presidente desta CPI, o Deputado tucano, na época do DEM, Antonio Imbassahy. O Consórcio METROSAL envolvia a Siemens, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa e foi contratado em 1999.

Essas empresas envolvidas no Consórcio METROSAL — e a Camargo Corrêa estava lá — são as mesmas que estão envolvidas na Lava-Jato, são as mesmas que estão envolvidas na Cidade Administrativa do ex-Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, que é outro escândalo não apurado. Não é só helicóptero com cocaína que se derrubou não, pois há outro escândalo que não foi apurado em Minas Gerais, certo? São essas as mesmas empresas que participaram, mudando uma ou outra, nas denúncias em relação à participação da Camargo Corrêa.

Em São Paulo, Sr. Dalton, o senhor era o representante da Camargo Corrêa no Consórcio Via Amarela, formado pela Camargo Corrêa, OAS e outras empresas.

Essa ação cartelizada no Metrô de São Paulo tinha o mesmo *modus operandi* que aconteceu no Metrô de Salvador e o mesmo processo de desvio de recursos para pagamento de propinas. No caso, é o PSDB do Estado de São Paulo, o PSDB Nacional e o PSDB do Estado de São Paulo. O mesmo aconteceu na Prefeitura de Salvador na época em que o Prefeito era Antonio Imbassahy.

Nessa operação, inclusive também ficou provado outro desvio envolvendo propina, pagamento de propina na obra do anel viário do Metrô de São Paulo. E pasmem os senhores — a memória das pessoas vai se perdendo, mas isso foi denunciado pela televisão à época: ficou provado que o Sr. Eduardo Bittencourt Carvalho, ex-Presidente e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e militante do PSDB, tinha envolvimento com propina.

O Secretário Municipal e político do PSDB de São Paulo, Andrea Matarazzo, também está relacionado no relatório da Polícia Federal como beneficiário de propinas pagas pela Camargo Corrêa.

E não venham me dizer que tudo isso não era do conhecimento da Presidência da Construtora Camargo Corrêa. Se cruzar os dados da Lava-Jato com os da Castelo de Areia e das outras operações da Polícia Federal que conseguiram ser feitas antes de 2003, apesar da mordaça e do *"*engavetador-geral da República*"* que existia neste País, vai se ver que este é um *modus operandi* comum: cartéis montados com as grandes construtoras em várias obras. Como eu citei, são mais de 200 obras naquelas planilhas.

Será que não interessa a esta CPI conhecer essas planilhas, conhecer essas 208 obras?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não se trata de Regimento, mas de ser um membro do PSDB, uma blindagem do PSDB.

Mas nós não vamos nos calar em relação a isso. Nós não vamos nos calar, Sr. Presidente, e vamos continuar cobrando.

Eu quero ouvir aqui o Pietro Bianchi, da Camargo Corrêa. Como ele não está na delação premiada, não vai poder fazer igual ao Sr. Dalton Avancini, que diz aqui que não pode falar, porque o Juiz Moro não deixa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nós daremos a palavra ao Deputado Júlio Delgado, como autor, e em seguida, ao Deputado Izalci e ao Deputado Delegado Waldir. São os três inscritos que se encontram presentes.

Ainda estão inscritos o Deputado Onyx Lorenzoni, que já falou; a Deputada Eliziane Gama, que já falou; o Deputado Aluisio Mendes, que está ausente; o Deputado Edio Lopes, que está ausente; o Deputado Jorge Solla, que vai querer fazer os questionamentos; o Deputado Edmilson Rodrigues, que está ausente; e o Deputado Lelo Coimbra, que está ausente.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. vai querer fazer algum questionamento ainda? *(Pausa.)*

Então, seguimos esta ordem: como o Deputado Paulo Magalhães e o Deputado Ezequiel Fonseca estão ausentes, o Deputado Júlio Delgado falará como autor e, em seguida, falarão o Deputado Delegado Waldir, que é o primeiro inscrito, o Deputado Izalci, o Deputado Jorge Solla e o Deputado João Carlos Bacelar. Essa é a ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, acho bom assim para encerrarmos. A reunião já foi longa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Dalton, boa noite!

Eu sei que nós devemos aqui tentar ir direto para as perguntas, para parar essa tergiversação em que entramos, essa disputa. Além do mais, nós temos outras atribuições nesta Casa, pois é um dia de votação e tudo. O senhor também pode ter respondido às perguntas eventualmente. E se eu for redundante ao fazer perguntas, é porque eu não estava no momento. Eu lhe peço escusas, pois só quero que fique registrado. Mas senhor pode dizer que já respondeu a respeito de determinado assunto.

Eu vou dar dois exemplos claros para começar aqui, para não falar daquelas já ditas. A Premium I e Premium II são refinarias que estão sendo construídas no Maranhão e no Ceará, com orçamentos previstos de 21 bilhões de reais uma e de 11 bilhões de reais outra, segundo dados das fontes da própria PETROBRAS. Depois uma gastou 2 bilhões de reais para projeto de terraplanagem e parou; e a outra gastou 2 bilhões de reais para projeto de terraplanagem e depois parou. Eu nem sei se a Premium I e Premium II têm alguma obra de execução, por exemplo, da Camargo.

Mas farei a primeira pergunta. O Sr. Paulo Roberto Costa, reconhecido aqui e que estava aqui no início da fala do senhor, que era um operador do esquema dentro da PETROBRAS, disse que esse era um esquema a comum a ferrovias, hidrovias, aeroportos, hidrelétricas. O senhor confirma que essa prática existia também em outros setores?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu já falei que só posso falar sobre as questões da PETROBRAS aqui, quer dizer, sobre esse processo a que eu respondo. E tem outras coisas que estão na minha delação que estão sob apuração.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Há outra coisa que eu queria perguntar ao senhor. O senhor disse aqui, mais cedo, que havia dois operadores com quem a Camargo tinha relação: um era o Júlio Camargo e o outro eu não...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O próprio Youssef.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o Youssef. Seriam os dois?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Seriam esses dois com quem a Camargo tinha relação sobre isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E por fim, eu tenho uma pergunta muito clara, a que as pessoas tentam se evadir aqui. Eu sou muito tranquilo para perguntar isso, até porque reconheço a existência desse esquema e, porventura, os equívocos que esse esquema trouxe.

Essas empresas fizeram doações oficiais e não oficiais para partidos políticos e candidatos diretamente. O que nós estamos discutindo aqui é que todas essas doações deveriam ser oriundas de esquema de propina, de corrupção. E aí eu

pergunto ao senhor: existia fora do clube, fora desse esquema na PETROBRAS — e aí eu pergunto diretamente para a Camargo —, uma operação que não era necessariamente vinculada a esquema de propina, para que a empresa pudesse operar? Por exemplo, eu falo que não tenho nenhuma doação oficial da Camargo, mas poderia ter.

As doações da Camargo para partidos e candidatos eram todas elas oriundas de esquema de propinas ou existia eventualmente alguma doação por acreditar no trabalho, como foi dito aí, de Deputados? Hoje existe Governo de Estado de um partido, Governo de Estado de outro partido, Governo Federal que foi de um partido. Eu lhe dou um exemplo para dizer isso. O Sr. Barusco disse aqui que ele começou a operar... Quando foi que a Camargo começou a trabalhar na PETROBRAS? O senhor se recorda?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mais intensamente nos anos 2000.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nos anos 2000. Pois bem. Então, coincide com isso.

O que o Sr. Barusco disse aqui nesta CPI? Que ele começou a operar em 1997 e 1998, por conta dele, para ele. E depois ele resolveu sistematizar, quando algum passarinho contou para ele ou contou para alguém de algum partido que ele operava. E aí ele passou a operar também para partidos. Isso foi o que disse o Sr. Barusco. E eu lhe perguntei quem foi o passarinho que contou para um partido ou outro que ele operava e já trabalhava.

Essa prática da Camargo era uma prática antiga? Essa operação com o Júlio começou desde quando a Camargo começou a operar na PETROBRAS?

Faço a última pergunta. O senhor disse aí agora — eu gravei e registrei aqui — que a Camargo não operava com caixa dois, não fazia esse tipo de operação, ou que fazia doação para candidato ou partido político. Toda ela era recurso oriundo de propina ou existia a contribuição (*ininteligível*) gostava de fazer? É a última pergunta.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu afirmo que, no período em que eu fui Presidente, assim, nenhuma doação era feita a partir de propina, quer dizer, eram todas doações. Existia um comitê, existia uma área institucional, um vice-presidente que cuidava dessas doações. Elas eram feitas a partidos e pessoas

aí desses partidos, mas absolutamente não tinham nenhum vínculo com corrupção. Nós nunca deixamos misturar isso, porque não era um procedimento da empresa que isso acontecesse dessa maneira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em um momento isso houve depois, na PETROBRAS?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Nós inclusive... Por isso eu já comentei aqui também que a utilização que nós fazíamos desses operadores, dessas empresas de consultoria, empresas que eram contratadas no projeto para fazer esses pagamentos, era exatamente porque nós não usávamos isso para fazer, usávamos de qualquer valor de campanha, de valores que eram doações institucionais para fazer acertos de propina.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí, quando se começou a fazer, quem fazia, e por conta deles, eram esses operadores Youssef e Júlio, por exemplo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. A empresa pagava a eles, e eles faziam a distribuição às pessoas que estavam nesse (*ininteligível*) receber propina.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas ela pagava sabendo para quem ia essa operação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, sabia que o apoio definido, como eu já mencionei também, era 1% que ia ao PP e 1% que se falava do PT. E nós cumpríamos essa obrigação, que era o que foi estabelecida pelos Diretores da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E isso é o que foi passado pelos Diretores para os senhores?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para esse clube?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, diretamente pela empresa, isso nunca aconteceu?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - De pagamento de campanha como propina, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem deduzindo do valor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Delegado Waldir, que representa tão bem nesta Casa o Estado de Goiás. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, Srs. Deputados, funcionários, imprensa e brasileiros e brasileiras que estão nos assistindo neste momento!

Sr. Dalton Avancini, o meu tempo é curto. Eu não tenho tempo de Líder, então, vou ter que fazer direto as perguntas. Se o senhor puder, anote. Depois, se for necessário, eu refaço as perguntas novamente.

Eu vi nas delações premiadas do senhor que, em determinado momento, a empresa parou de pagar propina. Mas aí o que aconteceu? Houve uma pressão, segundo o depoimento que eu li. Eu gostaria de saber quem fez essa pressão para a empresa. Quem fez? Quem é a pessoa? E de que forma foi essa pressão? *"Olha, se não pagar, eu vou cortar contrato!"* Como é que foi? *"Vou mandar matar vocês!"* De que forma foi essa pressão? Eu quero saber de que forma foi essa pressão.

A segunda questão que eu quero deixar aqui é: os diretores diziam que tinham o apoio dos partidos, mas de onde surgiu essa ideia? Qual foi o diretor que falou isto para o senhor: *"Olha, eu tenho o apoio do PP. Eu tenho o apoio do PT?"* Quem conversou com quem, para poder fundamentar essa questão, dizendo que um partido tinha um pedaço da PETROBRAS, um tinha a RNEST, outro tinha o COMPERJ? Como é que acontecia isso?

Houve, no caso da RNEST, uma reunião do Duque com o Leite. Eu gostaria de saber sobre isso. Depois esse contrato já estava em andamento. Aí entrou o Legatti no meio do assunto, foi chamado, dificultou a questão para a empresa. Como se sucedeu essa situação, esse embaraço? Era mais dinheiro de propina? Eles queriam aumentar o percentual? Como é que acontecia isso?

Eu gostaria de saber outra coisa do senhor também. As pessoas que estão nos assistindo não entendem muito algumas coisas. E ficou muito vasta essa questão do apoio partidário. O senhor começou a trabalhar lá em 2009, começou a

questão da propina. E aí. logo em seguida, houve a eleição de 2010. Esse apoio partidário foi para a campanha de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Presidente da República? Para quem que foi esse dinheiro?

Eu vi, na denúncia do Ministério Público também, que ele coloca lá de dois mil e tanto até 2014. Parece-me, então, que a propina chegou até agora, a 2014? Eu gostaria que o senhor me respondesse isso, se fosse possível.

O senhor, quando estava preso lá em Curitiba, naquela angústia — um minutinho só, Sr. Presidente, eu estou encerrando já. Aí veio na sua cabeça, por pressão da família, pela situação, pelos vários fatores que o senhor mencionou aqui, a necessidade de fazer essa colaboração premiada. Eu gostaria de saber se alguém procurou o senhor. Alguém o ameaçou? O Governo o ameaçou? Alguém ameaçou o senhor ou ameaçou a empreiteira com a perda de contratos, caso o senhor fizesse a delação?

Eu tenho acompanhado o Ricardo Pessoa, da UTC, que também está fazendo delação premiada. Eu gostaria de saber se houve alguma pressão para vocês não abrirem a boca: *"Olha, não abram a boca, porque nós estamos colocando o Toffoli ali agora, que assumiu a Segunda Turma do STF. E daqui a pouco todos vocês vão pra casa"*. É até muito estranho, porque ele veio do Tribunal Superior Eleitoral como membro da Segunda Turma. E ontem eu vi nos jornais que agora ele assumiu a Presidência e vai julgar muitos casos da Lava-Jato. Houve alguma conversa para você: *"Olha, a vida de vocês vai estar resolvida agora, com o Toffoli aqui ao lado, no STF?"*

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - A primeira pergunta, com relação à pressão por não pagar, ela realmente existiu. Quer dizer, logo quando nós assumimos, em 2008, houve uma determinação para não pagar, tanto os contratos que nós já tínhamos com o Júlio Camargo. Então, isso já vinha antes — acho que essa pergunta também foi feita em algum momento. Já havia contratos em andamento. E nós começamos a não pagar esses contratos, que eram os que, em princípio, atendiam ao Diretor de Serviço, e também os contratos de Abastecimento. E, sim, havia pressão. Essa pressão era manifesta muitas vezes pelo próprio Youssef, quer dizer, junto ao Eduardo Leite, que era quem ficava à frente desses

negócios. Ele, sim, pressionava sobre esses pagamentos. E percebia-se, sim, algum tipo de ação. Por exemplo, como eu comentei também, nós tínhamos acabado de vencer o contrato da RNEST, e começou a se colocarem uma série de dificuldades para que a gente assinasse esse contrato da RNEST por parte da Diretoria de Serviços. Quer dizer, era evidente que aquilo tinha algum objetivo maior, porque já tinha sido aprovado pelas comissões, era um contrato, uma licitação que já tinha sido vencida. E não havia motivo para aquilo estar acontecendo, exceto por ter algum outro tipo de objetivo que não os normais aí dentro de um processo de contratação. Então, essa pressão era feita. Não era uma pressão física — isso não. Mas dentro do processo da PETROBRAS, se percebia, se notava essa pressão. Com relação ao apoio dos partidos, como eu falei, em 2008, quando eu assumi, eu recebi a área do diretor anterior, e ele manifestou: *"Olha, nós temos esses contratos e nós temos os compromissos com a Diretoria de Abastecimento e com a Diretoria de Serviços, e esses compromissos são referentes a apoio que esses diretores têm dos partidos"*. Quer dizer, isso deve ter sido conversado com eles. Depois, pelo Paulo Roberto foi dito também ao Eduardo sobre essa questão do apoio, e pelo próprio Duque também ao Eduardo em algum momento. Eu só coloco sempre a questão do Eduardo porque ele era quem estava à frente. Quer dizer, também não estou me furtando das minhas responsabilidades sobre isso tudo. Com relação à outra questão sobre a RNEST que o senhor colocou, que era sobre se havia uma pressão do Duque, quer dizer, com relação à RNEST...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É. Em relação à RNEST, houve um contrato que acho que até que o senhor mencionou. Mas aí entrou o Glauco, o senhor mencionou nas suas delações uma reunião com o Glauco. Eu gostaria que o senhor especificasse para o Brasil como aconteceu isso.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Essa reunião foi com...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Depois foi necessário conversar com o Duque, para desembaraçar tudo.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Isso. Essa reunião com o Glauco foi que, assim, nós já tínhamos, o processo tinha já sido concluído. Ele falou: *"Não, nós estamos exigindo um desconto maior, queremos maior desconto. Vocês*

precisam conversar com a Diretoria novamente sobre o contrato". Quer dizer, então...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nessa conversa, ele falou do quê era?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, não falou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - *"Vá conversar com a Diretoria."* Já sabia que era propina.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - É. *"Vocês precisam voltar porque, senão, o processo pode voltar à estaca zero, vocês podem perder o contrato."* Quer dizer, ele colocou que deveria ser discutido isso com as Diretorias, tanto a de Abastecimento como a de Serviços. Nós não pagamos propina até 2014, tanto assim que, antes até da Operação, nós já tínhamos parado, nós já não estávamos pagando, já estávamos... E éramos considerados devedores *(risos),* ainda recebendo cobranças por parte desses operadores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Acordo parcelado.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eles vinham cobrando, o próprio Duque e o próprio Youssef, cobrando valores aí.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E a questão do dinheiro para as campanhas a Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Presidente?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Esses valores de campanhas, nós não fazíamos isso. Até eu, como comentei, já era da área operacional. Quer dizer, nós não tínhamos vínculo com valores que eram... Isso era definido pela área institucional, quer dizer, era ela que definia essas doações. Eu não tinha vínculo disso com os projetos, com os valores que tinham que ser pagos como propina. Não havia esse vínculo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. E a última pergunta?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - E com relação à última pergunta, não houve nenhuma ameaça enquanto eu estava na história.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Foi uma decisão pessoal do senhor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Foi uma decisão pessoal. Não houve. Até porque eu também não tive, ao longo dessa minha vida como presidente,

até muito contato com pessoas do meio político. E talvez eu nem fosse uma grande ameaça. Nem isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Depois da delação, não houve rompimento de contratos e nem ninguém...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Com relação aos negócios, eu estou afastado. Quer dizer, eu não estou...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas o senhor não teve conhecimento?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não teve conhecimento de que a empresa passou a sofrer pressão em razão dessa delação premiada do senhor, de perder contratos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não tenho mantido contato com a empresa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não tem essa informação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Não aconteceu ou o senhor não tem a informação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ah, não tem a informação. Tranquilo.

Estou satisfeito. Obrigado, Sr. Dalton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou pedir paciência a V.Exa., em função de que o nosso Sub-Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 5 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Eu agradeço, pois é importante.

Sr. Dalton, primeiro eu quero dizer que V.Sa. respondeu algumas vezes, dizendo que dava a segunda assinatura, portanto, não sabia ou não entra em detalhes. Mas eu quero dizer que a segunda assinatura é importante. O banco não

paga sem a segunda assinatura e ninguém assina, junto, uma coisa de 10, 20 ou 30 milhões sem saber exatamente o que está fazendo.

Eu estou falando isso porque V.Sa. disse, com relação à consultoria de José Dirceu, que não sabia, porque não foi na época de V.Sa. Mas V.Sa. pagou as notas. Então, ninguém assina um cheque de 500 mil ou 600 mil sem perguntar pelo menos para quem dá a primeira assinatura: *"Olha, o que é isto aqui? Está tudo o.k. mesmo e tal?"* Vocês conversam sobre isso. Então, eu queria depois algum comentário sobre essa questão.

Segundo, sobre a questão da Sanko, eu me lembro muito bem de que, sobre as notas, V.Sa. disse aqui claramente que existe nota de produto e serviço. O depoente alegou que havia comissão do Youssef, mas disse também que pagava comissão para os próprios diretores da Camargo. V.Sa. recebeu também propina dos contratos da Sanko, chamada de comissão?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Jamais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Alguns diretores receberam?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Comissão do Youssef?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Comissão ou propina?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Comissão. Trataram como comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sobre a licitação, aqui nós já entendemos o esquema todo: a PETROBRAS fazia um orçamento rigoroso; as empresas não tinham conhecimento desse orçamento; vocês tinham conhecimento de quais empresas participariam daquela licitação; entre vocês, era escolhido o ganhador através da regra lá que tinham; aquele ganhador escolhido por vocês mesmos fazia o seu orçamento, adicionava a propina, a margem de lucro, os custos; e as demais empresas colocavam um preço acima sabendo que aquela empresa escolhida ganharia. Não é isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, eu pergunto: o que acontecia quando a empresa escolhida fazia um orçamento superior a 20% ou menor do que 15%?

Pergunto isso porque a PETROBRAS tinha essa regra. V.Sa. conhecia essa regra de que a PETBROBRAS só admitia mais 20% e menos15%?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim, conhecia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vocês não sabiam qual era o valor do orçamento? Nunca souberam?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não sabíamos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim. E quando ultrapassava os 20%, a PETROBRAS chamava a empresa e negociava, e vocês chegavam aos 20%?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não. Eu posso dar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe me perguntar e anote para me explicar isso, porque, senão, não consigo perguntar.

Na questão do GASENE, qual é o relacionamento da Camargo, ou de que V.Sa. tem conhecimento, com a SINOPEC, que é a empresa chinesa que foi contratada no consórcio, junto com a Camargo, a Odebrecht e a OAS? V.Sa. conhece essa empresa? Qual relacionamento existia entre a Camargo e a SINOPEC? Qual foi a participação da Construtora Camargo Corrêa nesse Projeto GASENE? Para a celebração de contratos com a SINOPEC ou com a Transportadora Gasene, para implementação do Projeto GASENE, as tratativas de vocês eram diretamente com a PETROBRAS? Com quem era feita essa tratativa dos negócios da Transportadora Gasene? V.Sa. tem conhecimento sobre pagamento de propina nesse Projeto GASENE?

Se houver alguma dúvida, eu esclareço. Mas V.Sa. pode responder.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, primeiro, o fato da Sanko com relação a... Eu jamais recebi qualquer valor da Sanko. Quer dizer, todos os valores foram dentro do projeto e foram valores...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quais foram os diretores que receberam propina?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Dentro das apurações aí, apareceu o nome do Eduardo Leite e do Paulo Augusto, que eram Diretores de Operações da área.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual é o nome do diretor?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Paulo Augusto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Paulo Augusto.

E quanto à questão da segunda assinatura, do José Dirceu?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - A questão da segunda assinatura realmente soa estranho. Mas quem tinha assinado era o Presidente à época. Então, eu realmente assinei e não fiz nenhum questionamento sobre... E eu não cuidei até — onde poderia até saber mais detalhes —da administração desse contrato: quantas parcelas, como foi pago. E o valor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era o Presidente na época?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - O Celso Ferreira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Sa. sabe que a segunda assinatura também responde se houver alguma coisa errada. Não é?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Sim. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas assinava assim mesmo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Obedece quem tem juízo. É aquela regrinha, não é?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - E, de fato... Mas era um contrato até... E o senhor tem razão porque, se fosse um valor assim muito exagerado, era provável que eu até... Mas era um valor até...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor não perguntava para o Presidente: *"Vem cá, o que é isso?"* Não?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas era um valor pequeno até, do ponto de vista dos negócios nossos lá. Era um valor de 600 mil reais. Não era uma consultoria também que...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ninguém comentou nada sobre essa consultoria?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não comentaram.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca comentaram nada contigo?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Pode soar estranho, mas eu tive mais contato com isso quando da própria apuração da polícia, que me mostrou esse contrato aí, porque eu nem lembrava e nem sabia quem era JD.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E sobre licitação?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Com relação às licitações, quer dizer, o que acontecia, acho que tem um exemplo que eu já comentei aqui, que é a própria HCC do COMPERJ, que foi o momento em que eu participei desses negócios mais diretamente, porque a gente que fez a oferta. Nós fizemos uma oferta que era acima dos 20% da PETROBRAS. E nós tanto não tínhamos noção desse preço que nós o fizemos. E as empresas que apoiavam a gente dentro dessa licitação também o fizeram. Todas estavam acima da PETROBRAS. Depois houve um período longo de negociações com a PETROBRAS para esse empreendimento, em que ela chegou a abrir o valor que ela tinha como teto. Quer dizer, à medida que ela vai detalhando qual é a produtividade que ela está aceitando, quais são os preços de suprimento, as pessoas conseguiam saber, tinham uma referência já de qual era esse teto. Essa obra foi posta em licitação novamente. Nós orçamos novamente e não pusemos inclusive... Estávamos inclusive novamente acima dos 20% do teto, que era o valor que era justo por aquele empreendimento. E nós não usamos, em momento algum, até da informação que tínhamos sobre o teto. É fato até que a empresa que acabou vencendo entrou exatamente no valor do teto da PETROBRAS nesse empreendimento, o que também soou bastante estranho à época. Mas, assim, o fato de ter esse limite da PETROBRAS, não era o uso falar assim: *"Só usar esses 20%".*

O SR. DEPUTADO IZALCI - E quando era menos 15%, vocês faziam o quê?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Assim, o sistema...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca aconteceu isso?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não aconteceu. E até assim: o sistema de referência de preços não permitia você entrar num empreendimento com menos 15%. Sobre isso existem hoje já algumas análises. Se você pegar todos os projetos em que houve grandes descontos, você vai ver que foram projetos que... Essa HCC mesmo é um caso que acho também que merece... Assim, o preço que nós praticamos, com um aditivo de 40%... O nosso preço original, se nós conseguíssemos ao longo do empreendimento 40% de aditivo, nós chegaríamos ao preço que acabou sendo pago para a empresa que foi vencedora. Quer dizer, então era totalmente fictício aquele valor que tinha sido apresentado originalmente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não conheço esse projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Projeto GASENE?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu não sei nem se a Camargo participou. Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Camargo participou de um *(ininteligível).* Era a Camargo Corrêa, a Norberto Odebrecht, a OAS e a GDK.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Gazili?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não foi na minha época e eu realmente também não tenho a informação. Podemos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Agradeço.

Sr. Presidente, só para conhecimento da Comissão, para V.Exas. terem uma ideia de quanto este Governo não tem noção das coisas que fez e está fazendo, foi publicado agora o balanço da PETROBRAS do primeiro trimestre, dando um lucro de 5,3 bilhões de reais, lucro líquido. O mercado estava esperando em torno de 2,5 bilhões de reais.

Olhem o que já aconteceu, a cara de pau deste Governo. Contabilidade criativa: lançaram 1,3 bilhão de reais de uma provisão do setor elétrico, cuja decisão só aconteceu dia 7 de maio. Então, o evento aconteceu dia 7 de maio; o cara vai lá no balanço de março e contabiliza 1,3 bilhão de reais, para mostrar. Então, o grande problema da PETROBRAS hoje se chama credibilidade. Quando já começa desse jeito, nós dificilmente vamos recuperar a credibilidade da PETROBRAS. É lamentável o que a PETROBRAS fez agora. Ela vai ter que republicar o balanço, provavelmente.

Era isso o que queria dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. me dá 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Serei muito rápido, muito rápido mesmo.

Sr. Dalton, eu queria fazer um último questionamento muito rapidamente ao senhor.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Claro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Lá havia doleiros presos. O senhor percebeu que lá havia doleiros, havia empreiteiros, havia também políticos presos. Então, havia muita gente presa lá.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Executivos, não é? Não havia só um executivo. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É, o senhor conviveu com muitas dessas pessoas. O senhor, que vem de uma classe — acho que é engenheiro, não é? —, não sente uma sensação de impunidade? O senhor não conseguiria fazer para nós um retrato falado do líder de toda essa organização, uma vez que vocês foram denunciados por organização criminosa? Queremos saber se ele tem quatro dedos, se ele é barbudo, se ele usa bigode, se é ele ou se é ela.

O senhor não teria como fazer um retrato falado, para que a nossa Comissão consiga chegar mais rápido ao autor, ao comandante dessa organização criminosa? O senhor não teria como nos fazer um retrato falado do líder dessa organização criminosa? Eu acho que existe gente impune, gente mais graúda impune.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. estava indo tão bem hoje, Delegado! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Ele não pode colaborar. Mas eu acho que, na sequência, fazendo exumação ou não, nós vamos chegar ao autor. E ele não vai ser um fantasma. V.Exa. pode acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O último inscrito é o Deputado Jorge Solla. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu concordo: há gente impune mesmo, tanto que há gente que quebrou o País, que levou 8 anos roubando, que ganhou a reeleição na compra dos votos aqui, no maior escândalo de corrupção dentro desta Casa. Essa gente se chama Fernando Henrique Cardoso, se chama partido PSDB. Os tucanos são os maiores casos de corrupção, todos impunes até hoje: o Metrô de São Paulo, a venda de todo

o patrimônio público que fizeram. Só não conseguiram vender a PETROBRAS, só não conseguiram.

Mas, Sr. Dalton, eu queria lhe perguntar algumas questões importantes. O senhor, na delação, afirmou que pagou propina na obra da Ferrovia Norte-Sul, que é fora da PETROBRAS, mas está na delação. O senhor participou de que outros esquemas fora da PETROBRAS?

As planilhas que foram apreendidas na Operação Castelo de Areia, o senhor não tem conhecimento delas? O senhor era o representante da Camargo Corrêa no Consórcio da Via Amarela, em São Paulo, na obra do Metrô de São Paulo, não era? Se o senhor era o representante da Camargo Corrêa, obviamente tinha conhecimento do que se passou naquela obra. E naquela obra, a Polícia Federal apurou corrupção com recurso repassado ao PSDB em São Paulo.

As planilhas que foram pegas têm 208 obras. O senhor não conheceu essas planilhas de sua empresa? Como Diretor-Presidente, o senhor não tinha conhecimento do que acontecia nessas obras? O senhor sabe quem é FB? FB aparece como recebendo propina no relatório da Polícia Federal da Operação Castelo de Areia. Ele dá os Lotes 4 e 5 da Linha Amarela do Metrô de São Paulo. Quem é FB? O senhor poderia me responder quem é FB?

E o Pietro Bianchi? O senhor, é claro, conhece o Pietro Bianchi. Ele aparece em todas essas denúncias. O senhor acha que o Pietro Bianchi vai poder falar mais do que o senhor, já que o senhor está proibido pelo Juiz Moro de falar qualquer coisa que não esteja na delação premiada, que não diga respeito à corrupção dentro do que está sendo já investigado na Lava-Jato?

Há mais uma questão importante. É claro que o senhor não vai querer que nós concluamos que a Camargo Corrêa, na sua história desde 1939, só pagou propina na corrupção apurada pela Lava-Jato. Seria subestimar a inteligência não só dos membros dessa CPI, mas também de toda a população brasileira, que há muitos e muitos anos sabe que a Camargo Corrêa, como todas as outras grandes empreiteiras, pagava propina em várias obras, pagava propina para várias situações de contratação, participava financiando campanhas eleitorais. Desde que acabou a ditadura e voltou a campanha eleitoral, vocês e todas as outras empresas faziam doações.

E nós temos que acabar com o cerne da questão. Tudo isso acontece porque financiamento privado empresarial de campainha eleitoral é um grande fator de corrupção neste País. E é bom lembrar isso, Sr. Presidente, porque na semana que vem começa a votação da reforma política. Não posso deixar de registrar aqui que devemos só acabar a corrupção no que está sendo investigado, mas acabar o grande determinante da corrupção em questão, que é o financiamento privado à campanha eleitoral.

Afinal, a Camargo Corrêa não tem partido político, a Camargo Corrêa não é eleitora. A Camargo Corrêa bota ficha em vários partidos e em vários candidatos para quê? Fica essa questão, Sr. Dalton.

Sr. Presidente, aproveito para comunicar que, na sexta-feira agora, eu vou estar junto com outros Parlamentares, fazendo visita a um estaleiro em Maragogipe que está com as obras paradas, com mais de 6 mil trabalhadores demitidos. Irá um grupo pela Comissão de Trabalho e outro pela Comissão de Fiscalização e Controle. Então, estaremos lá.

(Não identificado) - Sr. Presidente, olhe o tempo!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Poderemos depois trazer alguns registros também sobre essa situação preocupante que é o impacto de essas empresas estarem com várias obras paralisadas, demitindo trabalhadores em vários canteiros de obras no Brasil.

Obrigado.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - *(Inaudível)* de 2011, quer dizer, desses fatos anteriores eu não participei. A Castelo de Areia é bem anterior até a esse período. E com relação às minhas respostas, foram as que eu dei nesta sessão e as de que eu posso falar, que estão autorizadas aí, quer dizer, referentes aos processos da PETROBRAS, que são aqueles que foram determinados pelo Juiz. E outras questões até, como eu já falei, foram abordadas e estão em investigação pela polícia. E talvez em algum outro momento, podemos dar mais explicações.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Então, o senhor reitera que está proibido de falar sobre todos os casos de corrupção da Camargo Corrêa que não sejam o que estão sendo investigados?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, dos outros, dos vários outros que o senhor menciona eu nem sequer posso falar, porque eu não tenho nenhum conhecimento. Quer dizer, como eu te falei, eu sou Presidente desde 2011, eu não sou Presidente eterno da empresa, sou Presidente recente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O senhor está na empresa desde a década de 90.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Mas isso não é... Quer dizer, por um bom momento, eu era engenheiro de obras, eu era...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Mas o senhor lia os jornais. Não é possível que o senhor não lesse os jornais e não visse notícias na TV...

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Não, mas isso...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - ...falando de sua empresa. E o senhor não sabe desses fatos?

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Eu tenho muitas informações parecidas. O senhor tem mais informação do que eu, o senhor leu coisas aí a que eu mesmo nunca tive acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, eu agradeço a V.Exa.

Como não há mais nenhum Deputado inscrito, eu quero apenas passar a palavra ao Sr. Dalton, para que S.Sa. possa fazer as suas considerações finais.

O SR. DALTON DOS SANTOS AVANCINI - Bom, eu espero ter cumprido o meu objetivo realmente de contribuir com essas investigações aí, não é? Acho que fui o mais transparente aqui possível, para o esclarecimento dos fatos. Novamente quero colocar: em absoluto, em momento algum eu acho que nós fomos simplesmente vítimas, não é? Quer dizer, se assim fosse, eu não estaria sendo incriminado por uma série de fatos. Mas reitero o nosso arrependimento aí para com as coisas que aconteceram. E acredito e espero que realmente este momento seja muito importante para que se construam aí novas bases de relacionamento nesses projetos, para que essas coisas não voltem a acontecer, prejudicando empresas, pessoas. Então, quero realmente registrar aí o meu agradecimento a todos os participantes desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. a colaboração, por ter respondido aos questionamentos dos Deputados.

Quero informar que estou encaminhando a convocação do Sr. Julio Faerman para o dia 3 de junho, em plenário e hora a serem definidos, para que ele possa vir prestar os esclarecimentos a esta CPI. Não o faço antes porque toda a agenda da CPI está comprometida. Em todos os dias há oitivas a serem feitas, pois foram vários os requerimentos aprovados. Então, ele deve vir no dia 3 de junho.

Nada mais havendo a tratar, convido para a oitiva de amanhã, a partir das 9h30min, no Plenário 2.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.